



PREFEITURA DE SOBRAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE26001-GMS
PROCESSO Nº P389876/2025
NÚMERO LICITANET: 042/2026

A Guarda Civil Municipal, por intermédio do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio designados por ato do Prefeito do Município de Sobral e Portaria nº 003/2024-CELIC, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1. DO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

3. DA BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.737 de 05 de setembro de 2025; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. OBJETO: Registro de preços para futuros e eventuais serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial (sem fornecimento de combustível e sem condutor), para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Edital e seus anexos.

4.1. A licitação será realizada por itens conforme tabela constante do Termo de Referência.

5. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

5.1. O edital e seus anexos estão disponíveis na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sites www.sobral.ce.gov.br, campo: SERVIÇOS/LICITAÇÕES e <https://www.licitanet.com.br/processos>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema LICITANET, no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/login>, pelo pregoeiro(a) Samuel Alves Ximenes.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/05/2026, ÀS 08H00MIN.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/05/2026, ÀS 09H00MIN.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 25/05/2026, ÀS 09H00MIN.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (Vinte e quatro) horas a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Sobral, na Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º Andar, Centro, Município de Sobral/CE, CEP: 62.011-065.

7.2. Horário de expediente da Prefeitura Municipal de Sobral: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente



credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no sistema LICITANET (<https://licitanet.com.br/>), por meio de identificação e senha pessoal intransferível.

8.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

8.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5. Os **Itens 1, 2, 3 e 4** serão de **ampla disputa**. Será garantida às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

8.6. As microempresas, empresas de pequeno porte, as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos na lei, e desde que não se encontrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema Licitanet para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto na referida Lei.

8.6.1. A falsidade da declaração de que trata o item 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

8.7. Não poderão disputar esta licitação com base no art. 14 da Lei nº 14.133/2021:

8.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.7.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.



8.7.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

8.7.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

8.7.5. Empresas estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

8.7.6. Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame;

8.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição;

8.7.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

8.7.9. Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.7.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

8.7.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

8.8. É vedada a participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no item 9.3 abaixo.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

9.2.1. As decisões do pregoeiro, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação.

9.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no item 9.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma de realização do certame, ou pelo e-mail pregaocelic@sobral.ce.gov.br, até às 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.



9.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos estão previstos no Termo de Referência, anexo A do presente Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada ou por via digital autenticada através de assinatura digital.

10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública contratante, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.3.1. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

10.3.1.1. A verificação no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

10.3.1.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.3.1.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

10.3.1.4. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

10.3.1.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. Será verificado se o licitante assinalou a declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



10.7. A habilitação será verificada por meio dos documentos anexados à Plataforma e associados ao Processo.

10.7.1. O licitante é responsável pelos atos praticados na Plataforma, dessa forma, o mesmo deverá se preparar para a participação no processo e deverá se instruir a respeito da utilização da Plataforma.

10.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.7.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.7.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, prorrogável por igual período, quando solicitado e justificado pelo licitante.

10.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.10. A exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.11.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

10.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



10.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Art. 42 da LC nº 123/2006).

10.16. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

10.17. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

11.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta eletrônica com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

11.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.2.5.1. Nos itens exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

11.2.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.2.6. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.2.7. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;



11.2.8. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;

11.2.9. que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

11.2.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.2.1 ao 11.2.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

11.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Conforme solicitação do pregoeiro (a), o licitante deverá enviar os documentos complementares no prazo, conforme cada caso.

11.5.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

11.5.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação do licitante.

11.6. A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, exceto a prevista no item 11.2.1, não implicarão na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no item 11.5 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

11.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema;

12.1.1. Os preços deverão ser expressos em reais, com até **2 (duas) casas decimais**.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



12.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.

12.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

13.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

13.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário**.

13.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01, utilizando como referência **o valor unitário do item**

13.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



13.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

13.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

13.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

13.11.1. Valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e;

13.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 13.11. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

13.13. No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

13.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

13.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim



como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

13.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

13.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

13.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

13.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

13.20.2. Persistindo o empate será assegurada preferência, sucessivamente aos (bens) ou (serviços) produzidos ou prestados por:

13.20. 2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

13.20.2.2. Empresas brasileiras;

13.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

13.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e outras providências.

13.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

13.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



13.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

13.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas após a negociação realizada, enviar proposta adequada ao último lance por ele ofertado, *acompanhada dos documentos a ela pertinentes citados no item 13.21.5*. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado e justificado pelo licitante.

13.21.4.1. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao **Anexo A - Termo de Referência**.

13.21.5. A licitante deverá anexar no sistema junto à proposta de preços:

13.21.5.1. O CATÁLOGO ou FICHA TÉCNICA ou LAUDOS e/ou OUTROS DOCUMENTOS, em português, a fim de verificar a compatibilidade dos veículos a serem locados com as especificações constantes no Anexo A - Termo de Referência deste Edital.

13.21.6. A Administração para efeito do item 13.21.5 poderá realizar diligência para complementação de informações acerca de documento(s) já apresentados, desde que venham a comprovar fato(s) existente(s) à época da abertura da sessão pública.

13.21.6.1. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pela Administração, ensejará a preclusão desse direito, resultando na desclassificação do licitante.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 8.9 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e) Relação de inabilitados e inidôneos do Tribunal de Contas da União.
- f) Consulta ao cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNIA), (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992 e, art. 160 da Lei nº 14.133/2021. A consulta aos cadastros será realizada também em nome do responsável técnico detentor de atestados de responsabilidade técnica, observado o art. 160 e § 12 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que tenha dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

14.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas no SICAF.

14.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



14.2.1.1.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.2.1.1.1.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado/inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

14.4.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

14.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

14.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.6.1. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, inclusive aqueles relativos à habilitação, não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata da licitante. Compete ao pregoeiro conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

14.7. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

14.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.8.1. Contiver vícios insanáveis;

14.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

14.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.8.6. Deixar de apresentar a declaração de que trata o item 11.2.1 deste edital.

14.8.7. Não apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o edital, quando for o caso.

14.9. A ausência de documentos possíveis de serem verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

14.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

14.11. É indício de inexecuibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme disposto no art. 58 do Decreto Municipal nº 3.737/2025.



14.11.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

14.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

14.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

14.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

14.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

15. DOS RECURSOS

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da comunicação da declaração de habilitado o vencedor.

15.3. A manifestação da intenção de recorrer sobre a impugnação do julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, será realizada conforme a seguir:

15.3.1. Da manifestação da intenção de recurso da classificação da Proposta:

15.3.1.1. Qualquer licitante poderá, após encerrada a fase de negociação, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.3.2. Da manifestação da intenção de recurso da fase da Habilitação:

15.3.2.1. Qualquer licitante poderá, após declaração de habilitado o vencedor, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

15.4. A apreciação dos recursos dar-se-á em fase única.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade máxima, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.7.1. Caso a licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, disponibilizar um link no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.



15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pela proponente.

15.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhe couber e na Central de Licitações no endereço constante 7 deste edital.

16. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

16.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 18 do Decreto nº 3.216/2023, inclusive em relação a formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação:

16.2.1. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B** deste edital;

16.2.2. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações; e

16.2.3. Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme Decreto nº 3.216/2023.

16.2.3.1. O licitante que deseje prestar o serviço com descontos iguais ao do licitante vencedor poderá, após 5 (cinco) minutos da comunicação do julgamento do(s) recurso/contrarrazões, ou no declínio dos licitantes recorrerem, durante o prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de fazer parte do cadastro de reserva.

16.2.3.2. Se houver mais de um licitante na situação de que trata este subitem 16.2.3, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.2.3.3. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação, a que se refere o subitem 16.2.3, será efetuada nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do Decreto nº 3.216/2023 e quando houver necessidade de convocação de fornecedor em razão do disposto no artigo 33 do mesmo Decreto.

16.2.3.4. A responsabilidade pela habilitação de trata o subitem 16.2.3.3 será do pregoeiro nas hipóteses previstas nos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do citado Decreto, e do órgão ou entidade gerenciadora, quando se tratar de convocação em decorrência do disposto no artigo 33 deste Decreto.

16.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelas licitantes vencedoras dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B**, deste edital.

16.4. Após a convocação, o fornecedor adjudicatário terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para assinar a ata de registro de preços, nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela administração.

16.4.1. A recusa do fornecedor adjudicatário em assinar a ata de registro de preços caracteriza



o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, garantida a ampla defesa e o contraditório.

16.4.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

16.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição do bem pretendido, desde que devidamente motivada.

16.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores remanescentes.

16.6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou valores fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

16.6.2. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Município.

16.7. Aplicam-se as demais disposições previstas no Decreto nº 3.216/2023.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A Central de Licitações do município de Sobral será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

17.2. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o **ANEXO B**, será assinada pelo titular da Central de Licitações do município de Sobral, pelo órgão detentor do Registro de Preços e pelo fornecedor legalmente credenciado e identificado.

17.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores, bem como dos licitantes que aceitarem cotar o bem com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

17.3.1. O registro a que se refere o item 17.3 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no Decreto nº 3.216/2023.

17.3.2. Na hipótese do adjudicatário ou dos licitantes que concordaram formar o cadastro de reserva recusarem-se assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido neste edital, ou ocorrendo alguma das hipóteses previstas abaixo, a Administração Pública Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços.

17.3.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

17.3.2.2. Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 2021;

17.3.2.3. Não aceitar o preço revisado pela administração municipal;

17.3.2.4. Quando a ata de registro de preços for cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador por fato superveniente, decorrente dos casos de:

a) força maior,

b) caso fortuito;

c) fato do príncipe;

d) em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

17.3.2.5. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente.



17.4. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.5. O órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos fornecedores detentores de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações previstas, durante a vigência do documento supracitado.

17.6. Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado ao órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, locais, e demais condições definidas no **Anexo A - Termo de Referência** deste edital.

17.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal na condição de órgão interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor, conforme disciplina o inciso II do § 3º do artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, incluído pela lei nº 14.770/2023.

17.8. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado ao órgão detentor do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.

17.9. A **Central de Licitações do município de Sobral** providenciará a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, na página oficial da Prefeitura Municipal de Sobral e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.10. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no Decreto nº 3.216/2023.

17.11. A **Central de Licitações do município de Sobral** convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.12. Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata poderá convocar os demais fornecedores classificados ou cancelar o item ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

17.13. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão publicadas no Diário Oficial do Município e na página oficial da Prefeitura Municipal de Sobral e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.14. As demais condições encontram-se estabelecidas no **ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro ou pelo órgão ou entidade demandante da licitação, em sede de diligência;

18.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



- 18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
- 18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra, quando for o caso, em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 18.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 18.1.5. fraudar a licitação
- 18.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 18.1.6.3. apresentar amostra, quando for o caso, falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1. advertência;
 - 18.2.2. multa;
 - 18.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 18.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A sanção de multa calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor licitado ou contrato celebrado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
 - 18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



18.4.1.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 3% (três por cento) e para o item 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

18.4.1.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor licitado ou contrato celebrado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



18.15. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), o qual poderá ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante. Caso não o faça, será cobrado pela via judicial.

18.16. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

19. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances da licitação.

20. DA HOMOLOGAÇÃO

20.1. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente.

20.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de homologação.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação.

21.3. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

21.4. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos A e C – Termo de Referência e Minuta do Contrato, parte integrante deste edital.

21.5. Da Garantia

21.5.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21.6. Da Subcontratação

21.6.1. Não será admitida a subcontratação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.



22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.7. O pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da licitação, a Administração e as licitantes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

22.8. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

22.9. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.10. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.11. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO B – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO C – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO D - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA

ANEXO E – JUSTIFICATIVA PARA A NÃO PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

EDINALDO CASTRO TEIXEIRA
Comandante Geral da Guarda Civil Municipal



ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria Operacional - GCMS

DO OBJETO: Registro de preços para futuros e eventuais serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial (sem fornecimento de combustível e sem condutor), para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, conforme as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

1.1. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta empreitada por Preço Unitário.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA	UNID. MEDIDA	QUANT. MESES	QUANT. VEÍCULOS
01	<p>LOCAÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA PATRULHAMENTO, TIPO: TRAIL, ADESIVADAS E EQUIPADAS PARA USO EM ATIVIDADE DE PATRULHA OU POLICIAMENTO.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, Pintura personalizada, adesivo e acessórios para patrulhamento; Motor Monocilíndrico de 4 tempos, arrefecimento a ar, de NO MÍNIMO 290 cilindradas; Potência mínima de 20 cv; Injeção Eletrônica; Ano/modelo 2025 ou versão mais recente. Dispositivo contra linha de pipa para motociclista: Dispositivo contra linha de pipa constituído de vareta telescópica com cerca de 01 (um) metro de comprimento, confeccionado em material resistente e flexível, com sistema que permite o corte da linha. Instalado no centro do guidão ou da carenagem da motocicleta, próximo à base do espelho retrovisor, de forma a não causar ferimentos ao piloto em caso de choque ou colisão dianteira da motocicleta. Protetor de motor e carenagem para motocicleta: Protetor do motor em peça única confeccionado em tubos metálicos de seção circular, reforçado, com acabamento em pintura preto fosco ou no padrão original do quadro da motocicleta. Fixação ao quadro por meio de parafusos, com no mínimo dois pontos de apoio, a depender do modelo da motocicleta e do peso (deverá ser avaliado pela contratante), haja vista que a motocicleta será usada de modo operacional, e seu uso se dará de forma mais severa.</p> <p>DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SINALIZADORES:</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL: o conjunto de sinalização visual deverá ser composto por no mínimo 08 (oito) módulos sinalizadores no formato LINEAR, contendo mínimo de 3 (três) Leds de 3W de potência cada, formado por lentes colimadoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, todos resistentes a impactos, descoloração e amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc, gerenciados por microprocessador ou micro controlador, que permita a geração de flashes luminosos com frequência não inferior a 1,0Hz e não superior 4,0Hz. O circuito eletrônico devesse garantir a eficiência luminosa dos equipamentos, mesmo que a viatura esteja desligada ou em baixa rotação. O sistema de luzes deverá conter as seguintes configurações mínimas: Quatro módulos sinalizadores frontais com mínimo 3 leds cada na cor vermelha e azul, instalados em suportes metálicos fixados junto à carenagem, sendo 2 módulos com Leds na cor cristal. Os LEDS deverão ter potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, resistente a impactos, descoloração, amarelamento. Fixados por meio de bases metálicas na cor preta, de dimensões reduzidas e</p>	MÊS	24	20



<p>resistentes a esforço e intempéries. Com alimentação nominal de 12 Vcc; Cada LED (Diodo Emissor de Luz) devesa: obedecer a especificação a seguir: Cor predominante - Vermelho; Comprimento de onda - Entre 610 e 630 nm; Intensidade luminosa mínima - 60 Lúmen; Encapsulamento - SMD 3535, 2525 ou 1616; Vida útil - 30.000 horas; Quatro módulos sinalizadores traseiros, instalados na traseira da estrutura do bagageiro, longitudinalmente ao sentido de marcha da motocicleta, com mínimo de 3 Leds cada na cor vermelha. Os LEDS deverão ter potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, resistente a impactos, descoloração, amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc; Cada LED (Diodo Emissor de Luz) devesa: obedecer a especificação a seguir: Cor predominante - Vermelho; Comprimento de onda - Entre 610 e 630 nm; Intensidade luminosa mínima - 60 Lumens; Encapsulamento - SMD 3535, 2525 ou 1616; Vida útil - 30.000 horas. Os módulos de sinalização visual deverão ter grau de proteção IP66 e serem passíveis de manutenção mesmo após o término da garantia do produto. Os equipamentos acústicos e visuais deverão ser imunes a interferências eletromagnéticas (EMI e RFI) no sistema original do veículo e no rádio transceptor ou dispositivos de comunicação, tampouco gerar ruídos eletromagnéticos/interferências nos equipamentos de comunicação embarcados. O sistema dever: possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios, deverá ter gerenciamento de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo ou o desligamento do motor da motocicleta pela chave ou pelo botão "Kill Switch" (botão de desligamento do motor). Todo material plástico devesa: ser provido de proteção UV integrada à matéria-prima (sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção). Os módulos de Leds não podem exceder as dimensões 100mm de largura x 40mm de altura, com tolerância de $\pm 2,0$mm. A Sinalização devesa estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZAÇÃO ACÚSTICA: Módulo amplificador instalado junto ao protetor de pernas da motocicleta, com potência não inferior a 30W RMS. Deve oferecer mínimo de 4 (quatro) tipos de sons (Wail, Yelp, Hi-yelp e Horn). O conjunto de sinalização acústica sintonizado deve ser formado por corpo único (amplificador + driver de compressão), construído em nylon com fibra de vidro, resistente a água, impactos, calor e deformações, fixado através de suporte próprio adequados para evitar a vibração do conjunto quando a motocicleta estiver em deslocamento. Devesa ter gerenciamento automático de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo. O sistema devesa possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios. A Pressão sonora (SPL) de 110Db@1m devesa ser comprovada por medição através de decibelímetro aferido. Características técnicas: Consumo máximo: 2,5Ah consumo Standby By (repouso) 0 (zero); Pressão sonora (SPL): 110dB@1m. Resposta de Frequência: 600 a 3000Hz; Peso: Não superior a 1,5Kg. O conjunto Amplificador Sonoro e Unidade Sonofletora devesa estar certificados conforme norma ABNT NBR IEC 60529, Grau de Proteção IP67. Painel controlador do sistema acústico / visual: Devesa ser fornecido um painel de controle, com mínimo de 4 teclas, instalados do lado esquerdo do painel da motocicleta, resistente a água, com tamanho adequado que permita manuseio e acionamento utilizando</p>			
---	--	--	--



<p>apenas uma das mãos, sem a necessidade de se retirar a mão do manete, mesmo que o policial esteja utilizando luvas. O botão de acionamento da buzina deverá ser mantido, preservando a função original. O controlador deverá ser dotado de botões com sistema fosforescente de visualização e de acionamento em silicone translucido retro iluminados de forma a ter uma boa visibilidade, tanto de dia quanto a noite, podendo identificar as funções que estão habilitadas. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta. Os botões devem estar em alto relevo em relação ao painel. O modulo de controle da sinalização deverá ser micro controlado para acionamento de forma prática dos sinalizadores visuais, controlando os efeitos luminosos e acionamento e seleção dos sons da sirene. É vedada a alteração da posição original do punho e/ou da manopla na motocicleta. As funções de acionamento do conjunto sinalizador (acústico e visual) deverão atender uma das lógicas de funcionamento abaixo: Tecla 1: 1ª função (Ligar/desligar as luzes) Um Pulso aciona as luzes; demais pulsos, troca os padrões de flashes das luzes; manter pressionado por 3 segundos, desligam as todas as luzes; 2ª função (Ajuste de brilho do backlight das teclas); manter a tecla pressionada para entrar no modo de ajuste. O backlight devera alternar até o máximo brilho das teclas. Tecla 2: 1ª função (Ligar/selecionar sons/desligar a sirene) Um Pulso aciona a sirene; demais pulsos, troca os padrões de som; manter pressionado por 3 segundos, desligam a sirene. 2ª função (Ajuste de brilho do backlight das teclas): Manter a tecla pressionada para entrar no modo de ajuste. O backlight devera alternar até o mínimo brilho das teclas. Tecla 3: 1ª função: Um Pulso aciona o som momentaneamente da sirene (PIAL ou HORN); manter pressionado por 3 segundos para ativar a função "EMERGÊNCIA", onde são acionados todos os módulos de Led em um padrão de flash de alta frequência, juntamente com o som Hi-Yelp da sirene. 2ª função (Ativar a função COMBOIO): Após acionar um padrão de flash, manter a tecla pressionada por 3 segundos para desligar as luzes direcionais traseiras, manter novamente a tecla pressionada por mais 3 segundos para religar as luzes direcionais traseiras e desligar as luzes direcionais dianteiras e manter a tecla pressionada por mais 3 segundos para sair do modo COMBOIO. GRAFISMO: Aplicação de grafismo/envelopamento. (conforme layout do anexo 3)</p>			
--	--	--	--



2	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO CAMINHONETE, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA COM CELA, MONTADA COM BASE CHASSI SOB SUA CARROCERIA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, ano e modelo não inferior ao data da contratação; com pbt mínimo de 2.950kg, off road, com caçamba traseira de no mínimo 1.000 kg, com motorização à combustível diesel; fabricação nacional/ Mercosul, motor no mínimo 2.4 cilindradas, potência mínima de 190 cv, torque mínimo desejado de 42 kgf ; sistema de tração manual 4x4 com opção de reduzida; câmbio automático; freios com sistema abs, ebd, controle de tração e estabilidade; vidros elétricos nas quatro portas; capas protetoras com courvin de alta resistência e totalmente costuradas, presas aos bancos originais, não sendo com velcro ou amarradas aos bancos para o reforço e proteção da bancada original dianteira e traseira do veículo durante a utilização dos servidores municipais; jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete; revestimento para piso feito em material emborrachado, impermeável, de fácil limpeza; direção hidráulica ou superior; incluindo todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais itens de série não especificados. O veículo deverá possuir sensor de ré, ar-condicionado com capacidade de ofertar ar refrigerado em todo espaço do habitáculo, podendo ser analógico ou digital, com controle de temperatura manual ou automático, e original de fábrica; veículo com rodas com aro de no mínimo 16", com pneus possuindo tamanho compatível para uso misto, protetores homologados para as seguintes partes do veículo: cârter, transmissão, câmbio/reduzida e diferencial. É facultativa a presença de protetor metálico para o tanque de combustível; equipado com todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; carroceria na cor branca, barra longitudinal de teto, aplicação de película para proteção solar e anti-impacto; os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados e com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, conforme legislação vigente. Deverá ser equipado com quebra mato, suporte de armas longas, grafismo, sinalizadores auxiliares, sinalizador visual, sinalizador acústico, cela e demais itens, conforme segue:</p> <p>QUEBRA MATO: Confeccionado em aço liga ou carbono, em tubo redondos e chapas protetoras, fixado em pontos reforçados do veículo onde deverão proteger a parte dianteira do veículo contra impactos nos faróis, grades, lanternas e para choques. Deverá estar fixado ao veículo conforme permitido pelo design do fabricante (por exemplo, em seu chassi, em seus pontos estruturais do monobloco etc).</p> <p>SUPORTE DE ARMAS LONGAS: para transporte em viatura, em aço carbono, instalada no túnel central inferior do assoalho do compartimento de passageiros traseiros, com capacidade para alojar até 02 (duas) armas longas. As armas serão posicionadas sobre recortes em baixo-relevo, fixados sobre o túnel do veículo e fixadas, no mínimo, por meio de sistema de presilhas em nylon que permita rápida remoção do armamento.</p> <p>GRAFISMO (ADESIVAGEM) padrão conforme identidade visual da guarda municipal onde será repassado por meio de layout no ato de formalização contratual pela contratante, devendo ser aplicado sobreposto ao adesivo, cobertura completa de verniz automotivo, para preservação da identidade visual quanto a sua qualidade, resistência e durabilidade. (Conforme layout em anexo 4).</p> <p>SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, com 02 (dois) minis sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com no mínimo 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência em cada led, na cor cristal, selados em formato circular, com aro</p>	MÊS	24	4
---	---	-----	----	---



<p>de acabamento. Deverá ser instalado no veículo pela licitante. Será possível uso de solução técnica equivalente, desde que esta seja aceita pela Contratante e que atenda aos requisitos de desempenho, durabilidade e segurança. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR VISUAL: O veículo deverá ser equipado com barra sinalizadora visual de emergência em formato de arco ou barra, instalada no teto, adequada ao uso operacional. A barra deverá: Emitir sinais luminosos nas cores vermelho e azul, podendo conter luzes auxiliares na cor branca (luz de beco e/ou iluminação frontal); Possuir tecnologia em LED de alta eficiência, garantindo ampla visibilidade em 360°, sem pontos cegos; Ter perfil aerodinâmico e dimensões compatíveis com o porte do veículo, não excedendo a largura do teto; Possuir estrutura resistente a impactos, vibrações, intempéries e radiação UV; Ser composta por módulos luminosos distribuídos de forma uniforme, garantindo sinalização eficaz em todas as direções; Permitir acionamento de diferentes padrões de iluminação, conforme operação (ex.: emergência, deslocamento, parada); Possuir sistema de controle eletrônico integrado ao painel do veículo; Dispor de luzes auxiliares laterais (luz de beco) e frontais, quando aplicável. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR ACÚSTICO: painel iluminado com botões, de fácil visualização, intuitivo, instalado em local adequado, fixado de forma segura e resistente, evitando que este se solte ao logo do tempo e do uso. Com fácil acesso de controle. Seu controle deverá estar em mesmo módulo ou painel de acesso da sinalização visual. Sirene eletrônica composta de amplificador de 100 (cem) watts e unidade sonofletora única, com no mínimo 04 (quatro) tons, instalado no local mais adequado, admitindo-se a instalação junto a barra sinalizadora, com eficiente efeito sonoro à frente do veículo, porém com menor ruído possível na cabine do veículo. A pressão sonora será de 120db, devendo estar em conformidade com a norma SAE J1849 ou demais normas similares vigentes. Para a comprovação dessa medida, o aparelho utilizado para a aferição deverá ser colocado a 01 (um) metro de distância, em altura correspondente ao centro da peça de emissão do som. O drive utilizado específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Possui no próprio corpo pontos específicos para a fixação da corneta, não se admitindo a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. O sistema de megafone deverá ter seu suporte em local fixo no painel. Os equipamentos não gerarão ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias, conforme normas estabelecidas pela ANATEL e demais normativos vigentes.</p> <p>CELA: compartimento para transporte de detidos adaptado no compartimento de cargas, dotado de: compartimento de carga com capota confeccionada em ABS ou fibra de vidro, afixada na caçamba original do veículo, com alinhamento externo na altura da cabine original do veículo, com porta traseira em uma tampa só com sustentação por molas a gás, com sistema de travamento da tampa, fechadura (com 02 chaves) na parte superior e vidro vigia na tampa traseira, com aplicação de película fumê automotiva com grau de incidência de luminosidade g5; o compartimento de cela confeccionado em estrutura tubular de aço, com revestimento total em chapa de aço lisa perfurada nas laterais e teto, com porta traseira independente de abertura, com sistema de travamento duplo externo (com duas trancas apropriadas para cadeado e com pino das dobradiças ponteados com solda posicionado no lado esquerdo). os revestimentos</p>			
--	--	--	--



	<p>laterais do compartimento de detidos deverão ser em chapa de aço com acabamento e tratamento anticorrosivo, pintada na cor cinza ou preto fosco; revestimento e proteção do assoalho da caçamba, com chapa de alumínio corrugada, com drenos para escoamento de líquidos e calafetação em todo seu perímetro. instalação de no mínimo 06 (seis) aletas em cada lateral da capota, para aumento da troca térmica no interior da capota; sistema de ventilação/exaustão através de no mínimo 02 (dois) ventiladores e 02 (dois) exaustores instalados no teto do compartimento com grade de proteção interna e acionamento na cabine do motorista; luminária interna e independente com grades metálicas de proteção, no compartimento de transporte de detidos, com acionamento de aviso sonoro na cabine do motorista em caso de esquecimento de desligamento do equipamento; instalação de porta algemas confeccionado em tubo de aço, fixado ao assoalho da caçamba; o compartimento de detidos deverá ser confeccionado com material de alta resistência mecânica e montado com acabamentos entre as chapas de aço, fibras e demais materiais, de forma a não permitir pontas que possam vir a ferir os detidos; estribo na traseira revestido em alumínio lavrado; obs.: a característica do compartimento de detidos deverá atender a legislação específica que versa sobre o assunto tais como a Lei nº 8.653, de 10 de maio de 1993, Resolução nº 626, de 19 de outubro de 2016 (CONTRAN) e Resolução Contran Nº 916, de 28 de março de 2022.</p> <p>Protetor de caçamba em polietileno ou material equivalente, devendo ser resistente; suporte fixado no para-choque dianteiro de impulsão com proteção de farol e piscas laterais; Par de estribos laterais com capacidade de até 150kg. Sinalizadores auxiliares: strobo em led linha barras de led frontais para sinalização, composta por 04 (quatro) módulos com 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência cada módulo. sendo os 4(quatro) módulos posicionados na altura dos faróis, 02 (dois) módulos na cor rubi para sinalização de emergência e 02 (dois) módulos na cor azul com efeito estroboscópico. Instalado pela licitante no veículo.</p>			
03	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO, TIPO CAMINHONETE, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA, DEFESA CIVIL, MONTADA COM BASE CHASSI SOB SUA CARROCERIA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: sem combustível e sem motorista, cor: branca, ano e modelo não inferior a data da contratação, com pbt mínimo de 2.950kg, off road, com caçamba traseira de no mínimo 1.000 kg, com motorização à combustível diesel; fabricação nacional/ Mercosul, motor no mínimo 2.4 cilindradas, potência mínima de 190 cv, torque mínimo desejado de 42 kgf ; sistema de tração manual 4x4 com opção de reduzida; câmbio manual; freios com sistema ABS, EBD, controle de tração e estabilidade; vidros elétricos nas quatro portas; capas protetoras com courvin de alta resistência e totalmente costuradas, presas aos bancos originais, não sendo com velcro ou amarradas aos bancos para o reforço e proteção da bancada original dianteira e traseira do veículo durante a utilização dos servidores municipais; jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete; revestimento para piso feito em material emborrachado, impermeável, de fácil limpeza; direção hidráulica ou superior; incluindo todos os equipamentos exigidos pelo código de trânsito brasileiro e demais itens de série não especificados.</p> <p>O veículo deverá possuir protetor de caçamba em polietileno ou material equivalente; suporte fixado no para-choque dianteiro de impulsão com proteção de farol e piscas laterais; com par de estribos laterais que suportem até 150 kg.</p> <p>O veículo deverá possuir sensor de ré, ar-condicionado com capacidade de ofertar ar refrigerado em todo espaço do</p>	MÊS	24	1



<p>habitáculo, podendo ser analógico ou digital, com controle de temperatura manual ou automático, e original de fábrica; veículo com rodas no mínimo 16" e com pneus possuindo tamanho compatível para uso misto, protetores homologados para as seguintes partes do veículo: cárter, transmissão, câmbio/reduzida e diferencial. é facultativa a presença de protetor metálico para o tanque de combustível; equipado com todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; carroceria na cor branca, barra longitudinal de teto, aplicação de película para proteção solar e anti-impacto; os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados e com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, conforme legislação vigente. Deverá ser equipado com quebra mato, barra de led, grafismo, sinalizadores auxiliares, sinalizador visual, sinalizador acústico, conforme segue:</p> <p>QUEBRAMATO: Confeccionado em aço carbono ou aço em liga, em tubo redondos e chapas protetoras, fixado em pontos estruturais do veículo onde deverão proteger a parte dianteira do veículo contra impactos. O item deverá estar conforme normas do CONTRAN.</p> <p>BARRA DE LED: Deverá estar fixada na quebra mato frontal, carcaça de alumínio fundido sob pressão, com dimensões proporcionais/adequadas ao tamanho do quebra-mato, temperatura de cor branco frio, fluxo luminoso de no mínimo 9.000 Lúmens, com no mínimo 120w de potência. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>GRAFISMO (ADESIVAGEM) padrão conforme identidade visual da Defesa Civil onde será repassado por meio de layout no ato de formalização contratual pela contratante, devendo ser aplicado sobreposto ao adesivo, cobertura completa de verniz automotivo, para preservação da identidade visual quanto a sua qualidade, resistência e durabilidade. (Conforme layout em anexo 5)</p> <p>SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, barras de led frontais para sinalização, composta por 04 (quatro) módulos com 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência cada módulo, sendo os 4 (quatro) módulos posicionados na altura dos faróis ou na grade frontal do veículo, em local de fácil visualização; 02 (dois) módulos na cor vermelho para sinalização de emergência e 02 (dois) módulos na cor branco com efeito estroboscópico. Instalado pela licitante no veículo. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, com 02 (dois) minis sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com no mínimo 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência em cada led, na cor cristal, selados em formato circular, com aro de acabamento. Deverá ser instalado no veículo pela licitante. Será possível uso de solução técnica equivalente, desde que esta seja aceita pela Contratante e que atenda aos requisitos de desempenho, durabilidade e segurança. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR VISUAL: O veículo deverá ser equipado com barra sinalizadora visual de emergência em formato de arco ou barra, instalada no teto, adequada ao uso operacional. A barra deverá: Emitir sinais luminosos nas cores vermelho ou vermelho e azul; Possuir tecnologia em LED de alta eficiência, garantindo ampla visibilidade em 360°, sem pontos cegos; Ter perfil aerodinâmico e dimensões compatíveis com o porte do veículo, não excedendo a largura do teto; Possuir estrutura resistente a impactos, vibrações, intempéries e radiação UV; Ser composta por módulos luminosos distribuídos de forma uniforme,</p>			
---	--	--	--



	<p>garantindo sinalização eficaz em todas as direções; Permitir acionamento de diferentes padrões de iluminação, conforme operação (ex.: emergência, deslocamento, parada); Possuir sistema de controle eletrônico integrado ao painel do veículo; Dispor de luzes auxiliares laterais (luz de beco) e frontais, quando aplicável. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR ACÚSTICO: painel iluminado com botões, de fácil visualização, intuitivo, instalado em local adequado, fixado de forma segura e resistente, evitando que este se solte ao logo do tempo e do uso. Com fácil acesso de controle. Unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tons, instalado no local mais adequado, admitindo-se a instalação junto a barra sinalizadora, com eficiente efeito sonoro à frente do veículo, porém com menor ruído possível na cabine do veículo. A pressão sonora de 120db. O drive utilizado específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Possui no próprio corpo pontos específicos para a fixação da corneta, não se admitindo a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. O sistema de megafone conjugado a sirene do item anterior. Os equipamentos não gerarão ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias. Luz auxiliar de busca, usado em situações de pouca luminosidade para verificar as margens da rodovia, sem a necessidade de desembarque dos agentes. O veículo deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.</p> <p>O veículo deverá vir acompanhado do sistema de admissão de ar com snorkel.</p> <p>O veículo deverá vir acompanhado dos seguintes acessórios: bagageiro gradeado de teto (rack de teto) confeccionado em aço carbono com carga útil de até 100kg; capota marítima e protetor do tanque de combustível; grade vigia de proteção do vidro traseiro tipo Santo Antônio, fabricado em aço carbono, com base elevada para passagem de capota marítima; com protetor do sistema de acionamento 4x4.</p>			
04	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA COM CELA, TIPO SUV.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, ano e modelo não inferior a data da contratação. Veículo automotor, de passageiros, com carroceria SUV, totalmente metálico (vedado teto panorâmico), dotado de habitáculo de passageiros com capacidade mínima para acomodar 05 (cinco) pessoas, e compartimento traseiro originalmente destinado ao transporte de bagagem a ser adaptado para transporte de detidos, em alinhamento com a Resolução nº 626/16 do Contran. Motor: à combustão aspirado, turbo comprimido ou turboalimentado, movido a combustíveis dos tipos gasolina e etanol em qualquer proporção (flex) ou Diesel com cilindrada não inferior 1.000cm³, torque de no mínimo 16kgfm, potência mínima de 110cv. Altura livre do solo sob os eixos dianteiro e traseiro mínima de 160 mm; distância entre eixos mínima de 2.600mm. Porta malas com capacidade mínima de 430 litros. Tanque de combustível de no mínimo 50 litros. Transmissão com caixa de mudanças mecânica ou automática, com no mínimo cinco marchas à frente e uma à ré. Portas: 4 laterais para acesso, com sistema de abertura a partir de dobradiças fixadas na carroceria, vedado modelo com "porta de correr" e 1 porta traseira para acesso ao compartimento de</p>	MÊS	24	25



<p>bagagem com dispositivo externo para abertura manual (vedados os veículos que possuam abertura e fechamento das portas exclusivamente nas formas automática, elétrica ou eletrônica), dotadas de sistema de travamento de portas elétrico, com acionamento remoto pela chave para destravamento e travamento. Vidros: deverão abrir e fechar por sistema elétrico, dotado de sistema antiesmagamento, conforme prescrito na Resolução Contran nº 908/22. Direção: conforme especificação do fabricante, com acionamento hidráulico, elétrico ou eletro-hidráulico, original de fábrica. Sistema de freios: Conforme especificação do fabricante, dotadas de sistema antitravamento (ABS com gerenciamento eletrônico) integral em todas as rodas. Estepe: conforme especificação do fabricante, sendo vedada sua fixação nas laterais ou na parte traseira do veículo, devendo ser realocado sem prejudicar o espaço do compartimento de cargas. Bancos: conforme especificação do fabricante, dotados de cintos de segurança para todos os passageiros, retráteis de três pontos para os laterais e subabdominal ou de três pontos para o central. Revestimento dos bancos: sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, deverá ser colocado revestimento confeccionado em tecido sintético, flexível e impermeável, que facilite a limpeza. Deverá ser dotado de pontos de resistência das bases às laterais dos encostos e das bases às laterais dos assentos. O material utilizado nos revestimentos deverá possuir Certificado de Flamabilidade em atendimento à Resolução nº 498/14 do CONTRAN. Não será aplicado esse item, caso os veículos sejam dotados de bancos originais de couro ou material sintético similar a couro. Com jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete. Ar-condicionado original da linha de montagem. O veículo deverá possuir Controle de Estabilidade e Controle de Tração e ainda Sistema de Retenção Suplementar (airbag) de série, inalterados em seu funcionamento original (as adaptações realizadas no veículo não poderão interferir no seu perfeito funcionamento), conforme Resolução CONTRAN nº 964/22.</p> <p>DO SISTEMA ELÉTRICO: Deverá estar devidamente dimensionado (bateria, alternador, cabeamento, fusíveis, etc.) para suportar, simultaneamente, o consumo dos equipamentos originais do veículo e as devidas adaptações. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes. Os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção. Toda a fiação deverá ser de alta resistência, a fim de evitar oxidação e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os isolamentos em polietileno transversal deverão estar de acordo com as normas vigentes. Todos os itens usados para proteger ou fixar a fiação deverão ser adequados ao projeto e seguir os padrões utilizados na indústria automotiva. A fiação deverá estar protegida contra água, intempéries e sujeira por blindagem tipo espaguete. Qualquer fiação especial deverá possuir codificação dos fios atendendo aos padrões definidos pela norma ABNT 5410, e toda a fiação e cabos não poderão ser instalados em locais sujeitos a cortes ou onde haja movimentação e arestas cortantes.</p> <p>Com direção assistida, sinalização acústica e visual, e compartimento para transporte de presos.</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA: O sistema de sinalização deverá ser imune a EMI (Eletric Magnetic Interference) e RFI (Radio Frequency Interference) ou qualquer</p>			
--	--	--	--



<p>outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias e possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo-se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder os limites que coloquem em risco a segurança do equipamento. O sistema de sinalização deverá dispor de sensor de baixa voltagem, para impedir o funcionamento do sinalizador, quando a bateria estiver com capacidade mínima (11,6 V), de forma a permitir a parada no motor. Todos os equipamentos da sinalização acústica e visual deverão ser novos, de primeiro uso, admitindo-se sua reutilização excepcionalmente por ocasião de eventual renovação contratual (2º ciclo), desde que devidamente revitalizados, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.</p> <p>SINALIZAÇÃO ACÚSTICA: Sirene eletrônica composta de amplificador de no mínimo 100W @ 11Ω (Ohms) e unidade sono fletora única, com, no mínimo, 3 (três) tons próprios de viaturas policiais (Wail, Yelp e Horn), instalada em local que garanta eficiente efeito sonoro à frente do veículo com pressão sonora de no mínimo 120 dB e a 1m de distância, por aparelho fornecido pela CONTRATADA e/ou empresa adaptadora, devidamente certificado e aferido por entidade acreditada pelo INMETRO. O sinalizador acústico deverá ser fixado na parte frontal do veículo, sendo vedada a alocação da sirene embaixo do sinalizador visual. O drive utilizado deverá ser selado e específico para uso em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Deverá ainda possuir, no próprio corpo, pontos específicos para a fixação da corneta, não sendo admitida a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. Sistema de megafone com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor. O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL: O sistema deverá possuir gerenciamento de carga automático e promover o desligamento de todos os equipamentos, antes que a tensão atinja valores que inviabilizem a realização da partida do veículo. CORES: Cada LED de última geração, em todo o sistema, deverá obedecer às seguintes especificações: LED vermelho: comprimento de onda de 610 a 660 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 80 lúmens ANSI típico/LED azul: comprimento de onda de 450 a 490 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 60 lúmens ANSI típico/ LED branco: temperatura de cor de 4500 a 6500K, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 120 lúmens ANSI típico. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>BARRA DE SINALIZAÇÃO: O sinalizador visual principal deverá ter formato linear ou arco, de “corners” retangular ou hexagonal, de baixo perfil aerodinâmico, cujas dimensões ocupem mais de 90% da largura do teto do veículo e não ultrapassem a dimensão máxima da largura do teto, confeccionada em policarbonato ou material equivalente transparente/cristal e estrutura metálica de alumínio extrudado, cúpula injetada em policarbonato translúcido fumê ou material equivalente, fixadas através de parafusos de aço inox sendo vedada a utilização de presilhas, estruturada em 3 (três) módulos sequenciais que ocupem toda área interna do tamanho do sinalizador, lateral (borda) em policarbonato transparente ou cristal, com revestimento especial resistente a impactos e descoloração, com tratamento para proteção contra raios UV, resistência a impactos e abrasão por partículas sólidas e tecnologia que mantenha a translucidez, que devem estar integrados à matéria-prima, sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção, sem espaço entre os módulos. Conjunto</p>			
---	--	--	--



<p>luminoso composto por no mínimo 200 LEDs de alta potência, LEDs nas cores vermelho e azul, com no mínimo 2 watts cada e LEDs na cor branca com no mínimo 1 watt cada, dispostos em módulos refletores, tipo concha de alto brilho, sendo, módulos frontais com no mínimo 18 LEDs cada módulo, e, laterais e traseiros com no mínimo 06 LEDs cada módulo, distribuídos equitativamente à barra de forma a permitir total visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade, preenchendo todos pontos visíveis de acordo com o tipo/modelo do veículo e sua aplicação. A barra de iluminação deverá ser instalada preferencialmente acima da coluna B da viatura, de modo a reduzir o risco de lesões aos agentes ao desembarcarem do veículo. Os suportes metálicos que fixam a barra ao teto devem receber tratamento máximo anticorrosão e pintura na cor preta, eletrostática, ancorados de forma estrutural na calha do teto, caso haja, ou direta mente no rack de teto. Sua fixação deverá ser preferencialmente na calha do teto (rack de teto). Os módulos frontais e os módulos laterais posicionados em 45° voltados para frente do veículo deverão ser tricolores, permitindo que se acendam nas cores vermelha, azul ou branco. Os demais módulos da barra de iluminação devem ser bicolores, permitindo que se acendam na cor vermelha ou azul, conforme padrão de animação. Caso sejam utilizados LED vermelhos justapostos a LED azuis ou brancos, não deve haver afastamento dos LED, de forma que o preenchimento do módulo seja prejudicado. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>CONJUNTO LUMINOSO SECUNDÁRIO: Além da barra de iluminação principal, localizada no teto do veículo, serão utilizados módulos de LED na grade do radiador do veículo e na tampa do porta-malas. Conjunto luminoso secundário DIANTEIRO: constituído por 04 módulos de 3W, compostos de no mínimo de 6 (seis) LEDs cada, sendo 03 (três) LEDs para cada cor, em formato linear com dimensões não superiores a 85mm x 30mm, que alternem a iluminação entre vermelha e azul, posicionados entre os faróis dianteiros do veículo, acionados simultaneamente ao sistema de sinalização principal. Conjunto luminoso secundário TRASEIRO: constituído por 04 módulos de 3W, compostos de no mínimo 6 (seis) LEDs cada, sendo 03 (três) LEDs para cada cor, em formato linear com dimensões não superiores a 85mm x 30mm, que alternem a iluminação entre vermelha e azul, posicionados próximos às lanternas traseiras do veículo, acionados simultaneamente ao sistema de sinalização principal. Os módulos deverão ser distribuídos de maneira uniforme na grade dianteira e na traseira. O item deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>LUZES BRANCAS COM EFEITO ESTROBOSCÓPICO: Devem ser instaladas luzes brancas de alta intensidade próximo aos faróis/lanterna do veículo. Painel de controle da sinalização visual e acústica: Deve concentrar o controle de toda a sinalização visual e acústica em um único equipamento e ser fixado harmonicamente no centro horizontal do painel do veículo, em posição que facilite o acionamento de suas teclas por ambos os ocupantes dos bancos dianteiros da cabina, ou em outro local de fácil acesso, caso não seja possível a instalação no painel. Os botões devem ser confeccionados em material resistente com iluminação de fundo. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta. Os botões devem estar em alto relevo em relação ao painel, com exceção do botão de EMERGÊNCIA, cujo alto relevo deverá ser maior que os demais botões, em relação ao painel. Modos de funcionamento: O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem apenas quatro situações: viatura parada, em ronda, em emergência e em deslocamento acelerado (QTI). Não serão permitidas outras animações de</p>			
--	--	--	--



<p>iluminação. a) EMERGÊNCIA: O sistema deve acionar simultaneamente a barra de iluminação superior e a iluminação secundária em padrão específico, as luzes estroboscópicas e a sirene. b) RONDA: O sistema deve ligar apenas a barra de iluminação superior em padrão específico. c) PARADA: O sistema deve ligar a iluminação secundária e a barra de iluminação em padrão específico no modo PARADA. d) QTI: O sistema deve ligar a barra de iluminação superior e a iluminação secundária auxiliar em padrão específico. Comportamento da sinalização: Caso o modo RONDA, EMERGÊNCIA ou QTI esteja acionado e a viatura venha a parar, o modo PARADA deve ser acionado automaticamente. Caso a viatura inicie movimento com o modo PARADA em funcionamento, o sistema deve alternar automaticamente todo o conjunto luminoso para o modo de funcionamento RONDA. O item deverá estar de acordo com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE PRESOS E DETIDOS: A adaptação do compartimento de detidos deverá integrar-se perfeitamente ao veículo, devendo ser dimensionada para ocupar o maior espaço possível do porta-malas. Não poderão existir pontos/pontas que possam causar lesões aos ocupantes ou gerar vibrações e ruídos, nem a possibilidade de que os detidos tenham acesso a qualquer equipamento, peças ou componentes existentes nesse compartimento. É vedada qualquer alteração do espaço e posicionamento do banco traseiro. Divisória do compartimento do detido: peça opaca, confeccionada em fibra de vidro ou chapa de Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS), com espessura não inferior a 3,5mm, a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento de detidos dos demais ocupantes do veículo, da base do compartimento traseiro até o teto. A divisória deverá ser dotada de perfil metálico ou reforço estrutural específico em toda a sua extremidade e/ou perfil em elastômero automotivo para total vedação junto aos acabamentos originais dos veículos, por meio do qual será feita a fixação por parafusos padrão automotivo na carroceria do veículo (utilizando-se preferencialmente os pontos originais para fixação de equipamentos gerais), e de sistema que garanta adequada circulação de ar no interior do veículo. Deverão ser instaladas travessas de reforço em aço carbono. Revestimento: Peça inteiriça, confeccionada em ABS ou fibra de vidro, com espessura não inferior a 3,5 mm, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória. Deverá possuir, no mínimo, 2 pontos de drenagem com tampa que permitam o escoamento total de líquidos utilizados para a limpeza do compartimento, devidamente canalizados de forma que os líquidos não caiam sobre qualquer parte, peça ou componente do veículo, incluindo-se os pneus do eixo traseiro e o estepe. Vedada a utilização de dreno destinado às instalações residenciais e comerciais. Reforço da fechadura: o sistema de abertura da porta do compartimento traseiro deverá receber a proteção necessária a fim de evitar o acesso ao sistema de abertura ou sua violação e o mecanismo interno deverá ser isolado (do tipo blindado). A fechadura não deverá possuir acessibilidade a sistema de abertura interno. Os vidros do compartimento traseiro deverão ter proteção em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5 mm, fixada por meio de aro metálico, de modo a proteger os vidros contra golpes diversos (vandalismo, etc.), especialmente de chutes. Luminária interna tipo Fluorescente ou em LED, com pelo menos 9 W de potência, resistente a vibração, com acionamento pela cabine do motorista, provida de grade metálica de proteção. Poderá ser utilizada a iluminação original de fábrica para esse compartimento, desde que devidamente protegida. Deverá ser permitida passagem de ventilação. Caso o estepe fique na parte</p>			
---	--	--	--



	inferior do compartimento traseiro, deverá possuir tampa de peça inteira, confeccionada em ABS, que suporte peso de até 200 kg, e também possuir fechadura com chave para travar o acesso ao compartimento do estepe. O item deverá atender ao determinado na Lei Federal nº 8.653/1993 e a Resolução CONTRAN nº 626/2016. GRAFISMO: Aplicação de grafismo/envelopamento (conforme layout do anexo 6).			
--	---	--	--	--

2.1 Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Para os **Itens 1, 2, 3 e 4**, a participação é de **ampla disputa**. Será garantida às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

2.3. NATUREZA DO OBJETO

2.3.1. Os bens e serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses contados da sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada inicialmente no documento de formalização da demanda e em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 3.737 de 05 de setembro de 2025; Decreto Municipal nº 3.216 de 26 de julho de 2023 Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A descrição da solução como um todo encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, a ser disponibilizado na forma previsto no art. 54, § 3º da Lei 14.133/21 com base no Acórdão TCU nº. 2273/2024.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.



7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A execução do serviço será feita mediante solicitação da CONTRATANTE, de acordo com a necessidade do serviço, prestados em até 120 (cento e vinte) dias corridos, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou documento equivalente.

7.2.2. O prazo de entrega dos serviços excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do CONTRATANTE, devendo o CONTRATADO ser informado de forma antecipada de no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do prazo previsto para entrega.

7.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o CONTRATADO deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.2.4. A prestação dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por toda despesa decorrente do objeto da contratação, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados.

7.2.5. Para a perfeita execução dos serviços, o CONTRATADO deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, devidamente equipados e adaptados conforme as especificações exigidas, bem como garantir a disponibilização de todos os itens, acessórios, equipamentos obrigatórios, ferramentas e demais recursos necessários ao pleno funcionamento da frota, nas quantidades e padrões de qualidade estabelecidos, promovendo sua imediata substituição ou correção sempre que necessário.

7.3. Da Garantia do Serviço

7.3.1. O prazo de garantia dos serviços objeto da contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº



14.133/2021.

8.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

8.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade máxima àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.10. Cabe ao gestor do contrato, em tempo hábil, verificar o término do contrato sob sua



responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Objeto

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, aqueles em que assim couber, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação do fornecimento e/ou prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição/entrega de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, seus anexos, e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços fornecidos/prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.



9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto/serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, e após recebimento definitivo correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada será solicitada da empresa contratada.

9.2.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.3.2.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.



9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente de titularidade do contratado, mantida em instituição financeira oficialmente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devendo os dados bancários serem informados pelo contratado para fins de processamento do pagamento.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

10.1. O processo de contratação será por Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, critério de julgamento Menor Preço, modo de disputa Aberto e Fechado, com fundamento no Decreto Municipal nº 3.737, de 05/09/2025 e Lei 14.133/2021, conforme estabelecido no estudo técnico preliminar.

10.2. Serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da proponente de executar o objeto, conforme a seguir:

10.2.1. Habilitação Jurídica:

10.2.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do



ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.2.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

10.2.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

10.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.2.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.2.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.2.9. Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

10.2.2.10. Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o caso;

10.2.2.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.2.2.11.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.



10.2.2.11.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

10.2.2.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

10.2.3 - Qualificação Econômico-financeira:

10.2.3.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971.

10.2.3.2. Na ausência da certidão negativa, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

10.2.3.3. **Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor.

10.2.3.4. No caso de a **pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos**, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis exigíveis no subitem 10.2.3.4 deste Termo de Referência limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3.5. Tratando-se de **pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped)**, admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal, sem prejuízo do cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor.

10.2.3.6. No caso das **demais sociedades empresárias e empresa Individual**, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser devidamente registrados na Junta Comercial, devendo serem assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

10.2.3.7. No caso de **MEI (Microempreendedor Individual)**, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de Exercício deverão ser apenas assinados por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal do MEI.

10.2.3.8. Para fins da exigência das demonstrações contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade (item 10 da NBC TG 26 - R5) em vigor, deverá ser observado o regime de tributação e o enquadramento de cada empresa.

10.2.3.9. **Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1 (um)**, comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

10.2.3.10. **Será exigido para fins de habilitação PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

10.2.3.11. O atendimento dos índices econômicos previstos no subitem 10.2.3.9, caso não venha contido no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

10.2.3.12. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas



as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3.13. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá solicitar análise técnico-contábil dos documentos relativos à qualificação econômico-financeira das licitantes, com a finalidade de sanar dúvidas ou subsidiar seu julgamento, com emissão de parecer do setor/departamento e/ou assessoria contábil da Prefeitura de Sobral – CE.

10.2.4. Técnico-operacional

10.2.4.1. Comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidões fornecidas(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

10.2.4.2. Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa licitante o(s) atestado(s) ou certidões deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) compatível(is) ao objeto licitado;

10.2.4.3. Fica facultado aos licitantes a apresentação de contrato ou instrumento hábil que comprove a prestação do serviço objeto do atestado de capacidade técnica mencionado no item anterior;

10.2.4.4. Caso o(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não explicitem com clareza os serviços prestados, este(s) deverá(ão) ser acompanhado do respectivo contrato ou instrumento congênere que comprove o objeto da contratação.

10.2.4.5. Caso a apresentação do(s) atestado(s), certidão(ões) ou declaração(ões) não sejam suficientes para o convencimento do pregoeiro, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica, como preconiza o art. 64 da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal 3.737/2025.

10.2.4.8. Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances da licitação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos desta secretaria/órgão, a ser informada quando da lavratura do instrumento de contrato.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. As obrigações do Contratante estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

14.1. As obrigações do Contratado estão estabelecidas na Minuta do Contrato.

15. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR



ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações básicas

Número do processo: P389876/2025

1.1 Problema a ser resolvido

A Administração Pública enfrenta atualmente limitações operacionais decorrentes da indisponibilidade de veículos em quantidade suficiente, com as devidas adaptações para utilização em atividades de patrulhamento, fiscalização, atendimento de ocorrências e demais ações de segurança pública. Os veículos atualmente disponíveis, além de insuficientes, apresentam elevado grau de desgaste e necessidade recorrente de manutenção, o que compromete a agilidade, a cobertura territorial e a efetividade das ações de policiamento preventivo e ostensivo.

Adicionalmente, verifica-se que o contrato vigente encontra-se com prazo de vigência próximo do vencimento, o que poderá agravar ainda mais a limitação operacional caso não sejam adotadas, de forma tempestiva, as providências necessárias à recomposição e adequação da frota.

Nesse contexto, faz-se necessária a disponibilização de veículos automotores, do tipo motocicletas e automóveis devidamente adaptados como viaturas policiais, de modo a suprir a demanda existente, garantir a continuidade dos serviços prestados e assegurar condições adequadas para o desempenho das atividades institucionais, com atendimento aos requisitos técnicos e operacionais exigidos pelas ações de segurança pública.

2. Descrição da necessidade

A Guarda Civil Municipal, dentre suas atribuições institucionais, é responsável pelo patrulhamento preventivo e ostensivo em ruas, praças e demais logradouros públicos, realizado principalmente por meio de veículos oficiais.

A necessidade de disponibilização de veículos automotores, incluindo motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial, tem como finalidade garantir o pleno funcionamento das atividades operacionais da Instituição. Tais veículos são indispensáveis para assegurar a continuidade dos serviços diários prestados pela corporação, viabilizando ações de fiscalização, prevenção e proteção da população, bem como a preservação dos bens, serviços e instalações públicas, além do atendimento às demandas administrativas.

A ausência desses recursos comprometerá significativamente a atuação da Guarda Civil Municipal. No curto prazo, poderá ocasionar a redução do patrulhamento preventivo, impactando diretamente a segurança da população. No médio e longo prazo, poderá contribuir para o aumento dos índices de criminalidade e dificultar a atuação integrada com outras forças de segurança, especialmente em ocorrências que demandem deslocamento rápido, eficiente e seguro. A eventual descontinuidade dos atendimentos emergenciais compromete a eficácia institucional e afeta diretamente o interesse público.

O **item 1** do presente processo visa atender ao GTAM – Grupamento Tático Motorizado, recentemente criado, que atualmente opera de forma adaptada com apenas duas motocicletas cedidas pelo grupamento de trânsito. O GTAM é composto por duas equipes, com quatro agentes cada. Considerando a necessidade de ampliação das atividades, torna-se imprescindível a estruturação adequada do grupamento, com a formação de cinco equipes compostas por quatro agentes, sendo um agente por motocicleta, garantindo maior mobilidade, presença territorial e capacidade de resposta rápida nas ações ostensivas e preventivas.

No **item 2**, prevê-se a disponibilização de quatro (4) veículos tipo caminhonete, adaptados como viaturas operacionais, destinados ao grupamento ROMU – Ronda Ostensiva Municipal. Atualmente, o grupamento não dispõe de veículos com tais características, o que limita sua



atuação. A definição do quantitativo considerou o efetivo atual de 37 agentes, podendo sofrer ajustes conforme a evolução da demanda operacional. A escolha por caminhonetes se justifica por suas características técnicas, como maior robustez, potência, espaço interno e capacidade de transporte de equipamentos operacionais, incluindo armamento, bem como a necessidade de compartimento adequado para condução segura de pessoas detidas.

O **item 3** contempla a necessidade de uma (1) caminhonete com tração 4x4, adaptada para atuação em áreas de difícil acesso, como zonas rurais, regiões alagadas, encostas e locais com restrição de tráfego. Este tipo de veículo é essencial para apoiar ações da Defesa Civil, permitindo respostas mais ágeis e eficazes em situações de emergência e desastres naturais, em razão de sua versatilidade e capacidade operacional em condições adversas.

Já o **item 4**, objetiva a manutenção e expansão da frota operacional para a GCMS, uma vez que ocorrerá o encerramento do contrato atual em junho de 2026. Assim, foi solicitado o quantitativo de 25 (vinte e cinco) veículos para atender às necessidades da Guarda Municipal. Além disso, este tipo de veículo é essencial para a realização do patrulhamento realizado nas ruas, praças e demais locais públicos, através de veículos oficiais. Assim, a locação destes veículos permitirá que a Coordenadoria Operacional mantenha a frota de veículos oficiais em circulação para a realização de fiscalizações, ações preventivas e demais serviços operacionais, proporcionando proteção à população que faz uso dos bens, serviços e instalações municipais e também, a prevenção de infrações penais e de trânsito.

Diante do exposto, considerando a relevância das atividades desempenhadas pela Guarda Civil Municipal no âmbito da segurança pública e na proteção do patrimônio público, conclui-se que a presente contratação é imprescindível para assegurar a continuidade dos serviços, a manutenção da ordem pública e a proteção da coletividade, em observância ao princípio da supremacia do interesse público.

Os quantitativos definidos mostram-se compatíveis com a real necessidade da instituição, tendo como base a estrutura de pessoal existente, a organização dos grupamentos operacionais e a dinâmica das atividades desempenhadas diariamente.

2.1. Classificação: Serviço comum.

2.2. Previsão no plano de contratações anual

O objeto da demanda do presente estudo técnico preliminar consta no Plano de Contratações Anual do exercício de 2026, registrado através do DFD nº 25.07.25.B76-33, links de acesso: <https://licitacoes.sobral.ce.gov.br/pca/cat:pca-2026>. O PCA 2026 da Guarda Civil Municipal está publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, com o código ID nº 07598634000137-0-000002/2026, link de acesso: <https://pncp.gov.br/app/pca/07598634000137/2026/2>, nos termos do Decreto Municipal nº 3.640, de 03/02/2025.

3. Área requisitante

SETOR REQUISITANTE	RESPONSÁVEL PELO SETOR
Coordenadoria Operacional	Nome: Otávio Ribeiro Frota Matrícula: 8386 E-mail: otaviofrota@sobral.ce.gov.br

4. Descrição dos requisitos da contratação

4.1. O processo de contratação do objeto do presente estudo técnico preliminar deverá ser de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 3.737, 3.215, 3.218, e 3.219, de 26/07/2023 e as demais normas vigentes aplicáveis às contratações públicas.

4.2. Natureza: Serviço comum, com fornecimento de natureza contínua.



4.2.1. Justificativa para o Fornecimento/Serviço Contínuo:

A continuidade do serviço de locação de veículos automotores, do tipo motocicletas e automóveis devidamente adaptados para uso como viaturas policiais, é de fundamental importância para garantir a eficácia das atividades operacionais diárias da Guarda Civil Municipal de Sobral.

A Guarda Civil Municipal (GCM) de Sobral tem atribuições relevantes na promoção da segurança pública, no patrulhamento preventivo, na proteção do patrimônio público, bem como no apoio às demais forças de segurança e aos serviços públicos municipais. Para desempenhar essas funções com eficácia, é imprescindível dispor de veículos que atendam aos padrões operacionais exigidos, como sirenes, sinalização visual, compartimentos de segurança, rádios comunicadores, entre outros equipamentos específicos. A locação com adaptação para viatura policial assegura que os veículos estejam plenamente aptos para atuação em ocorrências e patrulhamento.

Além disso, a frota locada possibilita constante atualização dos veículos, com substituições periódicas que garantem maior eficiência energética, menor emissão de poluentes e redução nos índices de falhas mecânicas, contribuindo com a sustentabilidade e a continuidade dos serviços sem interrupções. Também elimina custos elevados com manutenção corretiva e preventiva, que tradicionalmente recaem sobre a administração pública em caso de frota própria.

Outro ponto relevante é a agilidade na reposição de veículos em caso de sinistros ou defeitos mecânicos, já que os contratos de locação geralmente preveem substituição imediata, garantindo que a GCM não sofra prejuízos em sua capacidade de resposta. Isso é especialmente importante diante do crescimento urbano de Sobral e das constantes demandas por segurança nos bairros e distritos.

Portanto, a continuidade do serviço de locação de motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial configura-se não apenas como uma medida de gestão eficiente, mas também como um imperativo para assegurar a presença ativa, constante e eficiente da Guarda Civil Municipal de Sobral nos mais diversos territórios da cidade. Essa medida fortalece a sensação de segurança da população, otimiza o atendimento às ocorrências e reforça o compromisso da gestão pública com a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Dessa forma, justifica-se plenamente a contratação contínua deste serviço, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e eficácia, que devem nortear a administração pública municipal.

4.3. Para prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto deste estudo técnico preliminar, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.4. O licitante mais bem classificado terá o prazo de 2 (Duas) horas após a negociação realizada para enviar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado, nos termos do Art. 52 do Decreto Municipal nº 3737/2025.

4.5. O licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (Duas) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

4.5.1. Justificativa da adoção do prazo de 2 (duas) horas para envio da proposta adequada e documentos de habilitação:

O prazo de duas horas para o envio de proposta adequada e dos documentos de habilitação pelos licitantes, encontra amparo normativo, fundamento técnico e respaldo em prática administrativa consolidada no âmbito da Administração Pública municipal. De início, cumpre esclarecer que a Lei nº 14.133/2021 não estabelece prazo mínimo ou máximo. Assim, cabe à Administração, no exercício da discricionariedade técnica e administrativa, definir o prazo que melhor atenda à natureza e à celeridade do procedimento, respeitados os princípios da



razoabilidade, eficiência e isonomia.

O prazo de duas horas foi fixado nos termos do art. 52 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, que expressamente prevê que o edital de licitação “deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas e no máximo vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado”, se aplicando, por analogia, aos documentos de habilitação, prática administrativa que encontra respaldo na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), cujo art. 4º autoriza a utilização da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito para suprir lacunas normativas. O prazo fixado visa, portanto, garantir a continuidade da sessão pública eletrônica, evitando interrupções desnecessárias e assegurando a tempestividade do certame.

Além disso, o edital prevê mecanismos de flexibilidade e garantias procedimentais que afastam qualquer risco de restrição à competitividade ou tomada de decisões desarrazoadas. Devendo ser expressamente previsto no instrumento convocatório que o prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado e justificado pelo licitante. Os editais das licitações da Prefeitura de Sobral já permitem a verificação automática da documentação de habilitação no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), o que desonera o participante do envio manual de parte dos documentos e simplifica a comprovação dos requisitos de habilitação. Ademais, em conformidade com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento convocatório também deverá prever a realização de diligências para complementação ou atualização de informações, quando necessário, especialmente para fatos preexistentes à sessão pública ou para atualização de documentos com validade expirada após a apresentação das propostas.

4.6. Definição dos Requisitos da Contratação

A definição dos requisitos da contratação é uma etapa crucial para garantir a seleção da solução mais adequada às necessidades da GCMS, conforme orienta o art. 18 da Lei nº 14.133/2021. Esses requisitos devem assegurar critérios de sustentabilidade, observância da legislação vigente e padrões mínimos de qualidade e desempenho, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

4.7. Regularização Veicular, Manutenção e Documentação

A contratada será responsável por:

- Enlocamento, licenciamento e seguro obrigatório (DPVAT).
- Seguro total para os veículos, incluindo cobertura contra incêndio, roubo, colisão, furto e terceiros (mínimo de R\$ 80.000,00 para o veículo e R\$ 100.000,00 para terceiros).
- Todas as manutenções preventivas e corretivas, incluindo substituição de pneus, peças, fluidos e acessórios obrigatórios.
- Disponibilizar, no mínimo, duas oficinas para motocicletas e duas para os demais veículos, bem como serviço de guincho 24h com tempo máximo de resposta de 3h.
- Substituição de veículos indisponíveis no prazo de até 72h (carros) e 48h (motocicletas), com reserva mínima de 10% da frota para motos, 1 veículo para os itens 2 e 3 e 3 (três) veículos para o item 4.
- Renovação da frota a cada 2 anos, ou sempre que constatada condição inadequada de uso.
- Entregar os veículos com tanque cheio, limpos e higienizados, com chave reserva.

Manter os veículos em nome da contratada (CNPJ), com toda documentação regular e atualizada.



4.8. Gestão de Infrações de Trânsito

- A contratada será responsável pelo recebimento e envio das notificações de infrações em até 7 dias úteis, conforme art. 257, §7º do CTB.
- Caso não haja envio dentro do prazo, a contratada assumirá integralmente o pagamento das multas, taxas e despesas.
- As multas deverão ser encaminhadas à GCMS, garantindo ampla defesa ao condutor e comunicação formal ao motorista responsável.

Após a identificação do condutor infrator, os valores das multas serão de responsabilidade deste, cabendo à contratada o devido repasse dos recibos de pagamento.

4.9. Identificação Visual dos Veículos

Todos os veículos deverão conter grafismo padronizado, conforme especificações da Administração e **anexos 3, 4, 5 e 6** do ETP.

4.10. Responsabilidade Trabalhista e Obrigações Legais

- A contratada será integralmente responsável por seus empregados, inexistindo vínculo trabalhista com a Administração.
- Caberá à empresa cumprir todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais.
- Sempre que solicitado, deverá apresentar documentos que comprovem regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

É vedado o uso de mão de obra infantil e de menores de 16 anos em atividades insalubres, noturnas ou perigosas.

4.11. Reposição e Substituição de Veículos

- Em caso de perda total, a reposição deverá ocorrer em até 90 dias para veículos zero km ou em até 20 dias úteis para veículos usados (máximo 1 ano de uso e 10.000 km).
- Veículos reserva poderão ser seminovos, com no máximo 2 anos de uso.

Defeitos recorrentes deverão ensejar a substituição por veículo zero km ou seminovo dentro dos limites estabelecidos.

4.12. Condições Operacionais e de Controle

- Quilometragem livre/mês.
- Sem motorista.
- Sem combustível, com exceção do momento da entrega, quando deverão ter seu tanque de combustível na capacidade máxima.
- Assistência 24h em todo o Estado do Ceará.
- Sistema web ou relatórios com informações da frota (quilometragem, placas, manutenções, sinistros, multas etc.).
- Higienização obrigatória após manutenções ou substituições.
- Glosa no pagamento em caso de descumprimento das exigências contratuais.
- Sigilo sobre informações obtidas na execução do contrato.

4.13. Da execução dos serviços:

4.13.1. A execução dos itens contratados será por ordem de serviço, com prazo de entrega de até 120 (cento e vinte) dias corridos a partir do seu recebimento, a serem entregues no endereço: Rua Engenheiro José Figueiredo, 1035, Cohab I- Guarda Civil Municipal. CEP:



62.051-018, nos horários e dias de funcionamento: 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00, de segunda a sexta.

4.13.2. Execução: Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de liquidação e pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

4.13.3. A vigência inicial do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido executados com eficiência e qualidade.

4.14.- Necessidade de garantia de execução:

4.14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

4.15. Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no Termo de Referência.

4.16. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

4.17. A proposta da(s) interessada(s) deverá(ão) ser redigidas em língua portuguesa, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela proponente ou seu representante legal.

4.18. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação da proponente, a serem especificados no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.19. Vistoria:

4.19.1. A Contratada deverá apresentar os veículos para **vistoria prévia**, a ser realizada pela Contratante antes do início da prestação dos serviços, com o objetivo de verificar o estado geral de conservação, funcionamento, adequação técnica e conformidade com as especificações do Termo de Referência.

4.19.2. A vistoria ocorrerá em local, data e horário previamente agendados pela Contratante, podendo ser realizada em local de maior viabilidade para ambas as partes, em um raio máximo de **250 km da cidade de Sobral-CE**, sendo obrigatória a presença de representante da Contratada.

4.19.3. Somente após a **aprovação da vistoria** e a emissão do **Termo de Recebimento** pela Contratante os veículos estarão liberados para o início da prestação dos serviços, conforme modelos constantes no **Anexo 1 – Checklist de Vistoria dos Veículos** e no **Anexo 2 – Termo de Recebimento** deste Estudo Técnico Preliminar.

4.19.4. Caso sejam identificadas irregularidades, inadequações ou não conformidades, a Contratada deverá providenciar as correções necessárias ou a substituição dos veículos, no prazo mínimo de **15 (quinze) dias úteis** e máximo de **45 (quarenta e cinco) dias úteis**, conforme a natureza da irregularidade, contados da notificação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.19.5. Durante a vigência contratual, a Contratante poderá realizar **vistorias adicionais** sempre que entender necessário, devendo a Contratada garantir o imediato atendimento a essas solicitações.

4.19.6. **Justificativa para a exigência de vistoria:**

A vistoria prévia pela Administração Pública visa assegurar que os veículos entregues estejam em perfeito estado de conservação, possuam equipamentos obrigatórios e estejam aptos ao uso imediato, evitando riscos operacionais, atrasos na prestação do serviço ou necessidade de substituições posteriores.

Além disso, durante a vigência contratual, a possibilidade de realização de vistorias adicionais busca manter o padrão de qualidade exigido, coibindo eventual deterioração ou



descumprimento das obrigações contratuais.

Essa exigência encontra respaldo no princípio do **planejamento** (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e no dever de garantir a **continuidade e a qualidade do serviço público**, especialmente por se tratar de objeto relacionado diretamente à área da segurança pública, cuja falha ou interrupção pode gerar impactos significativos na prestação do serviço à população.

Portanto, a inclusão das cláusulas de vistoria justifica-se como medida preventiva para resguardar o interesse público, assegurar a eficiência do contrato e garantir a segurança dos servidores durante as suas atividades operacionais preventivas e ostensivas, além dos demais usuários dos serviços prestados.

4.20. Da subcontratação:

4.20.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto do presente estudo técnico preliminar, nos termos do caput do Art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e dos artigos 90 e 91 do Decreto Municipal nº 3737/2025.

4.20.1.1. Justificativa para vedação da subcontratação:

A vedação à subcontratação do objeto se justifica com base nas seguintes necessidades:

- **Preservação da responsabilidade contratual**

A Administração, ao contratar uma empresa para fornecer bens ou prestar serviços, leva em consideração sua **capacidade técnica, econômica e jurídica**. Assim, permitir a subcontratação pode diluir essa responsabilidade e dificultar a apuração de falhas, inadimplementos ou danos, comprometendo a efetividade do contrato.

- **Garantia da capacidade técnica avaliada na licitação**

A habilitação técnica apresentada no certame refere-se **exclusivamente à empresa vencedora**. Assim, a subcontratação pode resultar na execução do objeto por terceiros que **não foram avaliados pela Administração Pública**, contrariando os critérios de seleção estabelecidos.

- **Redução de riscos à execução contratual**

A participação de terceiros para a execução do contrato poderá aumentar a complexidade da gestão do contrato, gerar conflitos operacionais, introduzir riscos de atrasos, falhas técnicas ou descontinuidade do serviço pela empresa subcontratada, além de dificultar a fiscalização e o acompanhamento do objeto contratual.

4.21. Da previsão de consórcio:

4.21.1. É vedada a participação de consórcio, qualquer que seja sua constituição, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.21.1.1. Justificativa para Não Participação de Consórcio

Acerca dos Consórcios este Município, através da Guarda Civil Municipal de Sobral, informa que é obrigatória a participação dos mesmos em procedimento licitatório, conforme artigo 15 da Lei n.º 14.133/2021, contudo quando vedada sua participação, deverá ser devidamente justificada.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, ou seja, nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.



A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração

Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

A decisão da Guarda Civil Municipal de Sobral, pela vedação à participação de consórcio é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação entre os riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

Diante do exposto e considerando que existem diversas empresas com capacidade para fornecer o objeto deste Edital, a GCMS, decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição a competitividade, economicidade e moralidade.

4.22. Sustentabilidade Ambiental:

A Constituição Federal estabeleceu, no Art. 170, inciso VI, como um dos princípios da ordem econômica, a defesa do meio ambiente quanto ao impacto ambiental dos serviços e de seus processos de prestação.

Vários outros instrumentos legais orientam no sentido da inclusão de critérios socioambientais nas licitações e contratações públicas, tais como a Lei Nº. 12.187/2009 que instituiu a Política Nacional sobre Mudança de Clima (PNMC), que tem como uma de suas diretrizes o estímulo de práticas, atividades e tecnologias de baixas emissões de gases de efeito estufa (Art. 5º, XIII, a), e como um de seus instrumentos a adoção de critérios de preferência nas licitações públicas para as propostas que propiciem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos (Art. 6º, XII).

A Lei Nº. 14.133/2021 estabelece em seu Art. 5º, além dos princípios básicos, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. A promoção do desenvolvimento nacional sustentável na prestação de serviços deve ser fiscalizada pela Administração Pública, já que não é uma questão de oportunidade e conveniência, mas uma obrigação trazida na Constituição da República Federativa do Brasil e na legislação infraconstitucional, além de uma questão de ética, de respeito às atuais e futuras gerações.

Desse modo, os veículos a serem utilizados para execução dos serviços devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental, de modo que ocorra o respeito ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, que estabelece limites para as emissões de gases e partículas pelos veículos.

Assim, a fiscalização da contratação deve estar atenta para verificar se a Contratada atenderá de forma plena os critérios que garantam a sustentabilidade, em especial à redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

A Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço:

- a) Observar os padrões previstos na legislação específica no que se refere à disposição final dos resíduos provenientes da manutenção e utilização corriqueira do veículo, que vai desde o descarte adequado de peças, bem como resíduos.
- b) Fazer o uso de soluções como o Agente Redutor Líquido de Óxidos de Nitrogênio (ARLA),



que se trata de um reagente composto que deve ser inserido no Sistema de Redução Catalítica Seletiva, visando reduzir a emissão química de gases do escape de veículos movidos a diesel.

Além do exposto, a contratada deverá observar outras resoluções e legislações pertinentes a sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

4.23. Sustentabilidade Econômica:

A **sustentabilidade econômica** aplicada à locação de viaturas assegura o uso racional dos recursos financeiros e contribui para a continuidade e qualidade do serviço prestado.

O custo de aquisição de veículos já se faz de valor elevado, tendo a administração que fazer um investimento orçamentário maior, no caso da locação ela já abarca todas as responsabilidades de manutenção e demais custos fixos e anuais para a contratada, gerando assim uma economia de escala para a administração.

A sustentabilidade econômica é observada também na capacidade da contratada realizar substituição imediata de veículos em algumas horas após, o que não poderia ser viável caso os veículos fossem da própria administração, onde haveria de aguardar pela liberação do veículo que, poderia durar até semanas ou meses dependendo da depreciação, trazendo prejuízo aos serviços operacionais prestados diariamente.

Há também no que se mencionar as condições para renovação, substituição ou rescisão sem onerar a contratante, resultando custo x benefício de longo prazo para a administração pública.

4.24. Serão exigidos Índices de Qualificação Econômico-Financeira.

4.24.1. Justificativa para exigência de Índices para Qualificação Econômico-Financeira:

Para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes, será considerado o índice de Liquidez Geral. O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo.

Será exigido índice de liquidez, não inferior a 1,0 (um), de modo a se avaliar a real situação financeira das empresas licitantes, com o objetivo de verificar a capacidade de satisfação das obrigações assumidas, além da capacidade de cumprimento dos encargos econômicos decorrentes da contratação, considerado o prazo de duração da mesma.

Ademais, índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que poderá comprometer a continuidade das atividades da empresa, como também, atrasos ou não entrega do objeto licitado.

O índice estabelecido atende o § 1º do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, pois permite a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, e não inferior a 1,0 (um), atende os valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas, não frustrando ou restringindo assim o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

O índice de Liquidez Geral é apurado conforme fórmula abaixo:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}).$$

Ressalta-se que, será exigido para fins de habilitação, PATRIMÔNIO LÍQUIDO mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

O atendimento do índice econômico ora solicitado deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Destaca-se que empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a



todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021, para fins de comprovação das condições exigidas.

Entendimento do tribunal de contas da união (TCU):

“Licitação. Qualificação econômico-financeira. Índice contábil. Capital social. Patrimônio líquido. Índice de liquidez. Capital circulante líquido. Acumulação. A exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimos, disposta no art. 69, § 4º, da Lei 14.133/2021, não está condicionada apenas aos casos em que o licitante apresente índices contábeis iguais ou inferiores a 1 (um). Para fins de habilitação econômico-financeira, a Administração pode exigir dos licitantes, de forma cumulativa: i) declaração de compromissos assumidos (art. 69, § 3º, da mencionada lei); ii) índices de liquidez acima de 1 (um); iii) patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação; e iv) capital circulante mínimo em percentual suficiente para assegurar até dois meses de execução contratual sem nenhum pagamento por parte da Administração, devendo tais exigências ser devidamente motivadas nos atos preparatórios da contratação. Acórdão 2724/2025 Plenário (Denúncia, Relator Ministro Benjamin Zymler)”

5. Levantamento de mercado (inciso III do art.8º do Decreto Municipal nº 3.219/2023)

5.1. O objetivo deste levantamento é identificar e analisar as alternativas disponíveis para auxiliar os órgãos/unidades orçamentárias da Prefeitura do Município de Sobral no fornecimento e/ou execução dos serviços objeto deste ETP, além de justificar a escolha da solução mais adequada.

5.2. Em análise ao mercado, foram realizadas consultas no Portal Nacional de Contratações Públicas, Portal de Licitações dos Municípios no site do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, contratações anteriores do mesmo órgão, Portais de Transparências de outros órgãos e em outros sítios na internet, em anexo, e identificamos 02 (duas) alternativas que podem suprir a necessidade, vejamos:

Solução 1

Solução 1 – Locação dos veículos	
Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none">- Não exige alto investimento inicial, preservando o orçamento anual da Administração.- A contratada assume a manutenção preventiva e corretiva da frota, reduzindo riscos operacionais e custos imprevistos.- Possibilita maior flexibilidade na gestão da frota, com potencial atualização tecnológica dos veículos.- Proporciona maior previsibilidade orçamentária, com custos previamente definidos.- Encargos como IPVA, licenciamento, seguros e documentação ficam sob responsabilidade da contratada.	<ul style="list-style-type: none">- Geração de despesa continuada ao longo da vigência contratual.- Necessidade de acompanhamento e fiscalização contratual contínua.- Possíveis limitações quanto à padronização ou escolha de modelos específicos.- Sujeição a reajustes contratuais, conforme legislação vigente.

Solução 2

Solução 2 – Aquisição de veículos	
Vantagens	Desvantagens



<ul style="list-style-type: none">- Os veículos passam a integrar o patrimônio da Administração.- Possibilidade de definição detalhada das especificações técnicas conforme a necessidade institucional.- Ausência de pagamento mensal contínuo vinculado à utilização.- Possibilidade de alienação futura dos bens, com recuperação parcial do investimento.	<ul style="list-style-type: none">- Elevado custo inicial, com impacto significativo no orçamento público.- Necessidade de arcar com todos os custos operacionais (manutenção, seguro, documentação, adaptações, entre outros).- Aumento da complexidade administrativa para gestão da frota.- Risco de depreciação e obsolescência ao longo do tempo.- Possibilidade de indisponibilidade dos veículos em decorrência de falhas mecânicas.
--	---

5.3 Análise comparativa das soluções:

Critério Técnico-Econômico	Locação de Veículos	Aquisição de Veículos
Investimento inicial	Não exige investimento inicial elevado	Elevado custo inicial, com impacto direto no orçamento
Modelo de custo	Despesa continuada e previsível	Despesa de capital + custos operacionais variáveis
Custo do ciclo de vida	Incluído no contrato (manutenção, reposição, seguro)	Elevado e imprevisível (modernização, adaptação, manutenção, peças, depreciação)
Previsibilidade orçamentária	Alta previsibilidade (valores mensais fixos)	Baixa previsibilidade (custos variáveis ao longo do tempo)
Manutenção preventiva e corretiva	Responsabilidade da contratada	Responsabilidade integral da Administração
Substituição de veículos	Imediata, conforme contrato	Dependente de nova contratação ou reparo
Disponibilidade da frota	Alta (com garantia contratual)	Sujeita a indisponibilidades por falhas mecânicas
Gestão administrativa da frota	Simplificada (terceirizada)	Complexa (controle de manutenção, seguros, documentação)
Risco operacional	Transferido à contratada	Integralmente assumido pela Administração
Depreciação e obsolescência	Risco da contratada	Risco da Administração
Atualização tecnológica	Possível ao longo do contrato, obrigação da contratada	Limitada (frota tende a ficar defasada)
Flexibilidade operacional	Alta (ajustes contratuais e substituições)	Baixa (dependente de novos investimentos)
Impacto na estrutura administrativa	Reduzido	Elevado (necessidade de estrutura de gestão de frota)
Liquidez do investimento	Não aplicável	Baixa (alienação futura com perda de valor)
Economicidade global	Maior, considerando custos totais e riscos reduzidos	Menor, devido aos custos indiretos e riscos associados

5.4. Justificativa da escolha da solução:

A partir do levantamento de mercado e das análises comparativas realizadas, conclui-se que a solução de locação de veículos apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para atendimento das necessidades da Guarda Municipal sob os aspectos técnico, econômico e operacional, em conformidade com o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A análise demonstrou que, embora a aquisição de veículos possibilite a incorporação dos bens ao patrimônio público, tal alternativa implica elevado dispêndio inicial, classificado como despesa de capital, além da assunção integral dos custos indiretos e variáveis ao longo da vida útil dos veículos, tais como manutenção preventiva e corretiva, seguros, reposição de peças,



depreciação, gestão da frota e eventual alienação ao final do ciclo.

No contexto orçamentário, destaca-se que, na maioria dos órgãos públicos, os recursos disponíveis para a contratação da locação de veículos decorrem de receitas não vinculadas, destinadas ao custeio das atividades administrativas, não sendo suficientes para suportar investimentos iniciais de maior vulto, como é o caso da aquisição de veículos, devido às diversas despesas de custeio a serem cumpridas. Por outro lado, a locação de veículos configura despesa de natureza continuada, compatível com a estrutura orçamentária de custeio, permitindo a diluição dos custos ao longo do tempo e maior previsibilidade orçamentária e financeira, sem comprometer a execução de outras políticas públicas. A aquisição de veículos, por se tratar de despesa de capital, geralmente depende de fontes específicas de financiamento ou de disponibilidade orçamentária mais restrita, o que, no cenário analisado, não se mostra viável ou oportuno.

Sob a perspectiva do custo do ciclo de vida do objeto, a locação demonstra-se mais eficiente, uma vez que engloba, em um único contrato, todos os custos associados à utilização dos veículos, incluindo manutenção, substituição em caso de indisponibilidade, seguros e demais encargos operacionais, transferindo tais responsabilidades à contratada. Na hipótese de aquisição, tais custos seriam integralmente suportados pela Administração, com elevado grau de incerteza e potencial incremento das despesas ao longo do tempo, especialmente considerando o uso intensivo e contínuo dos veículos nas atividades de fiscalização, operação e apoio logístico. Assim, a locação reduz significativamente os riscos operacionais e financeiros, assegurando maior disponibilidade da frota e continuidade dos serviços públicos.

No que tange à avaliação das alternativas tecnológicas, procedeu-se à análise comparativa entre veículos movidos a combustão e veículos híbridos, considerando critérios como disponibilidade no mercado, custo de contratação, manutenção, infraestrutura de suporte e adequação ao perfil de uso. Verificou-se que, embora os veículos híbridos apresentem vantagens ambientais e potencial economia de combustível, sua adoção, no momento, mostra-se limitada pela menor oferta no mercado, maior custo de locação ou aquisição, necessidade de assistência técnica especializada e eventual dependência de infraestrutura ainda não amplamente disponível. Além disso, considerando que o uso dos veículos será contínuo, intensivo e operacional, com demandas constantes de deslocamento, os veículos a combustão apresentam maior compatibilidade com o perfil de uso, autonomia, facilidade de manutenção e ampla disponibilidade de suporte técnico, revelando-se mais adequados à realidade operacional da Administração.

Portanto, considerando a análise integrada de custo-benefício, o custo do ciclo de vida do objeto, a viabilidade orçamentária, a natureza contínua do serviço e a avaliação das alternativas tecnológicas disponíveis, conclui-se que a locação de veículos movidos a combustão constitui a solução mais eficiente, econômica e adequada para atendimento da necessidade administrativa, assegurando maior previsibilidade, redução de riscos, eficiência na gestão e continuidade dos serviços públicos, em plena consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5.5. Alternativas para a regularização da contratação

5.5.1. Para a **regularização da contratação** é necessário observar a legislação vigente e escolher o instrumento jurídico mais adequado, conforme a necessidade descrita. Com base no disposto, avaliamos as **alternativas possíveis para formalizar a contratação, conforme a seguir:**

Modalidade de Licitação	Resumo / Características	Critério de Julgamento e Modo de Disputa	Previsão Legal
Pregão Eletrônico	Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns,	Menor preço / Modo de	⇒ Modalidade: XLI, Art. 6º, inciso I, Art. 28 da Lei nº



	cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.	disputa aberto e fechado.	14.133/2021 e inciso I, Art. 24 do Decreto Municipal nº 3737/2025; ⇒ Critério de julgamento: inciso I, Art. 33 da Lei nº 14.133/2021 e inciso I, parágrafo único, Art. 53 do Decreto Municipal nº 3737/2025; ⇒ Modo de disputa: Art. 56 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 47 do Decreto Municipal nº 3737/2025.
Pregão Eletrônico com Registro de Preços	Sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante a realização e pregão, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços objeto do presente estudo, para contratações futuras.	Menor preço / Modo de disputa aberto e fechado.	⇒ Modalidade: XLI, Art. 6º, inciso I, Art. 28 da Lei nº 14.133/2021 e inciso I, Art. 24 do Decreto Municipal nº 3737/2025; ⇒ Sistema de Registro de Preços: inciso XLV do Art. 6º, inciso IV do Art. 78 e Arts. 82 ao 86 da Lei nº 14.133/2021 e, ainda, Decreto Municipal nº 3.216/2023. ⇒ Critério de julgamento: inciso I, Art. 33 da Lei nº 14.133/2021 e inciso I, parágrafo único, Art. 53 do Decreto Municipal nº 3737/2025; ⇒ Modo de disputa: Art. 56 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 47 do Decreto Municipal nº 3737/2025.
Adesão à Ata de Registro de Preços oriunda de Pregão	Os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, desde que seja apresentada justificativa da vantagem da adesão, demonstração da compatibilidade dos preços com a média de mercado e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor.	Não se aplica.	⇒ Adesão a Ata de Registro de Preços: §§ 2º ao 6º, Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.216/2023.

5.5.2. Justificativa da escolha da alternativa mais adequada para a regularização da contratação

A escolha do **Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)** como instrumento para a regularização da presente contratação fundamenta-se na natureza do objeto, classificado como serviço comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que suas especificações podem ser definidas de forma objetiva e são amplamente disponíveis no mercado.

Nesse contexto, a legislação estabelece, no inciso XLI do art. 6º da referida Lei, que o pregão é a modalidade obrigatória para a contratação de bens e serviços comuns, devendo ser adotado com critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto, assegurando maior competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Adicionalmente, a adoção do **Sistema de Registro de Preços** mostra-se plenamente adequada ao caso concreto, uma vez que a demanda apresenta características de **repetitividade, necessidade contínua e possibilidade de variação quantitativa ao longo do tempo**, não sendo recomendável a fixação prévia e integral dos quantitativos a serem contratados.

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado para contratações futuras, mediante registro formal de preços relativos à prestação de serviços e fornecimento de bens, permitindo à Administração maior flexibilidade na gestão contratual, com contratações conforme a efetiva necessidade, sem a obrigatoriedade de execução integral imediata.

A utilização do SRP proporciona, ainda, importantes vantagens, tais como:



- otimização dos processos de contratação, evitando a realização de múltiplas licitações para o mesmo objeto;
- maior eficiência administrativa e redução de custos operacionais;
- possibilidade de atendimento de demandas supervenientes, dentro do prazo de vigência da ata;
- melhor gestão orçamentária, com contratações realizadas de forma parcelada, conforme a disponibilidade de recursos e necessidade da Administração.

No caso em análise, considerando a necessidade de garantir a continuidade dos serviços, especialmente diante do encerramento próximo da vigência contratual atual, bem como assegurar maior flexibilidade, padronização e eficiência na gestão da frota operacional, a adoção do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços revela-se a solução mais adequada, eficiente e vantajosa.

Dessa forma, conclui-se que a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, critério de julgamento pelo menor preço e modo de disputa aberto e fechado, atende plenamente aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento, estando em conformidade com a legislação vigente e com as necessidades institucionais da Administração.

Considerando que a presente contratação se dará por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), faz-se necessário avaliar a conveniência de incluir, desde a fase de planejamento, a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata por igual período, acompanhada da renovação dos quantitativos originalmente registrados, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

Tal previsão encontra respaldo em entendimentos consolidados:

- Parecer nº 00453/2024/CGU/AGU, que reconhece a legalidade da renovação dos quantitativos registrados desde que (I) comprovada a vantajosidade; (II) haja previsão expressa no edital e na ata; (III) a hipótese esteja contemplada no planejamento; e (IV) a prorrogação ocorra dentro do prazo de vigência;
- Enunciado nº 42/2023 do Conselho da Justiça Federal (CJF), que admite a renovação das quantidades registradas na hipótese de prorrogação, ressaltando a necessidade de tratar o tema já na fase de planejamento da contratação;
- Prejulgado nº 2526/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), que detalha os requisitos para a adoção da medida, destacando a importância da vinculação ao edital, da pesquisa de preços atualizada e da comprovação da demanda proporcional.
- Acórdão 547/2026 – TCU – Plenário: "A partir dessa constatação, e considerando a natureza jurídica da ata como instrumento auxiliar das contratações, torna-se necessário adotar raciocínio análogo ao utilizado nos contratos prorrogáveis. Nos contratos por escopo, por exemplo, a vigência está vinculada à entrega do objeto; já nos contratos contínuos, a prorrogação visa assegurar a prestação no período subsequente, o que naturalmente implica renovação dos quantitativos necessários. De modo semelhante, quando a ata serve de instrumento auxiliar a uma contratação pontual ou de natureza finita, tende a prevalecer a manutenção do saldo remanescente; quando serve a uma contratação contínua, a recomposição integral dos quantitativos se mostra adequada."

Dessa forma, prevê-se no presente ETP a possibilidade de prorrogação da vigência da ARP, por uma única vez, por igual período, com a consequente renovação dos quantitativos originalmente registrados, condicionada à:

1. inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício correspondente;
2. realização de nova pesquisa de preços, demonstrando que os valores permanecem vantajosos para a Administração;



3. elaboração de análise técnica fundamentada, com base no consumo efetivo do período anterior e na projeção da demanda para o novo período;
4. manifestação de concordância expressa do fornecedor detentor da Ata;
5. formalização da prorrogação por termo aditivo celebrado dentro do prazo de vigência da Ata.

Essa previsão visa garantir maior eficiência, economicidade e continuidade do fornecimento, reduzindo custos transacionais da Administração e assegurando que a solução adotada se mantenha vantajosa, em consonância com os princípios do planejamento, da economicidade, da transparência e da vinculação ao edital.

5.5.3. Justificativa para não Divulgação da IRP

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

A obrigatoriedade de divulgação da IRP está disposta no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, como também no inciso I do art. 7º da Decreto Municipal nº 3.216/2023, contudo, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, sendo dispensável, conforme § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e, desde que seja de interesse restrito dos órgãos, justificável, de acordo com parágrafo único art. 7º da Decreto Municipal nº 3.216/2023.

Art. 7º (...)

Parágrafo único. A publicidade da intenção de registro de preços aos demais órgãos e entidades, prevista no inciso I do caput deste artigo, poderá ser dispensada pelo órgão gerenciador, mediante justificativa, quando o objeto **for de interesse restrito a órgãos ou entidades específicas** da administração pública municipal.

No caso em tela, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude de o objeto desta licitação ser de interesse restrito deste órgão pois se trata de serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial (sem fornecimento de combustível e sem condutor), para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral.

Ressalta-se que o objeto em questão possui finalidade específica para este órgão, uma vez que os veículos adaptados (tanto as motocicletas quanto os automóveis), serão personalizados e padronizados para uso da GCMS em suas atividades operacionais, sendo destinados a realização específica destas atividades. Assim, a abertura para intenção de registro de preços poderia reduzir a quantidade de veículos necessários para atender as necessidades deste órgão

Ademais, conforme art. 9º do Decreto Municipal nº 3.216/2023, nas aquisições setoriais, o órgão detentor do processo será o responsável pela condução do conjunto de procedimentos da fase interna do certame para registro de preços, enquanto à Central de Licitações da Prefeitura de Sobral (CELIC) será a responsável pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

Ressalta-se que nem o setor competente do órgão/secretaria de origem dispõe de recursos humanos suficiente para avaliar as propostas enviadas do demais órgãos/entes da Administração Pública para composição do processo, como também, a Central de Licitações do município de Sobral, não dispõe de recursos humanos suficiente para a posteriori, gerenciar o conjunto de procedimentos para registro de preços e a Ata de Registro de Preços dele decorrente.

Justifica-se, portanto, a não divulgação da IRP para outros órgãos/entes da Administração Pública.



6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1. A estimativa das quantidades foi elaborada com base nas necessidades contínuas da Guarda Civil Municipal, garantindo conformidade com a legislação e eficiência na execução contratual e consecução do interesse público envolvido, conforme a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	<p>LOCAÇÃO DE 20 (VINTE) MOTOCICLETAS PARA PATRULHAMENTO, TIPO: TRAIL, ADESIVADAS E EQUIPADAS PARA USO EM ATIVIDADE DE PATRULHA OU POLICIAMENTO.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, Pintura personalizada, adesivo e acessórios para patrulhamento; Motor Monocilíndrico de 4 tempos, arrefecimento a ar, de NO MÍNIMO 290 cilindradas; Potência mínima de 20 cv; Injeção Eletrônica; Ano/modelo 2025 ou versão mais recente. Dispositivo contra linha de pipa para motociclista: Dispositivo contra linha de pipa constituído de vareta telescópica com cerca de 01 (um) metro de comprimento, confeccionado em material resistente e flexível, com sistema que permite o corte da linha. Instalado no centro do guidão ou da carenagem da motocicleta, próximo à base do espelho retrovisor, de forma a não causar ferimentos ao piloto em caso de choque ou colisão dianteira da motocicleta. Protetor de motor e carenagem para motocicleta: Protetor do motor em peça única confeccionado em tubos metálicos de seção circular, reforçado, com acabamento em pintura preto fosco ou no padrão original do quadro da motocicleta. Fixação ao quadro por meio de parafusos, com no mínimo dois pontos de apoio, a depender do modelo da motocicleta e do peso (deverá ser avaliado pela contratante), haja vista que a motocicleta será usada de modo operacional, e seu uso se dará de forma mais severa.</p> <p>DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SINALIZADORES:</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL: o conjunto de sinalização visual deverá ser composto por no mínimo 08 (oito) módulos sinalizadores no formato LINEAR, contendo mínimo de 3 (três) Leds de 3W de potência cada, formado por lentes colimadoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, todos resistentes a impactos, descoloração e amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc, gerenciados por microprocessador ou micro controlador, que permita a geração de flashes luminosos com frequência não inferior a 1,0Hz e não superior 4,0Hz. O circuito eletrônico devesa: garantir a eficiência luminosa dos equipamentos, mesmo que a viatura esteja desligada ou em baixa rotação. O sistema de luzes deverá conter as seguintes configurações mínimas: Quatro módulos sinalizadores frontais com mínimo 3 leds cada na cor vermelha e azul, instalados em suportes metálicos fixados junto à carenagem, sendo 2 módulos com Leds na cor cristal. Os LEDS deverão ter potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, resistente a impactos, descoloração, amarelamento. Fixados por meio de bases metálicas na cor preta, de dimensões reduzidas e resistentes a esforço e intempéries. Com alimentação nominal de 12 Vcc; Cada LED (Diodo Emissor de Luz) devesa: obedecer a especificação a seguir: Cor predominante - Vermelho; Comprimento de onda - Entre 610 e 630 nm; Intensidade luminosa mínima - 60 Lúmen; Encapsulamento - SMD 3535, 2525 ou 1616; Vida útil - 30.000 horas; Quatro módulos sinalizadores traseiros, instalados na traseira da estrutura do bagageiro, longitudinalmente ao sentido de marcha da motocicleta, com mínimo de 3 Leds cada na cor vermelha. Os LEDS deverão ter potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, resistente a impactos, descoloração, amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc; Cada LED (Diodo Emissor de Luz) devesa: obedecer a especificação a seguir: Cor predominante - Vermelho; Comprimento de onda - Entre 610 e 630 nm; Intensidade luminosa mínima - 60 Lumens; Encapsulamento - SMD 3535, 2525 ou 1616; Vida útil - 30.000 horas. Os módulos de sinalização visual deverão ter grau de proteção IP66 e serem passíveis de manutenção mesmo após o término da garantia do produto. Os equipamentos acústicos e visuais deverão ser imunes a interferências eletromagnéticas (EMI e RFI) no sistema original do veículo e no rádio transceptor ou dispositivos de comunicação, tampouco gerar ruídos eletromagnéticos/interferências nos equipamentos de comunicação embarcados. O sistema devesa: possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios, deverá ter gerenciamento de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo ou o desligamento do motor da motocicleta pela chave ou pelo botão "Kill Switch" (botão de desligamento do motor). Todo material plástico devesa: ser provido de proteção UV integrada à matéria-prima (sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção). Os módulos de Leds não podem exceder as dimensões 100mm de largura x 40mm de altura, com tolerância de $\pm 2,0$mm. A Sinalização devesa estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZAÇÃO ACÚSTICA: Módulo amplificador instalado junto ao protetor de pernas da motocicleta, com potência não inferior a 30W RMS. Deve oferecer mínimo de 4 (quatro) tipos de sons (Wail, Yelp, Hi-yelp e Horn). O conjunto de sinalização acústica sintonizado deve ser formado por corpo único (amplificador + driver de compressão), construído em nylon com fibra de vidro, resistente a água, impactos, calor e deformações, fixado através de suporte próprio adequados para evitar a vibração do conjunto quando a motocicleta estiver em deslocamento. Devesa ter gerenciamento automático de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo. O sistema devesa possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios. A Pressão sonora</p>	24 MESES



	<p>(SPL) de 110Db@1m deverá ser comprovada por medição através de decibelímetro aferido. Características técnicas: Consumo máximo: 2,5Ah consumo Standby By (repouso) 0 (zero); Pressão sonora (SPL): 110dB@1m. Resposta de Frequência: 600 a 3000Hz; Peso: Não superior a 1,5Kg. O conjunto Amplificador Sonoro e Unidade Sonofletora deverão estar certificados conforme norma ABNT NBR IEC 60529, Grau de Proteção IP67. Painel controlador do sistema acústico / visual: Deverá ser fornecido um painel de controle, com mínimo de 4 teclas, instalados do lado esquerdo do painel da motocicleta, resistente a água, com tamanho adequado que permita manuseio e acionamento utilizando apenas uma das mãos, sem a necessidade de se retirar a mão do manete, mesmo que o policial esteja utilizando luvas. O botão de acionamento da buzina deverá ser mantido, preservando a função original. O controlador deverá ser dotado de botões com sistema fosforescente de visualização e de acionamento em silicone translúcido retro iluminados de forma a ter uma boa visibilidade, tanto de dia quanto à noite, podendo identificar as funções que estão habilitadas. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta. Os botões devem estar em alto relevo em relação ao painel. O módulo de controle da sinalização deverá ser micro controlado para acionamento de forma prática dos sinalizadores visuais, controlando os efeitos luminosos e acionamento e seleção dos sons da sirene. É vedada a alteração da posição original do punho e/ou da manopla na motocicleta. As funções de acionamento do conjunto sinalizador (acústico e visual) deverão atender uma das lógicas de funcionamento abaixo: Tecla 1: 1ª função (Ligar/desligar as luzes) Um Pulso aciona as luzes; demais pulsos, troca os padrões de flashes das luzes; manter pressionado por 3 segundos, desligam as todas as luzes; 2ª função (Ajuste de brilho do backlight das teclas); manter a tecla pressionada para entrar no modo de ajuste. O backlight deverá alternar até o máximo brilho das teclas. Tecla 2: 1ª função (Ligar/selecionar sons/desligar a sirene) Um Pulso aciona a sirene; demais pulsos, troca os padrões de som; manter pressionado por 3 segundos, desligam a sirene. 2ª função (Ajuste de brilho do backlight das teclas): Manter a tecla pressionada para entrar no modo de ajuste. O backlight deverá alternar até o mínimo brilho das teclas. Tecla 3: 1ª função: Um Pulso aciona o som momentaneamente da sirene (PIAL ou HORN); manter pressionado por 3 segundos para ativar a função "EMERGÊNCIA", onde são acionados todos os módulos de Led em um padrão de flash de alta frequência, juntamente com o som Hi-Yelp da sirene. 2ª função (Ativar a função COMBOIO): Após acionar um padrão de flash, manter a tecla pressionada por 3 segundos para desligar as luzes direcionais traseiras, manter novamente a tecla pressionada por mais 3 segundos para religar as luzes direcionais traseiras e desligar as luzes direcionais dianteiras e manter a tecla pressionada por mais 3 segundos para sair do modo COMBOIO.</p> <p>GRAFISMO: Aplicação de grafismo/envelopamento, (conforme layout do anexo 3)</p>	
2	<p>LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS, TIPO CAMINHONETE, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA COM CELA, MONTADA COM BASE CHASSI SOB SUA CARROCERIA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, ano e modelo não inferior ao data da contratação; com pbt mínimo de 2.950kg, off road, com caçamba traseira de no mínimo 1.000 kg, com motorização à combustível diesel; fabricação nacional/ Mercosul, motor no mínimo 2.4 cilindradas, potência mínima de 190 cv, torque mínimo desejado de 42 kgf ; sistema de tração manual 4x4 com opção de reduzida; câmbio automático; freios com sistema abs, ebd, controle de tração e estabilidade; vidros elétricos nas quatro portas; capas protetoras com courvin de alta resistência e totalmente costuradas, presas aos bancos originais, não sendo com velcro ou amarradas aos bancos para o reforço e proteção da bancada original dianteira e traseira do veículo durante a utilização dos servidores municipais; jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete; revestimento para piso feito em material emborrachado, impermeável, de fácil limpeza; direção hidráulica ou superior; incluindo todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais itens de série não especificados. O veículo deverá possuir sensor de ré, ar-condicionado com capacidade de ofertar ar refrigerado em todo espaço do habitáculo, podendo ser analógico ou digital, com controle de temperatura manual ou automático, e original de fábrica; veículo com rodas com aro de no mínimo 16", com pneus possuindo tamanho compatível para uso misto, protetores homologados para as seguintes partes do veículo: cárter, transmissão, câmbio/reduzida e diferencial. É facultativa a presença de protetor metálico para o tanque de combustível; equipado com todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; carroceria na cor branca, barra longitudinal de teto, aplicação de película para proteção solar e anti-impacto; os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados e com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, conforme legislação vigente. Deverá ser equipado com quebra mato, suporte de armas longas, grafismo, sinalizadores auxiliares, sinalizador visual, sinalizador acústico, cela e demais itens, conforme segue:</p> <p>QUEBRA MATO: Confeccionado em aço liga ou carbono, em tubo redondos e chapas protetoras, fixado em pontos reforçados do veículo onde deverão proteger a parte dianteira do veículo contra impactos nos faróis, grades, lanternas e para choques. Deverá estar fixado ao veículo conforme permitido pelo design do fabricante (por exemplo, em seu chassi, em seus pontos estruturais do monobloco etc).</p> <p>SUPORTE DE ARMAS LONGAS: para transporte em viatura, em aço carbono, instalada no túnel central inferior do assoalho do compartimento de passageiros traseiros, com capacidade para alojar até 02 (duas) armas longas. As armas serão posicionadas sobre recortes em baixo-relevo, fixados sobre o túnel do veículo e fixadas, no mínimo, por meio de sistema de presilhas em nylon que permita rápida remoção do armamento.</p> <p>GRAFISMO (ADESIVAGEM) padrão conforme identidade visual da guarda municipal onde será repassado por meio de layout no ato de formalização contratual pela contratante, devendo ser aplicado sobreposto ao adesivo, cobertura completa de verniz automotivo, para preservação da identidade visual quanto a sua qualidade, resistência e durabilidade. (Conforme layout em anexo</p>	24 MESES



	<p>4).</p> <p>SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, com 02 (dois) minis sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com no mínimo 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência em cada led, na cor cristal, selados em formato circular, com aro de acabamento. Deverá ser instalado no veículo pela licitante. Será possível uso de solução técnica equivalente, desde que esta seja aceita pela Contratante e que atenda aos requisitos de desempenho, durabilidade e segurança. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR VISUAL: O veículo deverá ser equipado com barra sinalizadora visual de emergência em formato de arco ou barra, instalada no teto, adequada ao uso operacional. A barra deverá: Emitir sinais luminosos nas cores vermelho e azul, podendo conter luzes auxiliares na cor branca (luz de beco e/ou iluminação frontal); Possuir tecnologia em LED de alta eficiência, garantindo ampla visibilidade em 360°, sem pontos cegos; Ter perfil aerodinâmico e dimensões compatíveis com o porte do veículo, não excedendo a largura do teto; Possuir estrutura resistente a impactos, vibrações, intempéries e radiação UV; Ser composta por módulos luminosos distribuídos de forma uniforme, garantindo sinalização eficaz em todas as direções; Permitir acionamento de diferentes padrões de iluminação, conforme operação (ex.: emergência, deslocamento, parada); Possuir sistema de controle eletrônico integrado ao painel do veículo; Dispor de luzes auxiliares laterais (luz de beco) e frontais, quando aplicável. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR ACÚSTICO: painel iluminado com botões, de fácil visualização, intuitivo, instalado em local adequado, fixado de forma segura e resistente, evitando que este se solte ao logo do tempo e do uso. Com fácil acesso de controle. Seu controle deverá estar em mesmo módulo ou painel de acesso da sinalização visual. Sirene eletrônica composta de amplificador de 100 (cem) watts e unidade sonofetora única, com no mínimo 04 (quatro) tons, instalado no local mais adequado, admitindo-se a instalação junto a barra sinalizadora, com eficiente efeito sonoro à frente do veículo, porém com menor ruído possível na cabine do veículo. A pressão sonora será de 120db, devendo estar em conformidade com a norma SAE J1849 ou demais normas similares vigentes. Para a comprovação dessa medida, o aparelho utilizado para a aferição deverá ser colocado a 01 (um) metro de distância, em altura correspondente ao centro da peça de emissão do som. O drive utilizado específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Possui no próprio corpo pontos específicos para a fixação da corneta, não se admitindo a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. O sistema de megafone deverá ter seu suporte em local fixo no painel. Os equipamentos não gerarão ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias, conforme normas estabelecidas pela ANATEL e demais normativos vigentes.</p> <p>CELA: compartimento para transporte de detidos adaptado no compartimento de cargas, dotado de: compartimento de carga com capota confeccionada em ABS ou fibra de vidro, afixada na caçamba original do veículo, com alinhamento externo na altura da cabine original do veículo, com porta traseira em uma tampa só com sustentação por molas a gás, com sistema de travamento da tampa, fechadura (com 02 chaves) na parte superior e vidro vigia na tampa traseira, com aplicação de película fumê automotiva com grau de incidência de luminosidade g5; o compartimento de cela confeccionado em estrutura tubular de aço, com revestimento total em chapa de aço lisa perfurada nas laterais e teto, com porta traseira independente de abertura, com sistema de travamento duplo externo (com duas trancas apropriadas para cadeado e com pino das dobradiças ponteados com solda posicionado no lado esquerdo). os revestimentos laterais do compartimento de detidos deverão ser em chapa de aço com acabamento e tratamento anticorrosivo, pintada na cor cinza ou preto fosco; revestimento e proteção do assoalho da caçamba, com chapa de alumínio corrugada, com drenos para escoamento de líquidos e calafetação em todo seu perímetro. instalação de no mínimo 06 (seis) aletas em cada lateral da capota, para aumento da troca térmica no interior da capota; sistema de ventilação/exaustão através de no mínimo 02 (dois) ventiladores e 02 (dois) exaustores instalados no teto do compartimento com grade de proteção interna e acionamento na cabine do motorista; luminária interna e independente com grades metálicas de proteção, no compartimento de transporte de detidos, com acionamento de aviso sonoro na cabine do motorista em caso de esquecimento de desligamento do equipamento; instalação de porta algemas confeccionado em tubo de aço, fixado ao assoalho da caçamba; o compartimento de detidos deverá ser confeccionado com material de alta resistência mecânica e montado com acabamentos entre as chapas de aço, fibras e demais materiais, de forma a não permitir pontas que possam vir a ferir os detidos; estribo na traseira revestido em alumínio lavrado; obs.: a característica do compartimento de detidos deverá atender a legislação específica que versa sobre o assunto tais como a Lei nº 8.653, de 10 de maio de 1993, Resolução nº 626, de 19 de outubro de 2016 (CONTRAN) e Resolução Contran Nº 916, de 28 de março de 2022.</p> <p>Protetor de caçamba em polietileno ou material equivalente, devendo ser resistente; suporte fixado no para-choque dianteiro de impulsão com proteção de farol e piscas laterais; par de estribos laterais com capacidade de até 150kg. Sinalizadores auxiliares: strobo em led linha barras de led frontais para sinalização, composta por 04 (quatro) módulos com 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência cada módulo. sendo os 4(quatro) módulos posicionados na altura dos faróis, 02 (dois) módulos na cor rubi para sinalização de emergência e 02 (dois) módulos na cor azul com efeito estroboscópico. Instalado pela licitante no veículo.</p>	
3	LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, TIPO CAMINHONETE, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA, DEFESA CIVIL, MONTADA COM BASE CHASSI SOB SUA CARROCERIA.	24 MESES



CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: sem combustível e sem motorista, cor: branca, ano e modelo não inferior a data da contratação, com pbt mínimo de 2.950kg, off road, com caçamba traseira de no mínimo 1.000 kg, com motorização à combustível diesel; fabricação nacional/ Mercosul, motor no mínimo 2.4 cilindradas, potência mínima de 190 cv, torque mínimo desejado de 42 kgf ; sistema de tração manual 4x4 com opção de reduzida; câmbio manual; freios com sistema ABS, EBD, controle de tração e estabilidade; vidros elétricos nas quatro portas; capas protetoras com courvin de alta resistência e totalmente costuradas, presas aos bancos originais, não sendo com velcro ou amarradas aos bancos para o reforço e proteção da bancada original dianteira e traseira do veículo durante a utilização dos servidores municipais; jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete; revestimento para piso feito em material emborrachado, impermeável, de fácil limpeza; direção hidráulica ou superior; incluindo todos os equipamentos exigidos pelo código de trânsito brasileiro e demais itens de série não especificados.

O veículo deverá possuir protetor de caçamba em polietileno ou material equivalente; suporte fixado no para-choque dianteiro de impulsão com proteção de farol e piscas laterais; com par de estribos laterais que suportem até 150 kg.

O veículo deverá possuir sensor de ré, ar-condicionado com capacidade de ofertar ar refrigerado em todo espaço do habitáculo, podendo ser analógico ou digital, com controle de temperatura manual ou automático, e original de fábrica; veículo com rodas no mínimo 16" e com pneus possuindo tamanho compatível para uso misto, protetores homologados para as seguintes partes do veículo: cárter, transmissão, câmbio/reduzida e diferencial. É facultativa a presença de protetor metálico para o tanque de combustível; equipado com todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; carroceria na cor branca, barra longitudinal de teto, aplicação de película para proteção solar e anti-impacto; os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados e com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, conforme legislação vigente. Deverá ser equipado com quebra mato, barra de led, grafismo, sinalizadores auxiliares, sinalizador visual, sinalizador acústico, conforme segue:

QUEBRA MATO: Confeccionado em aço carbono ou aço em liga, em tubo redondos e chapas protetoras, fixado em pontos estruturais do veículo onde deverão proteger a parte dianteira do veículo contra impactos. O item deverá estar conforme normas do CONTRAN.

BARRA DE LED: Deverá estar fixada na quebra mato frontal, carcaça de alumínio fundido sob pressão, com dimensões proporcionais/adequadas ao tamanho do quebra-mato, temperatura de cor branco frio, fluxo luminoso de no mínimo 9.000 Lúmens, com no mínimo 120w de potência. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.

GRAFISMO (ADESIVAGEM) padrão conforme identidade visual da Defesa Civil onde será repassado por meio de layout no ato de formalização contratual pela contratante, devendo ser aplicado sobreposto ao adesivo, cobertura completa de verniz automotivo, para preservação da identidade visual quanto a sua qualidade, resistência e durabilidade. (Conforme layout em anexo 5)

SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, barras de led frontais para sinalização, composta por 04 (quatro) módulos com 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência cada módulo, sendo os 4 (quatro) módulos posicionados na altura dos faróis ou na grade frontal do veículo, em local de fácil visualização; 02 (dois) módulos na cor vermelho para sinalização de emergência e 02 (dois) módulos na cor branco com efeito estroboscópico. Instalado pela licitante no veículo. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.

SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, com 02 (dois) minis sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com no mínimo 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência em cada led, na cor cristal, selados em formato circular, com aro de acabamento. Deverá ser instalado no veículo pela licitante. Será possível uso de solução técnica equivalente, desde que esta seja aceita pela Contratante e que atenda aos requisitos de desempenho, durabilidade e segurança. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.

SINALIZADOR VISUAL: O veículo deverá ser equipado com barra sinalizadora visual de emergência em formato de arco ou barra, instalada no teto, adequada ao uso operacional. A barra deverá: Emitir sinais luminosos nas cores vermelho ou vermelho e azul; Possuir tecnologia em LED de alta eficiência, garantindo ampla visibilidade em 360°, sem pontos cegos; Ter perfil aerodinâmico e dimensões compatíveis com o porte do veículo, não excedendo a largura do teto; Possuir estrutura resistente a impactos, vibrações, intempéries e radiação UV; Ser composta por módulos luminosos distribuídos de forma uniforme, garantindo sinalização eficaz em todas as direções; Permitir acionamento de diferentes padrões de iluminação, conforme operação (ex.: emergência, deslocamento, parada); Possuir sistema de controle eletrônico integrado ao painel do veículo; Dispor de luzes auxiliares laterais (luz de beco) e frontais, quando aplicável. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.

SINALIZADOR ACÚSTICO: painel iluminado com botões, de fácil visualização, intuitivo, instalado em local adequado, fixado de forma segura e resistente, evitando que este se solte ao logo do tempo e do uso. Com fácil acesso de controle. Unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tons, instalado no local mais adequado, admitindo-se a instalação junto a barra sinalizadora, com eficiente efeito sonoro à frente do veículo, porém com menor ruído possível na cabine do veículo. A pressão sonora de 120db. O drive utilizado específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Possui no próprio corpo



	<p>pontos específicos para a fixação da corneta, não se admitindo a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. O sistema de megafone conjugado a sirene do item anterior. Os equipamentos não gerarão ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias. Luz auxiliar de busca, usado em situações de pouca luminosidade para verificar as margens da rodovia, sem a necessidade de desembarque dos agentes. O veículo deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.</p> <p>O veículo deverá vir acompanhado do sistema de admissão de ar com snorkel.</p> <p>O veículo deverá vir acompanhado dos seguintes acessórios: bagageiro gradeado de teto (rack de teto) confeccionado em aço carbono com carga útil de até 100kg; capota marítima e protetor do tanque de combustível; grade vigia de proteção do vidro traseiro tipo Santo Antônio, fabricado em aço carbono, com base elevada para passagem de capota marítima; com protetor do sistema de acionamento 4x4.</p>	
4	<p>LOCAÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) VEÍCULOS OPERACIONAIS, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA COM CELA, TIPO SUV.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, ano e modelo não inferior a data da contratação. Veículo automotor, de passageiros, com carroceria SUV, totalmente metálico (vedado teto panorâmico), dotado de habitáculo de passageiros com capacidade mínima para acomodar 05 (cinco) pessoas, e compartimento traseiro originalmente destinado ao transporte de bagagem a ser adaptado para transporte de detidos, em alinhamento com a Resolução nº 626/16 do Contran. Motor: à combustão aspirado, turbocomprimido ou turboalimentado, movido a combustíveis dos tipos gasolina e etanol em qualquer proporção (flex) ou Diesel com cilindrada não inferior 1.000cm³, torque de no mínimo 16kgfm, potência mínima de 110cv. Altura livre do solo sob os eixos dianteiro e traseiro mínima de 160 mm; distância entre eixos mínima de 2.600mm. Porta malas com capacidade mínima de 430 litros. Tanque de combustível de no mínimo 50 litros. Transmissão com caixa de mudanças mecânica ou automática, com no mínimo cinco marchas à frente e uma à ré. Portas: 4 laterais para acesso, com sistema de abertura a partir de dobradiças fixadas na carroceria, vedado modelo com "porta de correr" e 1 porta traseira para acesso ao compartimento de bagagem com dispositivo externo para abertura manual (vedados os veículos que possuam abertura e fechamento das portas exclusivamente nas formas automática, elétrica ou eletrônica), dotadas de sistema de travamento de portas elétrico, com acionamento remoto pela chave para destravamento e travamento. Vidros: deverão abrir e fechar por sistema elétrico, dotado de sistema antiesmagamento, conforme prescrito na Resolução Contran nº 908/22. Direção: conforme especificação do fabricante, com acionamento hidráulico, elétrico ou eletro- hidráulico, original de fábrica. Sistema de freios: Conforme especificação do fabricante, dotadas de sistema antitravamento (ABS com gerenciamento eletrônico) integral em todas as rodas. Estepe: conforme especificação do fabricante, sendo vedada sua fixação nas laterais ou na parte traseira do veículo, devendo ser realocado sem prejudicar o espaço do compartimento de cargas. Bancos: conforme especificação do fabricante, dotados de cintos de segurança para todos os passageiros, retráteis de três pontos para os laterais e subabdominal ou de três pontos para o central. Revestimento dos bancos: sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, deverá ser colocado revestimento confeccionado em tecido sintético, flexível e impermeável, que facilite a limpeza. Deverá ser dotado de pontos de resistência das bases às laterais dos encostos e das bases às laterais dos assentos. O material utilizado nos revestimentos deverá possuir Certificado de Flamabilidade em atendimento à Resolução nº 498/14 do CONTRAN. Não será aplicado esse item, caso os veículos sejam dotados de bancos originais de couro ou material sintético similar a couro. Com jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete. Ar-condicionado original da linha de montagem. O veículo deverá possuir Controle de Estabilidade e Controle de Tração e ainda Sistema de Retenção Suplementar (airbag) de série, inalterados em seu funcionamento original (as adaptações realizadas no veículo não poderão interferir no seu perfeito funcionamento), conforme Resolução CONTRAN nº 964/22.</p> <p>DO SISTEMA ELÉTRICO: Deverá estar devidamente dimensionado (bateria, alternador, cabeamento, fusíveis, etc.) para suportar, simultaneamente, o consumo dos equipamentos originais do veículo e as devidas adaptações. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes. Os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção. Toda a fiação deverá ser de alta resistência, a fim de evitar oxidação e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os isolamentos em polietileno transversal deverão estar de acordo com as normas vigentes. Todos os itens usados para proteger ou fixar a fiação deverão ser adequados ao projeto e seguir os padrões utilizados na indústria automotiva. A fiação deverá estar protegida contra água, intempéries e sujeira por blindagem tipo espaguete. Qualquer fiação especial deverá possuir codificação dos fios atendendo aos padrões definidos pela norma ABNT 5410, e toda a fiação e cabos não poderão ser instalados em locais sujeitos a cortes ou onde haja movimentação e arestas cortantes.</p> <p>Com direção assistida, sinalização acústica e visual, e compartimento para transporte de presos.</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA: O sistema de sinalização deverá ser imune a EMI (Eletric Magnetic Interference) e RFI (Radio Frequency Interference) ou qualquer outra</p>	24 MESES



forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias e possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo-se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder os limites que coloquem em risco a segurança do equipamento. O sistema de sinalização deverá dispor de sensor de baixa voltagem, para impedir o funcionamento do sinalizador, quando a bateria estiver com capacidade mínima (11,6 V), de forma a permitir a parada no motor. Todos os equipamentos da sinalização acústica e visual deverão ser novos, de primeiro uso, admitindo-se sua reutilização excepcionalmente por ocasião de eventual renovação contratual (2º ciclo), desde que devidamente revitalizados, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

SINALIZAÇÃO ACÚSTICA: Sirene eletrônica composta de amplificador de no mínimo 100W @ 11Ω (Ohms) e unidade sono fletora única, com, no mínimo, 3 (três) tons próprios de viaturas policiais (Wail, Yelp e Horn), instalada em local que garanta eficiente efeito sonoro à frente do veículo com pressão sonora de no mínimo 120 dB e a 1m de distância, por aparelho fornecido pela CONTRATADA e/ou empresa adaptadora, devidamente certificado e aferido por entidade acreditada pelo INMETRO. O sinalizador acústico deverá ser fixado na parte frontal do veículo, sendo vedada a alocação da sirene embaixo do sinalizador visual. O drive utilizado deverá ser selado e específico para uso em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Deverá ainda possuir, no próprio corpo, pontos específicos para a fixação da corneta, não sendo admitida a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. Sistema de megafone com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor. O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

SINALIZAÇÃO VISUAL: O sistema deverá possuir gerenciamento de carga automático e promover o desligamento de todos os equipamentos, antes que a tensão atinja valores que inviabilizem a realização da partida do veículo e não ultrapassem a dimensão máxima da largura do teto, confeccionada em policarbonato ou material equivalente transparente/cristal e estrutura metálica de alumínio extrudado, cúpula injetada em policarbonato translúcido fumê ou material equivalente, fixadas através de parafusos de aço inox sendo vedada a utilização de presilhas, estruturada em 3 (três) módulos sequenciais que ocupem toda área interna do tamanho do sinalizador, lateral (borda) em policarbonato transparente ou cristal, com revestimento especial resistente a impactos e descoloração, com tratamento para proteção contra raios UV, resistência a impactos e abrasão por partículas sólidas e tecnologia que mantenha a translucidez, que devem estar integrados à matéria-prima, sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção, sem espaço entre os módulos. Conjunto luminoso composto por no mínimo 200 LEDs de alta potência, LEDs nas cores vermelho e azul, com no mínimo 2 watts cada e LEDs na cor branca com no mínimo 1 watt cada, dispostos em módulos refletores, tipo concha de alto brilho, sendo, módulos frontais com no mínimo 18 LEDs cada módulo, e, laterais e traseiros com no mínimo 06 LEDs cada módulo, distribuídos equitativamente à barra de forma a permitir total visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade, preenchendo todos pontos visíveis de acordo com o tipo/modelo do veículo e sua aplicação. A barra de iluminação deverá ser instalada preferencialmente acima da coluna B da viatura, de modo a reduzir o risco de lesões aos agentes ao desembarcarem do veículo.

BARRA DE SINALIZAÇÃO: O sinalizador visual principal deverá ter formato linear ou arco, de "corners" retangular ou hexagonal, de baixo perfil aerodinâmico, cujas dimensões ocupem mais de 90% da largura do teto do veículo e não ultrapassem a dimensão máxima da largura do teto, confeccionada em policarbonato ou material equivalente transparente/cristal e estrutura metálica de alumínio extrudado, cúpula injetada em policarbonato translúcido fumê ou material equivalente, fixadas através de parafusos de aço inox sendo vedada a utilização de presilhas, estruturada em 3 (três) módulos sequenciais que ocupem toda área interna do tamanho do sinalizador, lateral (borda) em policarbonato transparente ou cristal, com revestimento especial resistente a impactos e descoloração, com tratamento para proteção contra raios UV, resistência a impactos e abrasão por partículas sólidas e tecnologia que mantenha a translucidez, que devem estar integrados à matéria-prima, sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção, sem espaço entre os módulos. Conjunto luminoso composto por no mínimo 200 LEDs de alta potência, LEDs nas cores vermelho e azul, com no mínimo 2 watts cada e LEDs na cor branca com no mínimo 1 watt cada, dispostos em módulos refletores, tipo concha de alto brilho, sendo, módulos frontais com no mínimo 18 LEDs cada módulo, e, laterais e traseiros com no mínimo 06 LEDs cada módulo, distribuídos equitativamente à barra de forma a permitir total visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade, preenchendo todos pontos visíveis de acordo com o tipo/modelo do veículo e sua aplicação. A barra de iluminação deverá ser instalada preferencialmente acima da coluna B da viatura, de modo a reduzir o risco de lesões aos agentes ao desembarcarem do veículo. Os suportes metálicos que fixam a barra ao teto devem receber tratamento máximo anticorrosão e pintura na cor preta, eletrostática, ancorados de forma estrutural na calha do teto, caso haja, ou direta mente no rack de teto. Sua fixação deverá ser preferencialmente na calha do teto (rack de teto). Os módulos frontais e os módulos laterais posicionados em 45° voltados para frente do veículo deverão ser tricolores, permitindo que se acendam nas cores vermelha, azul ou branco. Os demais módulos da barra de iluminação devem ser bicolores, permitindo que se acendam na cor vermelha ou azul, conforme padrão de animação. Caso sejam utilizados LED vermelhos justapostos a LED azuis ou brancos, não deve haver afastamento dos LED, de forma que o preenchimento do módulo seja prejudicado. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.

CONJUNTO LUMINOSO SECUNDÁRIO: Além da barra de iluminação principal, localizada no teto do veículo, serão utilizados módulos de LED na grade do radiador do veículo e na tampa do portamalas. Conjunto luminoso secundário DIANTEIRO: constituído por 04 módulos de 3W, compostos de no mínimo de 6 (seis) LEDs cada, sendo 03 (três) LEDs para cada cor, em formato linear com dimensões não superiores a 85mm x 30mm, que alternem a iluminação entre vermelha e azul, posicionados entre os faróis dianteiros do veículo, acionados simultaneamente ao sistema de sinalização principal. Conjunto luminoso secundário TRASEIRO: constituído por 04 módulos de 3W, compostos de no mínimo 6 (seis) LEDs cada, sendo 03 (três) LEDs para cada cor, em formato linear com dimensões não superiores a 85mm x 30mm, que alternem a iluminação entre vermelha e azul, posicionados próximos às lanternas traseiras do veículo, acionados simultaneamente ao sistema de sinalização principal. Os módulos deverão ser distribuídos de maneira uniforme na grade dianteira e na traseira. O item deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.



<p>LUZES BRANCAS COM EFEITO ESTROBOSCÓPICO: Devem ser instaladas luzes brancas de alta intensidade próximo aos faróis/lanterna do veículo. Painel de controle da sinalização visual e acústica: Deve concentrar o controle de toda a sinalização visual e acústica em um único equipamento e ser fixado harmonicamente no centro horizontal do painel do veículo, em posição que facilite o acionamento de suas teclas por ambos os ocupantes dos bancos dianteiros da cabina, ou em outro local de fácil acesso, caso não seja possível a instalação no painel. Os botões devem ser confeccionados em material resistente com iluminação de fundo. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta. Os botões devem estar em alto relevo em relação ao painel, com exceção do botão de EMERGÊNCIA, cujo alto relevo deverá ser maior que os demais botões, em relação ao painel. Modos de funcionamento: O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem apenas quatro situações: viatura parada, em ronda, em emergência e em deslocamento acelerado (QTI). Não serão permitidas outras animações de iluminação. a) EMERGÊNCIA: O sistema deve acionar simultaneamente a barra de iluminação superior e a iluminação secundária em padrão específico, as luzes estroboscópicas e a sirene. b) RONDA: O sistema deve ligar apenas a barra de iluminação superior em padrão específico. c) PARADA: O sistema deve ligar a iluminação secundária e a barra de iluminação em padrão específico no modo PARADA. d) QTI: O sistema deve ligar a barra de iluminação superior e a iluminação secundária auxiliar em padrão específico. Comportamento da sinalização: Caso o modo RONDA, EMERGÊNCIA ou QTI esteja acionado e viatura venha a parar, o modo PARADA deve ser acionado automaticamente. Caso a viatura inicie movimento com o modo PARADA em funcionamento, o sistema deve alternar automaticamente todo o conjunto luminoso para o modo de funcionamento RONDA. O item deverá estar de acordo com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE PRESOS E DETIDOS: A adaptação do compartimento de detidos deverá integrar-se perfeitamente ao veículo, devendo ser dimensionada para ocupar o maior espaço possível do porta-malas. Não poderão existir pontos/pontas que possam causar lesões aos ocupantes ou gerar vibrações e ruídos, nem a possibilidade de que os detidos tenham acesso a qualquer equipamento, peças ou componentes existentes nesse compartimento. É vedada qualquer alteração do espaço e posicionamento do banco traseiro. Divisória do compartimento do detido: peça opaca, confeccionada em fibra de vidro ou chapa de Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS), com espessura não inferior a 3,5mm, a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento de detidos dos demais ocupantes do veículo, da base do compartimento traseiro até o teto. A divisória deverá ser dotada de perfil metálico ou reforço estrutural específico em toda a sua extremidade e/ou perfil em elastômero automotivo para total vedação junto aos acabamentos originais dos veículos, por meio do qual será feita a fixação por parafusos padrão automotivo na carroceria do veículo (utilizando-se preferencialmente os pontos originais para fixação de equipamentos gerais), e de sistema que garanta adequada circulação de ar no interior do veículo. Deverão ser instaladas travessas de reforço em aço carbono. Revestimento: Peça inteiriça, confeccionada em ABS ou fibra de vidro, com espessura não inferior a 3,5 mm, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória. Deverá possuir, no mínimo, 2 pontos de drenagem com tampa que permitam o escoamento total de líquidos utilizados para a limpeza do compartimento, devidamente canalizados de forma que os líquidos não caiam sobre qualquer parte, peça ou componente do veículo, incluindo-se os pneus do eixo traseiro e o estepe. Vedada a utilização de dreno destinado às instalações residenciais e comerciais. Reforço da fechadura: o sistema de abertura da porta do compartimento traseiro deverá receber a proteção necessária a fim de evitar o acesso ao sistema de abertura ou sua violação e o mecanismo interno deverá ser isolado (do tipo blindado). A fechadura não deverá possuir acessibilidade a sistema de abertura interno. Os vidros do compartimento traseiro deverão ter proteção em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5 mm, fixada por meio de aro metálico, de modo a proteger os vidros contra golpes diversos (vandalismo, etc.), especialmente de chutes. Luminária interna tipo Fluorescente ou em LED, com pelo menos 9 W de potência, resistente a vibração, com acionamento pela cabine do motorista, provida de grade metálica de proteção. Poderá ser utilizada a iluminação original de fábrica para esse compartimento, desde que devidamente protegida. Deverá ser permitida passagem de ventilação. Caso o estepe fique na parte inferior do compartimento traseiro, deverá possuir tampa de peça inteiriça, confeccionada em ABS, que suporte peso de até 200 kg, e também possuir fechadura com chave para travar o acesso ao compartimento do estepe. O item deverá atender ao determinado na Lei Federal nº 8.653/1993 e a Resolução CONTRAN nº 626/2016.</p> <p>GRAFISMO: Aplicação de grafismo/envelopamento (conforme layout do anexo 6).</p>	
---	--

6.2 Justificativa para os quantitativos estimados

A estimativa de consumo dos itens desse processo é justificada com base nos seguintes critérios: Nas necessidades atuais e futuras da Guarda Civil Municipal de Sobral.

No ano de 2018, através do Pregão Eletrônico PE097/2017, foram adquiridas 13 motocicletas zero km de potência mínima de 249 cilindradas. As motos fazem parte do patrimônio da Instituição, mas pelo ano da aquisição já estão desgastadas devido ao uso e apresentando manutenções mais recorrentes, o que prejudica o serviço essencial.

O atual processo, em seu item 1, tem a pretensão de aumentar e atualizar a frota de



motocicletas do tipo viaturas para atender o serviço operacional, só que através de locação, como mostrado no levantamento de mercado, solução 1, item 5 deste ETP, mostra-se mais vantajoso essa forma de fornecimento para atender melhor às necessidades.

O GTAM (Grupamento Tático Motorizado) foi recém criado e seu funcionamento está de forma adaptada com apenas 2 motocicletas, que foram cedidas pelo grupamento do trânsito. Atualmente o GTAM é composto por 2 equipes com 4 agentes em cada. A necessidade atual é de expandir o grupamento, visto isso se faz necessário a locação para atender esta demanda específica que será formada com 5 equipes e 4 homens, totalizando 01 (um) agente por motocicleta. Essas equipes deverão estar equipadas para o serviço, utilizando-se principalmente do seu meio, que serão as motocicletas do tipo viaturas, para que seja realizado o fim de forma ostensiva e preventiva assegurando a proteção à população, bens, serviços e instalações do Município.

Para o item 2, foram solicitados 4 (quatro) unidades do item para atender as necessidades do grupamento ROMU (Ronda Ostensiva Municipal). No atual cenário, não há nenhum automóvel tipo caminhonete adaptada para o serviço operacional realizado pelo grupamento. A administração previu 4 (quatro) veículos, levando em consideração o número de agentes que são 37 no grupamento. A quantidade prevista na locação pode sofrer alterações de acordo com a demanda. A escolha desse tipo de veículo (caminhonete) foi pelo seu espaço, potência, desempenho, tamanho, eficiência para o uso do armamento longo, pois toda a equipe porta os armamentos e demais equipamentos, necessitando de espaço interno para a locação. Deverá ter cela para que o transporte de pessoas detidas seja de forma **segura e separada** da equipe com a finalidade de diminuição de tentativas de fuga ou agressão.

Para o item 3, a necessidade é de 01 (um) veículo adaptado, levando em consideração a necessidade atual. As caminhonetes com tração 4x4, conseguem acessar áreas alagadas, estradas de terra, encostas, zonas rurais e zonas urbanas com difícil acesso e versatilidade para as operações. Em regiões atingidas por desastres naturais, um veículo mais alto e robusto trabalha com mais agilidade e velocidade, características que um veículo da Defesa Civil deverá ter para atender a demanda enfrentada pela equipe frequentemente.

Por fim, para o item 4, a necessidade é de 25 (vinte e cinco) veículos adaptados nos quais objetivam a manutenção da frota operacional para a GCMS, uma vez que ocorrerá o encerramento do contrato atual em junho de 2026. Além disso, este quantitativo também se destinará à expansão desta frota. Atualmente a GCMS possui 16 (dezesseis) veículos, onde estes foram oriundos da adesão a ARP 003/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 139/2023 da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, do Governo da Paraíba. Além disso, com base na previsão de expansão da frota atual de carros, a fim de melhor atender os distritos do município de Sobral, será necessário locar mais 9 (nove) veículos, nos quais serão distribuídos em diversas localidades deste município. Assim, este tipo de veículo é essencial para a realização do patrulhamento realizado nas ruas, praças e demais locais públicos, através de veículos oficiais. Desse modo, a sua locação permitirá que a Coordenadoria Operacional mantenha a frota de veículos oficiais em circulação para a realização de fiscalizações, ações preventivas e demais serviços operacionais, proporcionando proteção à população que faz uso dos bens, serviços e instalações municipais e também, a prevenção de infrações penais e de trânsito.

7. Estimativa do valor da contratação

7.1. As unidades de medida de cada item da contratação, a quantidade estimada dos bens e o valor estimado na contratação baseou-se nos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei 14.133/2021, bem como no art. 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025.

7.2. O custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas conforme justificativa em anexo a este ETP.

7.3. O valor estimado da demanda no PCA 2026 está subestimado devido a um equívoco na



elaboração do DFD nº DFD.25.07.25.B76-33, que registrou a demanda no PCA 2026, conforme já mencionado no subitem 2.2 deste ETP, pois foi considerado apenas o valor unitário de um veículo para o cálculo dos valores totais, porém, na planilha acima está devidamente demonstrado o valor unitário por cada locação de veículo, a quantidade de veículos e a quantidade de meses. Esclarecemos ainda que o planejamento constante no presente estudo técnico preliminar é para 24 (vinte e quatro) meses, sendo que no PCA 2026 considera-se apenas 12 (doze) meses.

8. Descrição da solução como um todo considerando todo o ciclo de vida do objeto

8.1. A solução proposta para a execução dos serviços envolve a locação de veículos automotores, do tipo motocicletas e automóveis, devidamente adaptados para uso como viaturas policiais, incluindo a disponibilização dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, substituição em caso de falha, seguro total, documentação regularizada, e demais encargos necessários ao pleno funcionamento durante todo o período contratual. A solução abordará todo o ciclo de vida do objeto contratado, desde o fornecimento inicial dos veículos, passando pela operação diária, suporte técnico, manutenção contínua, até a devolução ao final da vigência contratual em conformidade com as condições estabelecidas. Também estão previstas medidas para assegurar a disponibilidade permanente dos veículos, por meio da pronta substituição em caso de avarias ou sinistros, garantindo a continuidade dos serviços da Guarda Civil Municipal.

8.2. Portanto, de acordo com os problemas a serem resolvidos, necessidade descrita e levantamento de mercado constantes no presente estudo técnico preliminar, a solução escolhida foi o Registro de preços para futuros e eventuais serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis, com adaptação para viatura policial, que conforme as características e natureza do serviço, o processo para contratação deverá ser por meio de PREGÃO na forma eletrônica para Registro de Preços do tipo MENOR PREÇO com forma de execução: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Forma de Contratação:

Modalidade da Lei n.º Lei 14.133/2021 com SRP: Pregão Eletrônico

Objeto:

Serviço:

☐ Não continuado

☒ Continuado

Tipo de Serviço:

☒ Serviço comum

☐ Serviço comum de engenharia

Tipo de Licitação:

☒ Menor preço

☐ Maior desconto

Forma de execução:

☐ Empreitada por preço global

☒ Empreitada por preço Unitário

Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:

☒ § 2º do art. 44 da Lei nº 123/2006 (empate ficto)

☐ inciso I do art. 48 da Lei nº 123/2006 (itens/grupos exclusivos)

☐ inciso II do art. 48 da Lei nº 123/2006 (subcontratação)

☐ § 3º do art. 48 da Lei nº 123/2006 (benefício local e regional)

☐ Não se aplica

9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

9.1. O parcelamento do objeto em itens, nos termos da alínea “b)”, inciso V do Art. 40 da Lei Nº 14.133/2021, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável, tendo em vista que ao analisar a natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se



verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento como forma de garantir a ampla concorrência.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

10.1. A contratação dos serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis, com adaptação para viatura policial para atender as demandas operacionais da Guarda Civil Municipal e da Defesa Civil, através de registro de preços, tem como objetivo proporcionar benefícios diretos ao Município e a população, pois esses veículos serão demandados para que sejam realizados diversos trabalhos como: ronda ostensiva, ronda municipal, rondas distritais, patrulhamento, serviços operacionais e administrativos diários, fiscalização. Os resultados esperados abrangem resposta mais rápida a ocorrências e chamados, motocicletas e viaturas com manutenções em dia evitando quebras ou indisponibilidade para que se garanta o serviço essencial da Instituição à população.

10.2. A seguir, detalham-se os resultados pretendidos com a contratação:

- Resposta mais rápida a ocorrências e chamados da população.
- Redução de índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança.
- Maior agilidade no deslocamento das equipes, especialmente com motocicletas em áreas de tráfego intenso.
- Ações mais rápidas em situações de urgência.
- Veículos modernos e padronizados visualmente, fortalecendo a imagem institucional da GCM.
- Garantia de que o serviço que envolve a proteção de bens, serviços e instalações do Município seja prestado diariamente.

11. Providências a serem adotadas previamente a celebração do contrato

11.1. Para garantir que contratação seja realizada de forma eficiente, segura e dentro da legalidade, a Administração Pública deve adotar uma série de providências antes da celebração do contrato.

11.2. A seguir, estão as principais etapas e ações a serem realizadas:

- Elaboração do Termo de Referência: Incluir uma descrição detalhada dos itens a serem contratados, com as especificações técnicas que se fizerem necessárias;
- Verificação da disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação;
- Encaminhamento dos autos do processo para análise jurídica e controle prévio de legalidade pela coordenação jurídica competente para emissão de parecer;
- Publicação do edital de licitação;
- Processamento e julgamento da licitação;
- Encaminhamento para homologação e posterior contratação, em caso de êxito;
- Designar o gestor e/ou fiscal de contrato.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes

12.1. Para esta solução **não há** contratações correlatas nem interdependentes que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

13.1. AS LOCAÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, TIPO MOTOCICLETAS E AUTOMÓVEIS, COM ADAPTAÇÃO PARA VIATURA POLICIAL ATRAVÉS DE REGISTRO DE



PREÇOS, pode gerar os seguintes impactos ambientais:

- a) Emissões de gases de efeito estufa: A utilização de veículos a combustão para o transporte de autoridades pode gerar emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas;
- b) Poluição do ar: Os veículos a combustão também emitem poluentes atmosféricos, como dióxido de carbono (CO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x) e partículas sólidas, que podem afetar a qualidade do ar e a saúde das pessoas;
- c) Consumo de combustível: A locação de veículos de representação implica no consumo de combustível, o que pode contribuir para a demanda e extração de recursos naturais não renováveis;
- d) Geração de resíduos: A utilização dos veículos de representação pode gerar resíduos, como embalagens de combustível e outros materiais descartáveis.

13.2. Ações mitigadoras e/ou preventivas:

- a) Treinamento para os motoristas, focados em técnicas de condução eficiente, pode reduzir o consumo de combustível e as emissões de poluentes;
- b) Gestão adequada dos resíduos gerados durante a locação dos veículos, como a separação e destinação adequada dos materiais descartáveis;
- c) Monitorar e avaliar regularmente o desempenho dos veículos, verificando o consumo de combustível, as emissões de poluentes e a satisfação dos usuários, a fim de identificar possíveis melhorias e otimizações.

14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

14.1. A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, TIPO MOTOCICLETAS E AUTOMÓVEIS, COM ADAPTAÇÃO PARA VIATURA POLICIAL ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS, é uma medida estratégica e imprescindível para a Guarda Civil Municipal. Esta iniciativa garantirá a disponibilidade do serviço essencial que envolve a proteção de bens, serviços e instalações do Município para que sejam prestados diariamente, resultando em promoção da Segurança Pública, serviço essencial prestado à população. A adequação dessa contratação é, portanto, indiscutível e alinhada com os objetivos que se fazem essenciais a uma boa prestação de serviços, pois é um dos elementos fundamentais para as atividades operacionais diárias, visto ser um dos principais meios de estar operacionalizando.

14.2. Com base nos elementos obtidos neste estudo técnico preliminar, declaramos que é VIÁVEL a presente contratação, sendo, portanto, a mais adequada para o atendimento da necessidade em questão.

15. ANEXOS DO ETP:

ANEXO 1 – CHECKLIST PARA VISTORIA DOS VEÍCULOS

ANEXO 2 - TERMO DE RECEBIMENTO

ANEXO 3 - MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 1- MOTOS TIPO VIATURAS

ANEXO 4- MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 2- CAMINHONETES TIPO VIATURAS ROMU

ANEXO 5 - MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 3- CAMINHONETE DEFESA CIVIL

ANEXO 6 - MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 4 – VEÍCULOS TIPO VIATURAS

ANEXO 7 – MAPA DE RISCO

ANEXO 8 – JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO

ANEXO 9 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO



PREFEITURA DE SOBRAL

ANEXO 1 – CHECKLIST PARA VISTORIA DOS VEÍCULOS

TERMO DE VISTORIA DE VEÍCULO														
ÓRGÃO / ENTIDADE: GUARDA CIVIL MUNICIPAL / MUNICÍPIO DE SOBRAL														
MARCA / MODELO:	COMBUSTÍVEL:				CHASSI:				MOTOR					
RENAVAM:	COR:		PLACA:				ANO FAB./MOD:							
TEMPO DE USO:	KM:		VALOR CONTRATADO DO SERVIÇO R\$...				VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO R\$							
COVENÇÃO: (B) - BOM (R) - REGULAR (I) - IMPRESTÁVEL (F) - FALTANDO														
	B	R	I	F		B	R	I	F		B	R	I	F
1 - Motor					Braços de Direção					Marcador de Óleo				
2 - Alimentação					9 - Freios					Marcador Temperatura				
Tanque Combustível					Estacionamento					Hodômetro				
Bomba de Gasolina					Marcha					14 - Estofado / Forração				
Carburador					10 - Rodas					Bancos Dianteiros				
Injetores					Aros					Bancos Traseiros				
Bomba Injetora					Pneus					Teto e Laterais				
Injeção Eletrônica					Estepe					Tapetes				
3 - Arrefecimento					11 - Ignição					15 - Vidros				
Sistema a Água					Chave					Dianteiro				
Sistema a Ar					Velas					Traseiro				
Tubos e Mangueiras					Bobina					Laterais				
4 - Exaustão					Distribuidor					Espelhos Retrovisores				
Tubos e Silenciosos					12 - Equipamentos Elétricos					16 - Lataria				
5 - Transmissão					Dínamo / Alternador					Portas				
Caixa de Mudanças					Bateria					Pára-Lamas				
Árvore de Transmissão					Motor de Partida					Pára-Choques				
Diferencial					Fiação					Capô				
6 - Embreagem					Regulador					Teto				
7 - Suspensão					Lanternas					17 - Ferramentas				
Eixo Dianteiro					Faróis					18 - Extintor				
Eixo Traseiro					Buzina					19 - Triângulo				
Molas					Sinaleira de Direção					20 - Cinto de Segurança				
Amortecedores					Limpador Para-Brisa					21 - Para Sol				
8 - Direção					13 - Instrumentos					22 - Pintura				
Volante					Velocímetro					23 - Equip. de Segurança				
Caixa de Direção					Marcador Combustível									
OUTRAS INFORMAÇÕES:														
ESTADO GERAL: () - OCIOSO () - RECUPERÁVEL () - ANTIECONÔMICO () - IRRECUPERÁVEL														
CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA LOCOMOÇÃO? () - SIM () - NÃO														
DECLARAÇÃO: Declaro, para os devidos fins, que o veículo apresentado pela empresa contratada (nome da empresa) foi devidamente analisado e (está) (não está) em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Edital nº ____.														
Adicionalmente, verifico que o veículo (está) (não está) em perfeitas condições de uso, circulação e atendimento aos requisitos de segurança, desempenho e funcionalidade estabelecidos para a execução do objeto contratual, garantindo assim a adequação às finalidades previstas no contrato.														
Por fim, declaro que a análise foi realizada de acordo com os critérios estipulados no edital e nas normativas aplicáveis, sendo														



PREFEITURA DE SOBRAL

essa declaração emitida com base em informações apuradas e disponíveis até a presente data.

RESPONSÁVEL PELA VISTORIA:

_____/_____/____

LOCAL DATA ASSINATURA / CARIMBO





ANEXO 2 - TERMO DE RECEBIMENTO

Contrato nº _____

Objeto: _____

Contratado: _____

Contratante: _____

Licitação: Pregão Eletrônico nº _____ - GCMS

Aos _____ dias de _____ de 202____ recebemos, o veículo tipo _____, no município de Sobral/CE, objeto do contrato _____, firmado entre a GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE SOBRAL e a empresa _____. Após constatar que veículo acima foi entregue de acordo com as condições contratuais e editalícias e demais elementos fornecidos pela contratante expediu-se o presente TERMO DE RECEBIMENTO.

Segue, em anexo, o relatório da vistoria.

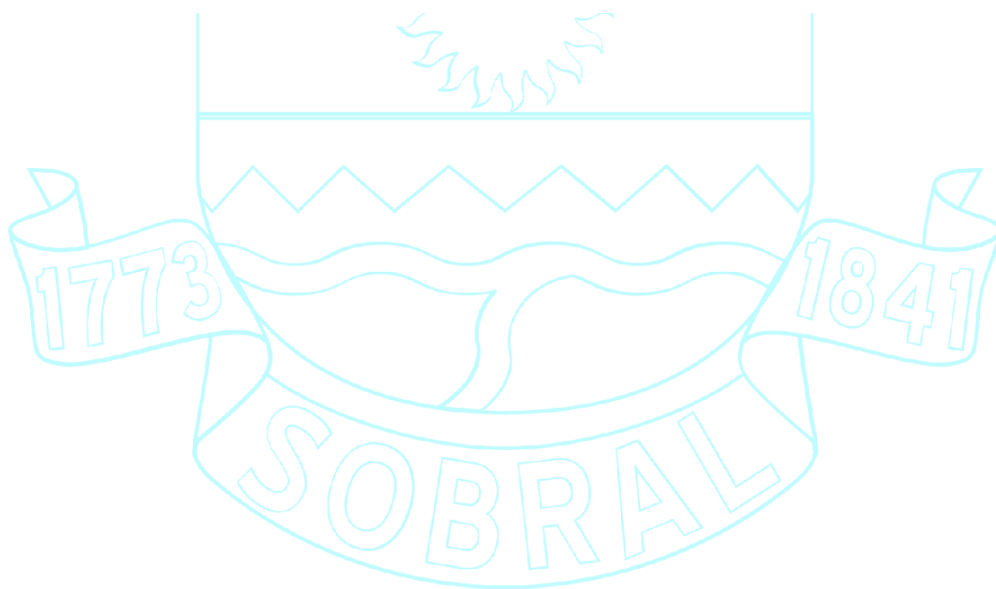
Sobral/CE ____ de _____ de 202____

Nome do Fiscal/Gestor Do Contrato



PREFEITURA DE **SOBRAL**

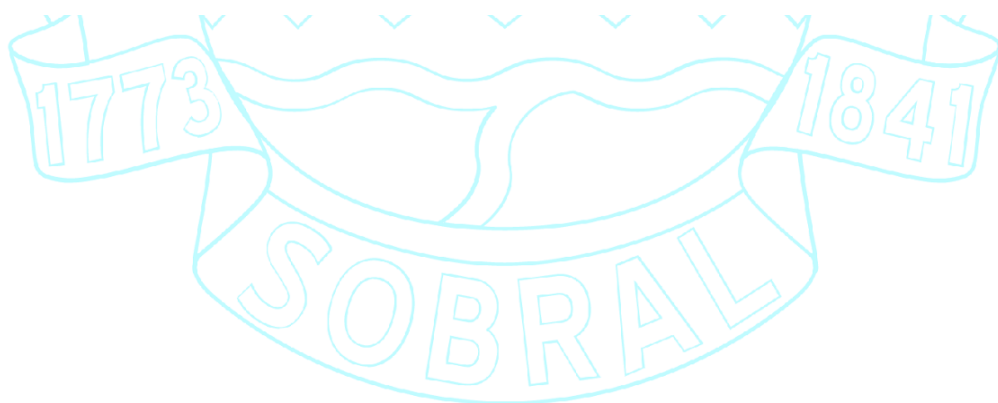
ANEXO 3 - MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 1 - MOTOS TIPO VIATURAS





PREFEITURA DE SOBRAL

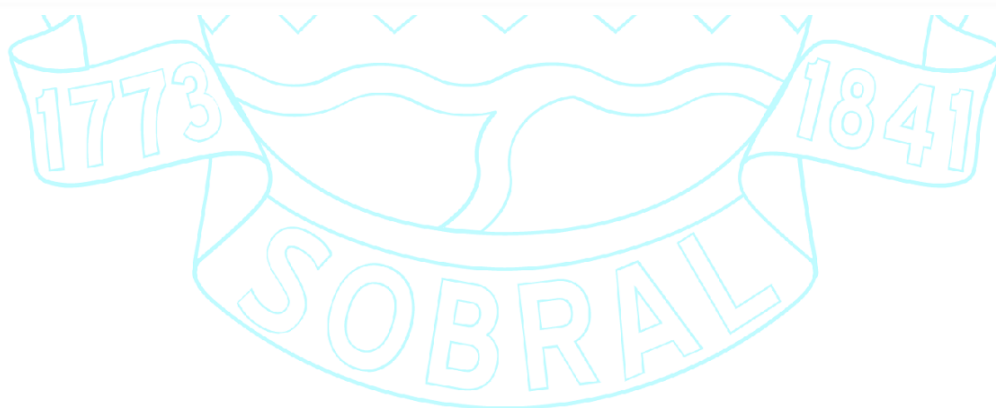
ANEXO 4 - MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 2 - CAMINHONETES TIPO VIATURAS – ROMU





PREFEITURA DE **SOBRAL**

ANEXO 5 - MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 3 - CAMINHONETE DEFESA CIVIL





PREFEITURA DE **SOBRAL**

ANEXO 6 - MODELO DO GRAFISMO PARA O ITEM 4 – VEÍCULOS TIPO VIATURAS





PREFEITURA DE
SOBRAL





ANEXO 7 - MAPA DE RISCOS

1. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
ETAPA:	1.1. FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA		
RISCO:	Especificação deficiente da demanda		
DANO:	Contratação e execução deficiente do objeto		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando unidade de medida, tipo de área por ambiente, quantidade e prazo de início e com setor de Licitação do órgão.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Havendo erro, devolver para complementação das informações.	
RESPONSÁVEL	REQUERENTE		
ETAPA:	1.2 CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Pouco provável	IMPACTO:	Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar lista de verificação dos procedimentos a serem adotados para o planejamento de contratação		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.	
RESPONSÁVEL	AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO		
ETAPA:	1.3. ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES		
RISCO:	Estudos preliminares deficientes		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no art. 8º do Decreto Municipal nº (decreto de ETP e TR)		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares	
RESPONSÁVEL	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO		
2. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO			
ETAPA:	2.1. ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Falha na elaboração Termo de Referência		
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação e execução deficiente		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar lista de verificação que identifique, no que couber, os requisitos previstos		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Elaborar lista de verificação que contemple, no que couber, os requisitos previstos no art. 16 do Decreto Municipal nº (decreto	



PREFEITURA DE SOBRAL

		de ETP e TR)	
RESPONSÁVEL		EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
ETAPA:	2.2. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência da aprovação do Termo de Referência		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação com item de aprovação do Termo de Referência	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Encaminhar ao requerente e à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.	
RESPONSÁVEL		REQUERENTE E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO	
3. MAPA DE RISCO PARA A FASE DE LICITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR			
ETAPA:	3.1. RECEPÇÃO DO PROCESSO PARA LICITAR		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de autorização superior para licitar		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação contemplando o item "autorização da autoridade superior para licitar".	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Retornar o processo para submeter à aprovação da autoridade máxima.	
RESPONSÁVEL		AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO	
ETAPA:	3.2. ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO		
RISCO:	Restrição da competitividade, impugnação do edital		
DANO:	Retardamento, anulação ou revogação da licitação		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Verificar a existência de cláusulas restritivas ou passivas de nulidades inseridos no processo pelo setor requisitante do órgão. Adotar editais padrões elaborados pela Central de Licitações do Município. Verificação da conformidade do processo pela assessoria jurídica.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Retirar cláusulas restritivas ou passivas de nulidades pelo setor de licitações do órgão.	
RESPONSÁVEL		EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
ETAPA:	3.3. APROVAÇÃO DO EDITAL PELO SETOR JURÍDICO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de aprovação do edital pelo setor jurídico		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação do edital pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade máxima.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Enviar o processo, mesmo, extemporaneamente, para apreciação jurídica.	
RESPONSÁVEL		ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO	



PREFEITURA DE SOBRAL

ETAPA	3.4. DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/EQUIPE DE APOIO		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal		
DANO:	Ausência de designação formal do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:	Identificar no processo, ato formal da autoridade competente designando a equipe de planejamento.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar o ato de designação do Agente de Contratação/Pregoeiro/Comissão de Contratação/Equipe de Apoio.	
RESPONSÁVEL	PREFEITO DO MUNICÍPIO		
ETAPA	3.5. PUBLICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DO EDITAL.		
RISCO:	Descumprimento de formalidade legal.		
DANO:	Ausência de publicação do edital e consequente anulação da Licitação.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação/divulgação do edital" pelo setor de publicações da Central de Licitações do Município.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.	
RESPONSÁVEL	AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ SETOR DE PUBLICAÇÕES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		
ETAPA:	3.6. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO		
RISCO:	Julgamento desvinculado do instrumento convocatório.		
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito Provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Evitar julgamento monocrático, priorizar julgamento pelo colegiado, apoiados por equipe técnica e jurídica.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Responder os recursos apoiados por equipe técnica e jurídica.	
RESPONSÁVEL	AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/EQUIPE DE APOIO OU PARECERISTA DA ÁREA TÉCNICA DO ÓRGÃO JUNTAMENTE COM SETOR JURÍDICO DO ÓRGÃO OU CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO.		
ETAPA:	3.7. ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO		
RISCO:	Adjudicação/Homologação para empresa que não ofertou a proposta mais vantajosa.		
DANO:	Recursos administrativos e judiciais, suspensão, retardamento da finalização ou revogação/anulação da licitação, problemas na gestão do contrato.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar se todos os requisitos do Termo de Referência ou Projeto básico e edital foram plenamente atendidos pela primeira colocada.		



AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Adoção de lista de verificação contemplando o item "aprovação da Adjudicação/Homologação pelo setor jurídico" para posterior assinatura da autoridade máxima.	
RESPONSÁVEL		AGENTE DE CONTRATAÇÃO/ COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO /PREGOEIRO/ASSESSORIA JURÍDICA DO ÓRGÃO E AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO	
4. MAPA DE RISCO PARA A FASE DA GESTÃO DO CONTRATO			
ETAPA:	4.1. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO		
RISCO:	Recusa de assinatura e/ou da apresentação das garantias contratuais.		
DANO:	Descontinuidade da prestação dos serviços e transtornos para a administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Garantir na fase habilitatória que a empresa selecionada reúna as condições técnico-operacional e financeira necessárias à execução do objeto.	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Convocar remanescente.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
ETAPA:	4.2. PUBLICAÇÃO DO CONTRATO		
RISCO:	Falta de publicidade do ato administrativo em tempo hábil		
DANO:	Descumprimento de formalidade legal		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixa
AÇÃO PREVENTIVA:		Adoção de lista de verificação contemplando o item "publicação do contrato".	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
ETAPA:	4.3. DESIGNAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E SUBSTITUTOS		
RISCO:	Designação de servidor sem conhecimento técnico do objeto do contrato.		
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Responsabilização Subsidiária da Administração		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato e proporcionar capacitação.	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Indicar gestor e fiscal capacitado	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS	
ETAPA:	4.4. DESIGNAÇÃO DO PREPOSTO DO CONTRATO		
RISCO:	Ausência de preposto da contratada.		
DANO:	Responsabilização direta da Administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Incluir cláusula da fiscalização, dispositivos de indicação de fiscal e preposto e as respectivas atribuições.	
AÇÃO CONTINGÊNCIA:	DE	Solicitar, imediatamente à constatação, a designação formal do	



CONTINGÊNCIA:	preposto.		
RESPONSÁVEL	COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS		
ETAPA:	4.5. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
RISCO:	Execução em desacordo com o contrato; não pagamento de salários e benefícios correspondentes à CCT, não reposição de mão-de-obra ausente, não aplicação de material.		
DANO:	Prejuízo para o erário, responsabilização subsidiária da Administração.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar avaliações periódicas dos serviços; adotar indicadores de níveis de desempenho; exigir, mensalmente, comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e sociais.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA: DE	Reter créditos, em valores correspondentes à inadimplência, e efetivar pagamento diretamente ao beneficiário e, demonstrada a incapacidade, assunção do contrato. Execução de garantia.		
RESPONSÁVEL	FISCAL E GESTOR DOS CONTRATOS		
ETAPA:	4.6. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO		
RISCO:	Prorrogação não vantajosa		
DANO:	Prejuízo para o erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar pesquisa de preços com antecedência, com vista a constatar a vantajosidade da prorrogação do contrato.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA: DE	Negociar junto à contratada, preços mais vantajosos. Não sendo possível, abertura de novo processo licitatório.		
RESPONSÁVEL	GESTOR DO CONTRATO		
ETAPA:	4.7. ALTERAÇÕES DO CONTRATO		
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.		
DANO:	Prejuízos ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Muito provável	IMPACTO:	Alto
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas, etc.		
AÇÃO CONTINGÊNCIA: DE	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento		
RESPONSÁVEL	GESTOR DO CONTRATO		
ETAPA:	4.8. REPACTUAÇÕES/REAJUSTES DO CONTRATO		
RISCO:	Desequilíbrio do contrato; Prorrogação desvantajosa; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; análise inadequada das planilhas; jogo de planilha.		
DANO:	Prejuízos ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:	Provável	IMPACTO:	Médio
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços de mão-de-obra (CCT) e materiais (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da		



		vantajosidade do contrato.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Ajustar os preços conforme o contrato; reter os valores pagos a maior. Negociar preços mais vantajosos	
RESPONSÁVEL		GESTOR DO CONTRATO	
ETAPA:	4.9. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS		
RISCO:	Retenção dos valores dos impostos; encargos patronais e da conta vinculada		
DANO:	Responsabilização subsidiária.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Provável	IMPACTO: Médio
AÇÃO PREVENTIVA:		Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços, bem como dos encargos sociais.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	
ETAPA:	4.10. SANÇÕES		
RISCO:	Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.		
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Muito provável	IMPACTO: Alto
AÇÃO PREVENTIVA:		Estabelecer, conforme regulamento municipal, os ritos do processo administrativo.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO E GERÊNCIA DE PENALIDADES DA CENTRAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO	
ETAPA:	4.11. ENCERRAMENTO DO CONTRATO		
RISCO:	Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.		
DANO:	Prejuízo ao erário.		
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA:		Pouco provável	IMPACTO: Baixo
AÇÃO PREVENTIVA:		Verificar a inexistência de processo trabalhista, pendência trabalhistas e ressarcimentos.	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:		Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a segurados dos inadimplementos, reter valores até o limite do ressarcimento.	
RESPONSÁVEL		COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS E COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA	



MATRIZ DE RISCO

	PROBABILIDADE					
90%	PRATICAMENTE CERTO					
70%	MUITO PROVÁVEL				1.1; 1.3; 2.1; 3.2; 3.5; 3.6; 3.7; 4.1; 4.3; 4.5; 4.6; 4.7; 4.10	
50%	PROVÁVEL			3.3; 4.4; 4.8; 4.9		
30%	POUCO PROVÁVEL		1.2; 2.2; 3.1; 3.4; 4.2; 4.11			
10%	RARO					
	IMPACTO	MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO

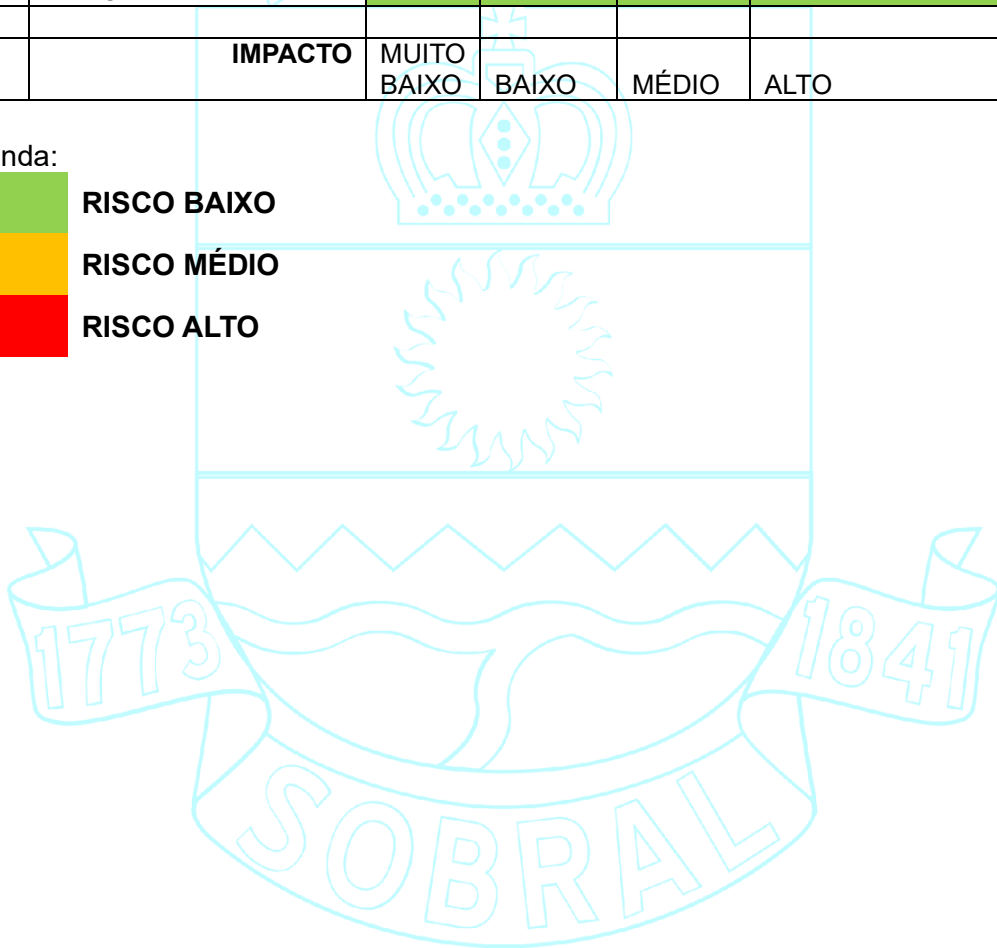
Legenda:



RISCO BAIXO

RISCO MÉDIO

RISCO ALTO





ANEXO 8 - JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO

A Guarda Civil Municipal justifica a necessidade do Orçamento Sigiloso nesta contratação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 que determina, no seu art. 24, como também a alínea "f" do inciso III do art. 18. Do Decreto Municipal nº 3.737/2025, que desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Entretanto, o inciso I, do referido artigo da Lei 14.133/2021 o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo e, conforme o parágrafo único, na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Ressalta-se que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público, apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances da licitação.

Cabe ressaltar, que a presente contratação não trata de licitação com o critério de julgamento por maior desconto, não sendo obrigatória a divulgação do orçamento estimado da contratação, e conforme justificativa a seguir busca-se demonstrar a necessidade do Orçamento Sigiloso nesta contratação.

Objetiva-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade do presente objeto da contratação, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados.

Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração.

Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar



PREFEITURA DE SOBRAL

harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade.

Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.

Diversos são os julgados da Corte de Contas federal cujo sentido é o de dispensar a publicação do orçamento estimado da contratação no edital do pregão. Vejamos alguns enunciados da jurisprudência selecionada do Tribunal:

Não é obrigatório que o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários seja parte integrante do edital do pregão, mas o ato convocatório deve conter informações para obter tal orçamento. Acórdão nº 2816/2009 – Plenário – TCU.

Na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo administrativo relativo ao certame. Acórdão nº 394/2009 – Plenário – TCU.

Na modalidade pregão, o orçamento estimado não constitui elemento obrigatório do edital, contudo, deve estar inserido no processo relativo ao certame, bem como ser informado no ato convocatório os meios para obtenção desse orçamento. Acórdão nº 1513/2013 – Plenário – TCU.

Nas licitações sob a modalidade pregão, é obrigatória a inclusão do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários no processo administrativo que fundamenta a licitação, facultando-se ao gestor, caso julgue conveniente, incluir referido orçamento como anexo ao edital. Acórdão nº 5263/2009 – Segunda Câmara – TCU.

O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público e eficiência, sobretudo) optamos que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelos licitantes.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, informamos que o orçamento estimado é público, mas ele se mantém acessível apenas para os serviços administrativos (internamente) e para os órgãos de controle, sendo disponibilizado para os licitantes e quaisquer interessados após a fase de lances.

ANEXO 9 - JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

1. O valor estimado da contratação foi formado conforme pesquisa de mercado devidamente apontada no mapa comparativo de preços, respeitando exigências do artigo 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025, como também, do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

2. Na pesquisa de preços o valor estimado da contratação foi definido com base no melhor preço aferido, observadas a potencial economia de escala, sendo realizada com base nos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada:

Artigo 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025:

II – Contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Item	ESPECIFICAÇÃO	Art. 19 do Decreto Municipal nº 3.737/2025 INCISO					
		I	II	III	IV	V	VI
1	<p>LOCAÇÃO DE 20 (VINTE) MOTOCICLETAS PARA PATRULHAMENTO, TIPO: TRAIL, ADESIVADAS E EQUIPADAS PARA USO EM ATIVIDADE DE PATRULHA OU POLICIAMENTO.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, Pintura personalizada, adesivo e acessórios para patrulhamento; Motor Monocilíndrico de 4 tempos, arrefecimento a ar, de NO MÍNIMO 290 cilindradas; Potência mínima de 20 cv; Injeção Eletrônica; Ano/modelo 2025 ou versão mais recente. Dispositivo contra linha de pipa para motociclista: Dispositivo contra linha de pipa constituído de vareta telescópica com cerca de 01 (um) metro de comprimento, confeccionado em material resistente e flexível, com sistema que permite o corte da linha. Instalado no centro do guidão ou da carenagem da motocicleta, próximo à base do espelho retrovisor, de forma a não causar ferimentos ao piloto em caso de choque ou colisão dianteira da motocicleta. Protetor de motor e carenagem para motocicleta: Protetor do motor em peça única confeccionado em tubos metálicos de seção circular, reforçado, com acabamento em pintura preto fosco ou no padrão original do quadro da motocicleta. Fixação ao quadro por meio de parafusos, com no mínimo dois pontos de apoio, a depender do modelo da motocicleta e do peso (deverá ser avaliado pela contratante), haja vista que a motocicleta será usada de modo operacional, e seu uso se dará de forma mais severa.</p> <p>DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SINALIZADORES:</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL: o conjunto de sinalização visual deverá ser composto por no mínimo 08 (oito) módulos sinalizadores no formato LINEAR, contendo mínimo de 3 (três) Leds de 3W de potência cada, formado por lentes colimadoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, todos resistentes a impactos, descoloração e amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc, gerenciados por microprocessador ou micro controlador, que permita a geração de flashes luminosos com frequência não inferior a 1,0Hz e não superior 4,0Hz. O circuito eletrônico devesa: garantir a eficiência luminosa dos equipamentos, mesmo que a viatura esteja desligada ou em baixa rotação. O sistema de luzes deverá conter as seguintes configurações mínimas: Quatro módulos sinalizadores frontais com mínimo 3 leds cada na cor vermelha e azul, instalados em suportes metálicos fixados junto à carenagem, sendo 2 módulos com Leds na cor cristal. Os LEDS deverão ter potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, resistente a impactos, descoloração, amarelamento. Fixados por meio de bases metálicas na cor preta, de dimensões reduzidas e resistentes a esforço e intempéries. Com alimentação nominal de 12 Vcc; Cada LED (Diodo Emissor de Luz) devesa: obedecer a especificação a seguir: Cor</p>		x				



<p>predominante - Vermelho; Comprimento de onda - Entre 610 e 630 nm; Intensidade luminosa mínima - 60 Lumen; Encapsulamento - SMD 3535, 2525 ou 1616; Vida útil - 30.000 horas; Quatro módulos sinalizadores traseiros, instalados na traseira da estrutura do bagageiro, longitudinalmente ao sentido de marcha da motocicleta, com mínimo de 3 Leds cada na cor vermelha. Os LEDS deverão ter potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, resistente a impactos, descoloração, amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc; Cada LED (Diodo Emissor de Luz) devesa: obedecer a especificação a seguir: Cor predominante - Vermelho; Comprimento de onda - Entre 610 e 630 nm; Intensidade luminosa mínima - 60 Lumens; Encapsulamento - SMD 3535, 2525 ou 1616; Vida útil - 30.000 horas. Os módulos de sinalização visual deverão ter grau de proteção IP66 e serem passíveis de manutenção mesmo após o término da garantia do produto. Os equipamentos acústicos e visuais deverão ser imunes a interferências eletromagnéticas (EMI e RFI) no sistema original do veículo e no rádio transceptor ou dispositivos de comunicação, tampouco gerar ruídos eletromagnéticos/interferências nos equipamentos de comunicação embarcados. O sistema deve: possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios, deverá ter gerenciamento de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo ou o desligamento do motor da motocicleta pela chave ou pelo botão "Kill Switch" (botão de desligamento do motor). Todo material plástico devesa: ser provido de proteção UV integrada à matéria-prima (sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção). Os módulos de Leds não podem exceder as dimensões 100mm de largura x 40mm de altura, com tolerância de $\pm 2,0$mm. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZAÇÃO ACÚSTICA: Módulo amplificador instalado junto ao protetor de pernas da motocicleta, com potência não inferior a 30W RMS. Deve oferecer mínimo de 4 (quatro) tipos de sons (Wail, Yelp, Hi-yelp e Horn). O conjunto de sinalização acústica sintonizado deve ser formado por corpo único (amplificador + driver de compressão), construído em nylon com fibra de vidro, resistente a água, impactos, calor e deformações, fixado através de suporte próprio adequados para evitar a vibração do conjunto quando a motocicleta estiver em deslocamento. Deverá ter gerenciamento automático de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo. O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios. A Pressão sonora (SPL) de 110Db@1m deverá ser comprovada por medição através de decibelímetro aferido. Características técnicas: Consumo máximo: 2,5Ah consumo Standby By (repouso) 0 (zero); Pressão sonora (SPL): 110dB@1m. Resposta de Frequência: 600 a 3000Hz; Peso: Não superior a 1,5Kg. O conjunto Amplificador Sonoro e Unidade Sonofletora deverão estar certificados conforme norma ABNT NBR IEC 60529, Grau de Proteção IP67. Painel controlador do sistema acústico / visual: Deverá ser fornecido um painel de controle, com mínimo de 4 teclas, instalados do lado esquerdo do painel da motocicleta, resistente a água, com tamanho adequado que permita manuseio e acionamento utilizando apenas uma das mãos, sem a necessidade de se retirar a mão do manete, mesmo que o policial esteja utilizando luvas. O botão de acionamento da buzina deverá ser mantido, preservando a função original. O controlador deverá ser dotado de botões com sistema fosforescente de visualização e de acionamento em silicone translucido retro iluminados de forma a ter uma boa visibilidade, tanto de dia quanto a noite, podendo identificar as funções que estão habilitadas. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta. Os botões devem estar em alto relevo em relação ao painel. O modulo de controle da sinalização deverá ser micro controlado para acionamento de forma prática dos sinalizadores visuais, controlando os efeitos luminosos e acionamento e seleção dos sons da sirene. É vedada a alteração da posição original do punho e/ou da manopla na motocicleta. As funções de acionamento do conjunto sinalizador (acústico e visual) deverão atender uma das lógicas de funcionamento abaixo: Tecla 1:</p>						
--	--	--	--	--	--	--



	<p>1ª função (Ligar/desligar as luzes) Um Pulso aciona as luzes; demais pulsos, troca os padrões de flashes das luzes; manter pressionado por 3 segundos, desligam as todas as luzes; 2ª função (Ajuste de brilho do backlight das teclas); manter a tecla pressionada para entrar no modo de ajuste. O backlight devera alternar até o máximo brilho das teclas. Tecla 2: 1ª função (Ligar/selecionar sons/desligar a sirene) Um Pulso aciona a sirene; demais pulsos, troca os padrões de som; manter pressionado por 3 segundos, desligam a sirene. 2ª função (Ajuste de brilho do backlight das teclas): Manter a tecla pressionada para entrar no modo de ajuste. O backlight devera alternar até o mínimo brilho das teclas. Tecla 3: 1ª função: Um Pulso aciona o som momentaneamente da sirene (PIAL ou HORN); manter pressionado por 3 segundos para ativar a função "EMERGÊNCIA", onde são acionados todos os módulos de Led em um padrão de flash de alta frequência, juntamente com o som Hi-Yelp da sirene. 2ª função (Ativar a função COMBOIO): Após acionar um padrão de flash, manter a tecla pressionada por 3 segundos para desligar as luzes direcionais traseiras, manter novamente a tecla pressionada por mais 3 segundos para religar as luzes direcionais traseiras e desligar as luzes direcionais dianteiras e manter a tecla pressionada por mais 3 segundos para sair do modo COMBOIO.</p> <p>GRAFISMO: Aplicação de grafismo/envelopamento. (conforme layout do anexo 3)</p>					
2	<p>LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS, TIPO CAMINHONETE, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA COM CELA, MONTADA COM BASE CHASSI SOB SUA CARROCERIA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, ano e modelo não inferior ao data da contratação; com pbt mínimo de 2.950kg, off road, com caçamba traseira de no mínimo 1.000 kg, com motorização à combustível diesel; fabricação nacional/ Mercosul, motor no mínimo 2.4 cilindradas, potência mínima de 190 cv, torque mínimo desejado de 42 kgf ; sistema de tração manual 4x4 com opção de reduzida; câmbio automático; freios com sistema abs, ebd, controle de tração e estabilidade; vidros elétricos nas quatro portas; capas protetoras com courvin de alta resistência e totalmente costuradas, presas aos bancos originais, não sendo com velcro ou amarradas aos bancos para o reforço e proteção da bancada original dianteira e traseira do veículo durante a utilização dos servidores municipais; jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete; revestimento para piso feito em material emborrachado, impermeável, de fácil limpeza; direção hidráulica ou superior; incluindo todos os equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e demais itens de série não especificados. O veículo deverá possuir sensor de ré, ar-condicionado com capacidade de ofertar ar refrigerado em todo espaço do habitáculo, podendo ser analógico ou digital, com controle de temperatura manual ou automático, e original de fábrica; veículo com rodas com aro de no mínimo 16", com pneus possuindo tamanho compatível para uso misto , protetores homologados para as seguintes partes do veículo: cárter, transmissão, câmbio/reduzida e diferencial. É facultativa a presença de protetor metálico para o tanque de combustível; equipado com todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; carroceria na cor branca, barra longitudinal de teto, aplicação de película para proteção solar e anti-impacto; os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados e com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, conforme legislação vigente. Deverá ser equipado com quebra mato, suporte de armas longas, grafismo, sinalizadores auxiliares, sinalizador visual, sinalizador acústico, cela e demais itens, conforme segue:</p> <p>QUEBRA MATO: Confeccionado em aço liga ou carbono, em tubo redondos e chapas protetoras, fixado em pontos reforçados do veículo onde deverão proteger a parte dianteira do veículo contra impactos nos faróis, grades, lanternas e para choques. Deverá estar fixado ao veículo conforme permitido pelo design do fabricante (por exemplo, em seu chassi, em seus pontos estruturais do monobloco etc).</p> <p>SUPORTE DE ARMAS LONGAS: para transporte em viatura, em aço carbono, instalada no túnel central inferior do assoalho do compartimento de passageiros traseiros, com capacidade para alojar até 02 (duas) armas longas. As armas serão posicionadas sobre recortes em baixo-relevo, fixados sobre o túnel do veículo e fixadas, no mínimo, por meio de sistema de presilhas em nylon que permita</p>	x				



<p>rápida remoção do armamento.</p> <p>GRAFISMO (ADESIVAGEM) padrão conforme identidade visual da guarda municipal onde será repassado por meio de layout no ato de formalização contratual pela contratante, devendo ser aplicado sobreposto ao adesivo, cobertura completa de verniz automotivo, para preservação da identidade visual quanto a sua qualidade, resistência e durabilidade. (Conforme layout em anexo 4).</p> <p>SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, com 02 (dois) minis sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com no mínimo 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência em cada led, na cor cristal, selados em formato circular, com aro de acabamento. Deverá ser instalado no veículo pela licitante. Será possível uso de solução técnica equivalente, desde que esta seja aceita pela Contratante e que atenda aos requisitos de desempenho, durabilidade e segurança. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR VISUAL: O veículo deverá ser equipado com barra sinalizadora visual de emergência em formato de arco ou barra, instalada no teto, adequada ao uso operacional. A barra deverá: Emitir sinais luminosos nas cores vermelho e azul, podendo conter luzes auxiliares na cor branca (luz de beco e/ou iluminação frontal); Possuir tecnologia em LED de alta eficiência, garantindo ampla visibilidade em 360°, sem pontos cegos; Ter perfil aerodinâmico e dimensões compatíveis com o porte do veículo, não excedendo a largura do teto; Possuir estrutura resistente a impactos, vibrações, intempéries e radiação UV; Ser composta por módulos luminosos distribuídos de forma uniforme, garantindo sinalização eficaz em todas as direções; Permitir acionamento de diferentes padrões de iluminação, conforme operação (ex.: emergência, deslocamento, parada); Possuir sistema de controle eletrônico integrado ao painel do veículo; Dispor de luzes auxiliares laterais (luz de beco) e frontais, quando aplicável. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR ACÚSTICO: painel iluminado com botões, de fácil visualização, intuitivo, instalado em local adequado, fixado de forma segura e resistente, evitando que este se solte ao logo do tempo e do uso. Com fácil acesso de controle. Seu controle deverá estar em mesmo módulo ou painel de acesso da sinalização visual. Sirene eletrônica composta de amplificador de 100 (cem) watts e unidade sonofletora única, com no mínimo 04 (quatro) tons, instalado no local mais adequado, admitindo-se a instalação junto a barra sinalizadora, com eficiente efeito sonoro à frente do veículo, porém com menor ruído possível na cabine do veículo. A pressão sonora será de 120db, devendo estar em conformidade com a norma SAE J1849 ou demais normas similares vigentes. Para a comprovação dessa medida, o aparelho utilizado para a aferição deverá ser colocado a 01 (um) metro de distância, em altura correspondente ao centro da peça de emissão do som. O drive utilizado específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Possui no próprio corpo pontos específicos para a fixação da corneta, não se admitindo a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. O sistema de megafone deverá ter seu suporte em local fixo no painel. Os equipamentos não gerarão ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias, conforme normas estabelecidas pela ANATEL e demais normativos vigentes.</p> <p>CELA: compartimento para transporte de detidos adaptado no compartimento de cargas, dotado de: compartimento de carga com capota confeccionada em ABS ou fibra de vidro, afixada na caçamba original do veículo, com alinhamento externo na altura da cabine original do veículo, com porta traseira em uma tampa só com sustentação por molas a gás, com sistema de travamento da tampa, fechadura (com 02 chaves) na parte superior e vidro vigia na tampa traseira, com aplicação de película fumê automotiva com grau de incidência de luminosidade g5; o compartimento de cela confeccionado em estrutura tubular de aço, com revestimento total em chapa de aço lisa perfurada nas laterais e teto, com porta traseira independente de abertura, com sistema de travamento duplo externo (com duas trancas apropriadas para cadeado e com pino das</p>						
---	--	--	--	--	--	--



	<p>dobradiças ponteados com solda posicionado no lado esquerdo). os revestimentos laterais do compartimento de detidos deverão ser em chapa de aço com acabamento e tratamento anticorrosivo, pintada na cor cinza ou preto fosco; revestimento e proteção do assoalho da caçamba, com chapa de alumínio corrugada, com drenos para escoamento de líquidos e calafetação em todo seu perímetro. instalação de no mínimo 06 (seis) aletas em cada lateral da capota, para aumento da troca térmica no interior da capota; sistema de ventilação/exaustão através de no mínimo 02 (dois) ventiladores e 02 (dois) exaustores instalados no teto do compartimento com grade de proteção interna e acionamento na cabine do motorista; luminária interna e independente com grades metálicas de proteção, no compartimento de transporte de detidos, com acionamento de aviso sonoro na cabine do motorista em caso de esquecimento de desligamento do equipamento; instalação de porta algemas confeccionado em tubo de aço, fixado ao assoalho da caçamba; o compartimento de detidos deverá ser confeccionado com material de alta resistência mecânica e montado com acabamentos entre as chapas de aço, fibras e demais materiais, de forma a não permitir pontas que possam vir a ferir os detidos; estribo na traseira revestido em alumínio lavrado; obs.: a característica do compartimento de detidos deverá atender a legislação específica que versa sobre o assunto tais como a Lei nº 8.653, de 10 de maio de 1993, Resolução nº 626, de 19 de outubro de 2016 (CONTRAN) e Resolução Contran Nº 916, de 28 de março de 2022.</p> <p>Protetor de caçamba em polietileno ou material equivalente, devendo ser resistente; suporte fixado no para-choque dianteiro de impulsão com proteção de farol e piscas laterais; Par de estribos laterais com capacidade de até 150kg. Sinalizadores auxiliares: strobo em led linha barras de led frontais para sinalização, composta por 04 (quatro) módulos com 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência cada módulo. sendo os 4(quatro) módulos posicionados na altura dos faróis, 02 (dois) módulos na cor rubi para sinalização de emergência e 02 (dois) módulos na cor azul com efeito estroboscópico. Instalado pela licitante no veículo.</p>					
3	<p>LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, TIPO CAMINHONETE, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA, DEFESA CIVIL, MONTADA COM BASE CHASSI SOB SUA CARROCERIA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: sem combustível e sem motorista, cor: branca, ano e modelo não inferior a data da contratação, com pbt mínimo de 2.950kg, off road, com caçamba traseira de no mínimo 1.000 kg, com motorização à combustível diesel; fabricação nacional/ Mercosul, motor no mínimo 2.4 cilindradas, potência mínima de 190 cv, torque mínimo desejado de 42 kgf ; sistema de tração manual 4x4 com opção de reduzida; câmbio manual; freios com sistema ABS, EBD, controle de tração e estabilidade; vidros elétricos nas quatro portas; capas protetoras com courvin de alta resistência e totalmente costuradas, presas aos bancos originais, não sendo com velcro ou amarradas aos bancos para o reforço e proteção da bancada original dianteira e traseira do veículo durante a utilização dos servidores municipais; jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete; revestimento para piso feito em material emborrachado, impermeável, de fácil limpeza; direção hidráulica ou superior; incluindo todos os equipamentos exigidos pelo código de trânsito brasileiro e demais itens de série não especificados.</p> <p>O veículo deverá possuir protetor de caçamba em polietileno ou material equivalente; suporte fixado no para-choque dianteiro de impulsão com proteção de farol e piscas laterais; com par de estribos laterais que suportem até 150 kg.</p> <p>O veículo deverá possuir sensor de ré, ar-condicionado com capacidade de ofertar ar refrigerado em todo espaço do habitáculo, podendo ser analógico ou digital, com controle de temperatura manual ou automático, e original de fábrica; veículo com rodas no mínimo 16" e com pneus possuindo tamanho compatível para uso misto, protetores homologados para as seguintes partes do veículo: cárter, transmissão, câmbio/reduzida e diferencial. é facultativa a presença de protetor metálico para o tanque de combustível; equipado com todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; carroceria na cor branca, barra longitudinal de teto, aplicação de película para proteção solar e anti-impacto; os veículos deverão ser entregues licenciados e emplacados e com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, conforme legislação</p>		x			



<p>vigente. Deverá ser equipado com quebra mato, barra de led, grafismo, sinalizadores auxiliares, sinalizador visual, sinalizador acústico, conforme segue:</p> <p>QUEBRA MATO: Confeccionado em aço carbono ou aço em liga, em tubo redondos e chapas protetoras, fixado em pontos estruturais do veículo onde deverão proteger a parte dianteira do veículo contra impactos. O item deverá estar conforme normas do CONTRAN.</p> <p>BARRA DE LED: Deverá estar fixada na quebra mato frontal, carcaça de alumínio fundido sob pressão, com dimensões proporcionais/adequadas ao tamanho do quebra-mato, temperatura de cor branco frio, fluxo luminoso de no mínimo 9.000 Lúmens, com no mínimo 120w de potência. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>GRAFISMO (ADESIVAGEM) padrão conforme identidade visual da Defesa Civil onde será repassado por meio de layout no ato de formalização contratual pela contratante, devendo ser aplicado sobreposto ao adesivo, cobertura completa de verniz automotivo, para preservação da identidade visual quanto a sua qualidade, resistência e durabilidade. (Conforme layout em anexo 5)</p> <p>SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, barras de led frontais para sinalização, composta por 04 (quatro) módulos com 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência cada módulo, sendo os 4 (quatro) módulos posicionados na altura dos faróis ou na grade frontal do veículo, em local de fácil visualização; 02 (dois) módulos na cor vermelho para sinalização de emergência e 02 (dois) módulos na cor branco com efeito estroboscópico. Instalado pela licitante no veículo. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADORES AUXILIARES: strobo em led linha, com 02 (dois) minis sinalizadores instalados próximos aos faróis e lanternas traseiras, conforme marca/tipo/modelo do veículo, com no mínimo 03 (três) leds de pelo menos 01 (um) watt de potência em cada led, na cor cristal, selados em formato circular, com aro de acabamento. Deverá ser instalado no veículo pela licitante. Será possível uso de solução técnica equivalente, desde que esta seja aceita pela Contratante e que atenda aos requisitos de desempenho, durabilidade e segurança. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR VISUAL: O veículo deverá ser equipado com barra sinalizadora visual de emergência em formato de arco ou barra, instalada no teto, adequada ao uso operacional. A barra deverá: Emitir sinais luminosos nas cores vermelho ou vermelho e azul; Possuir tecnologia em LED de alta eficiência, garantindo ampla visibilidade em 360°, sem pontos cegos; Ter perfil aerodinâmico e dimensões compatíveis com o porte do veículo, não excedendo a largura do teto; Possuir estrutura resistente a impactos, vibrações, intempéries e radiação UV; Ser composta por módulos luminosos distribuídos de forma uniforme, garantindo sinalização eficaz em todas as direções; Permitir acionamento de diferentes padrões de iluminação, conforme operação (ex.: emergência, deslocamento, parada); Possuir sistema de controle eletrônico integrado ao painel do veículo; Dispor de luzes auxiliares laterais (luz de beco) e frontais, quando aplicável. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>SINALIZADOR ACÚSTICO: painel iluminado com botões, de fácil visualização, intuitivo, instalado em local adequado, fixado de forma segura e resistente, evitando que este se solte ao logo do tempo e do uso. Com fácil acesso de controle. Unidade sonofletores única, com no mínimo 06 (seis) tons, instalado no local mais adequado, admitindo-se a instalação junto a barra sinalizadora, com eficiente efeito sonoro à frente do veículo, porém com menor ruído possível na cabine do veículo. A pressão sonora de 120db. O drive utilizado específico para utilização em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Possui no próprio corpo pontos específicos para a fixação da corneta, não se admitindo a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. O sistema de megafone conjugado a sirene do item anterior. Os equipamentos não gerarão ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na</p>						
---	--	--	--	--	--	--



	<p>recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias. luz auxiliar de busca, usado em situações de pouca luminosidade para verificar as margens da rodovia, sem a necessidade de desembarque dos agentes. O veículo deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.</p> <p>O veículo deverá vir acompanhado do sistema de admissão de ar com snorkel.</p> <p>O veículo deverá vir acompanhado dos seguintes acessórios: bagageiro gradeado de teto (rack de teto) confeccionado em aço carbono com carga útil de até 100kg; capota marítima e protetor do tanque de combustível; grade vigia de proteção do vidro traseiro tipo Santo Antônio, fabricado em aço carbono, com base elevada para passagem de capota marítima; com protetor do sistema de acionamento 4x4.</p>					
4	<p>LOCAÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) VEÍCULOS OPERACIONAIS, COM ADAPTAÇÃO DE VIATURA COM CELA, TIPO SUV.</p> <p>CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: cor: branca, sem combustível e sem motorista, ano e modelo não inferior a data da contratação. Veículo automotor, de passageiros, com carroceria SUV, totalmente metálico (vedado teto panorâmico), dotado de habitáculo de passageiros com capacidade mínima para acomodar 05 (cinco) pessoas, e compartimento traseiro originalmente destinado ao transporte de bagagem a ser adaptado para transporte de detidos, em alinhamento com a Resolução nº 626/16 do Contran. Motor: à combustão aspirado, turbocomprimido ou turboalimentado, movido a combustíveis dos tipos gasolina e etanol em qualquer proporção (flex) ou Diesel com cilindrada não inferior 1.000cm³, torque de no mínimo 16kgfm, potência mínima de 110cv. Altura livre do solo sob os eixos dianteiro e traseiro mínima de 160 mm; distância entre eixos mínima de 2.600mm. Porta malas com capacidade mínima de 430 litros. Tanque de combustível de no mínimo 50 litros. Transmissão com caixa de mudanças mecânica ou automática, com no mínimo cinco marchas à frente e uma à ré. Portas: 4 laterais para acesso, com sistema de abertura a partir de dobradiças fixadas na carroceria, vedado modelo com "porta de correr" e 1 porta traseira para acesso ao compartimento de bagagem com dispositivo externo para abertura manual (vedados os veículos que possuam abertura e fechamento das portas exclusivamente nas formas automática, elétrica ou eletrônica), dotadas de sistema de travamento de portas elétrico, com acionamento remoto pela chave para destravamento e travamento. Vidros: deverão abrir e fechar por sistema elétrico, dotado de sistema antiesmagamento, conforme prescrito na Resolução Contran nº 908/22. Direção: conforme especificação do fabricante, com acionamento hidráulico, elétrico ou eletro- hidráulico, original de fábrica. Sistema de freios: Conforme especificação do fabricante, dotadas de sistema antitravamento (ABS com gerenciamento eletrônico) integral em todas as rodas. Estepe: conforme especificação do fabricante, sendo vedada sua fixação nas laterais ou na parte traseira do veículo, devendo ser realocado sem prejudicar o espaço do compartimento de cargas. Bancos: conforme especificação do fabricante, dotados de cintos de segurança para todos os passageiros, retráteis de três pontos para os laterais e subabdominal ou de três pontos para o central. Revestimento dos bancos: sobre os bancos e encosto de cabeça originais de fábrica, deverá ser colocado revestimento confeccionado em tecido sintético, flexível e impermeável, que facilite a limpeza. Deverá ser dotado de pontos de resistência das bases às laterais dos encostos e das bases às laterais dos assentos. O material utilizado nos revestimentos deverá possuir Certificado de Flamabilidade em atendimento à Resolução nº 498/14 do CONTRAN. Não será aplicado esse item, caso os veículos sejam dotados de bancos originais de couro ou material sintético similar a couro. Com jogo de tapetes de borracha com velcro entre o assoalho, o revestimento e o tapete. Ar-condicionado original da linha de montagem. O veículo deverá possuir Controle de Estabilidade e Controle de Tração e ainda Sistema de Retenção Suplementar (airbag) de série, inalterados em seu funcionamento original (as adaptações realizadas no veículo não poderão interferir no seu perfeito funcionamento), conforme Resolução CONTRAN nº 964/22.</p>					



<p>DO SISTEMA ELÉTRICO: Deverá estar devidamente dimensionado (bateria, alternador, cabeamento, fusíveis, etc.) para suportar, simultaneamente, o consumo dos equipamentos originais do veículo e as devidas adaptações. Todos os materiais empregados deverão possuir padrão automotivo, respeitando as normas vigentes. Os chicotes, armações e fiações devem ser acondicionados e isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os encaixes dos dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries. Todas as aberturas que forem realizadas no veículo devem ser adequadamente calafetadas e todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por fusíveis de proteção à corrente e de fácil remoção e acesso para inspeção e manutenção. Toda a fiação deverá ser de alta resistência, a fim de evitar oxidação e movimentos que possam resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos. Os isolamentos em polietileno transversal deverão estar de acordo com as normas vigentes. Todos os itens usados para proteger ou fixar a fiação deverão ser adequados ao projeto e seguir os padrões utilizados na indústria automotiva. A fiação deverá estar protegida contra água, intempéries e sujeira por blindagem tipo espaguete. Qualquer fiação especial deverá possuir codificação dos fios atendendo aos padrões definidos pela norma ABNT 5410, e toda a fiação e cabos não poderão ser instalados em locais sujeitos a cortes ou onde haja movimentação e arestas cortantes.</p> <p>Com direção assistida, sinalização acústica e visual, e compartimento para transporte de presos.</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA DE EMERGÊNCIA: O sistema de sinalização deverá ser imune a EMI (Eletric Magnetic Interference) e RFI (Radio Frequency Interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores dentro da faixa de frequência utilizada pelas polícias e possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo-se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder os limites que coloquem em risco a segurança do equipamento. O sistema de sinalização deverá dispor de sensor de baixa voltagem, para impedir o funcionamento do sinalizador, quando a bateria estiver com capacidade mínima (11,6 V), de forma a permitir a parada no motor. Todos os equipamentos da sinalização acústica e visual deverão ser novos, de primeiro uso, admitindo-se sua reutilização excepcionalmente por ocasião de eventual renovação contratual (2º ciclo), desde que devidamente revitalizados, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.</p> <p>SINALIZAÇÃO ACÚSTICA: Sirene eletrônica composta de amplificador de no mínimo 100W @ 11Ω (Ohms) e unidade sono fletora única, com, no mínimo, 3 (três) tons próprios de viaturas policiais (Wail, Yelp e Horn), instalada em local que garanta eficiente efeito sonoro à frente do veículo com pressão sonora de no mínimo 120 dB e a 1m de distância, por aparelho fornecido pela CONTRATADA e/ou empresa adaptadora, devidamente certificado e aferido por entidade acreditada pelo INMETRO. O sinalizador acústico deverá ser fixado na parte frontal do veículo, sendo vedada a alocação da sirene embaixo do sinalizador visual. O drive utilizado deverá ser selado e específico para uso em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drives confeccionados para aplicações musicais. Deverá ainda possuir, no próprio corpo, pontos específicos para a fixação da corneta, não sendo admitida a utilização da rosca principal da saída do áudio para tal finalidade. Sistema de megafone com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor. O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.</p> <p>SINALIZAÇÃO VISUAL: O sistema deverá possuir gerenciamento de carga automático e promover o desligamento de todos os equipamentos, antes que a tensão atinja valores que inviabilizem a realização da partida do veículo. CORES: Cada LED de última geração, em todo o sistema, deverá obedecer às seguintes especificações: LED vermelho: comprimento de onda de 610 a 660 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 80 lúmens ANSI típico/LED azul: comprimento de onda de 450 a 490 nm, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 60 lúmens ANSI típico/ LED branco: temperatura de cor de 4500 a 6500K, intensidade luminosa de cada LED de no mínimo 120 lúmens ANSI típico. A Sinalização deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p>						
---	--	--	--	--	--	--



<p>BARRA DE SINALIZAÇÃO: O sinalizador visual principal deverá ter formato linear ou arco, de "corners" retangular ou hexagonal, de baixo perfil aerodinâmico, cujas dimensões ocupem mais de 90% da largura do teto do veículo e não ultrapassem a dimensão máxima da largura do teto, confeccionada em policarbonato ou material equivalente transparente/cristal e estrutura metálica de alumínio extrudado, cúpula injetada em policarbonato translúcido fumê ou material equivalente, fixadas através de parafusos de aço inox sendo vedada a utilização de presilhas, estruturada em 3 (três) módulos sequenciais que ocupem toda área interna do tamanho do sinalizador, lateral (borda) em policarbonato transparente ou cristal, com revestimento especial resistente a impactos e descoloração, com tratamento para proteção contra raios UV, resistência a impactos e abrasão por partículas sólidas e tecnologia que mantenha a translucidez, que devem estar integrados à matéria-prima, sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção, sem espaço entre os módulos. Conjunto luminoso composto por no mínimo 200 LEDs de alta potência, LEDs nas cores vermelho e azul, com no mínimo 2 watts cada e LEDS na cor branca com no mínimo 1 watt cada, dispostos em módulos refletores, tipo concha de alto brilho, sendo, módulos frontais com no mínimo 18 LEDs cada módulo, e, laterais e traseiros com no mínimo 06 LEDs cada módulo, distribuídos equitativamente à barra de forma a permitir total visualização em um ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade, preenchendo todos pontos visíveis de acordo com o tipo/modelo do veículo e sua aplicação. A barra de iluminação deverá ser instalada preferencialmente acima da coluna B da viatura, de modo a reduzir o risco de lesões aos agentes ao desembarcarem do veículo. Os suportes metálicos que fixam a barra ao teto devem receber tratamento máximo anticorrosão e pintura na cor preta, eletrostática, ancorados de forma estrutural na calha do teto, caso haja, ou diretamente no rack de teto. Sua fixação deverá ser preferencialmente na calha do teto (rack de teto). Os módulos frontais e os módulos laterais posicionados em 45° voltados para frente do veículo deverão ser tricolores, permitindo que se acendam nas cores vermelha, azul ou branco. Os demais módulos da barra de iluminação devem ser bicolores, permitindo que se acendam na cor vermelha ou azul, conforme padrão de animação. Caso sejam utilizados LED vermelhos justapostos a LED azuis ou brancos, não deve haver afastamento dos LED, de forma que o preenchimento do módulo seja prejudicado. O equipamento deverá estar em conformidade com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>CONJUNTO LUMINOSO SECUNDÁRIO: Além da barra de iluminação principal, localizada no teto do veículo, serão utilizados módulos de LED na grade do radiador do veículo e na tampa do porta-malas. Conjunto luminoso secundário DIANTEIRO: constituído por 04 módulos de 3W, compostos de no mínimo de 6 (seis) LEDs cada, sendo 03 (três) LEDs para cada cor, em formato linear com dimensões não superiores a 85mm x 30mm, que alternem a iluminação entre vermelha e azul, posicionados entre os faróis dianteiros do veículo, acionados simultaneamente ao sistema de sinalização principal. Conjunto luminoso secundário TRASEIRO: constituído por 04 módulos de 3W, compostos de no mínimo 6 (seis) LEDs cada, sendo 03 (três) LEDs para cada cor, em formato linear com dimensões não superiores a 85mm x 30mm, que alternem a iluminação entre vermelha e azul, posicionados próximos às lanternas traseiras do veículo, acionados simultaneamente ao sistema de sinalização principal. Os módulos deverão ser distribuídos de maneira uniforme na grade dianteira e na traseira. O item deverá estar de acordo com as normas SAE J595, SAE J845 e com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>LUZES BRANCAS COM EFEITO ESTROBOSCÓPICO: Devem ser instaladas luzes brancas de alta intensidade próximo aos faróis/lanterna do veículo. Painel de controle da sinalização visual e acústica: Deve concentrar o controle de toda a sinalização visual e acústica em um único equipamento e ser fixado harmonicamente no centro horizontal do painel do veículo, em posição que facilite o acionamento de suas teclas por ambos os ocupantes dos bancos dianteiros da cabina, ou em outro local de fácil acesso, caso não seja possível a instalação no painel. Os botões devem ser confeccionados em material resistente com iluminação de fundo. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta. Os botões devem estar em alto relevo em relação ao painel, com exceção do botão de EMERGÊNCIA, cujo alto relevo deverá ser</p>						
---	--	--	--	--	--	--



<p>maior que os demais botões, em relação ao painel. Modos de funcionamento: O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem apenas quatro situações: viatura parada, em ronda, em emergência e em deslocamento acelerado (QTI). Não serão permitidas outras animações de iluminação. a) EMERGÊNCIA: O sistema deve acionar simultaneamente a barra de iluminação superior e a iluminação secundária em padrão específico, as luzes estroboscópicas e a sirene. b) RONDA: O sistema deve ligar apenas a barra de iluminação superior em padrão específico. c) PARADA: O sistema deve ligar a iluminação secundária e a barra de iluminação em padrão específico no modo PARADA. d) QTI: O sistema deve ligar a barra de iluminação superior e a iluminação secundária auxiliar em padrão específico. Comportamento da sinalização: Caso o modo RONDA, EMERGÊNCIA ou QTI esteja acionado e viatura venha a parar, o modo PARADA deve ser acionado automaticamente. Caso a viatura inicie movimento com o modo PARADA em funcionamento, o sistema deve alternar automaticamente todo o conjunto luminoso para o modo de funcionamento RONDA. O item deverá estar de acordo com as normas e regulamentos do CONTRAN.</p> <p>COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE PRESOS E DETIDOS: A adaptação do compartimento de detidos deverá integrar-se perfeitamente ao veículo, devendo ser dimensionada para ocupar o maior espaço possível do porta-malas. Não poderão existir pontos/pontas que possam causar lesões aos ocupantes ou gerar vibrações e ruídos, nem a possibilidade de que os detidos tenham acesso a qualquer equipamento, peças ou componentes existentes nesse compartimento. É vedada qualquer alteração do espaço e posicionamento do banco traseiro. Divisória do compartimento do detido: peça opaca, confeccionada em fibra de vidro ou chapa de Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS), com espessura não inferior a 3,5mm, a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro, com a finalidade de isolar os ocupantes do compartimento de detidos dos demais ocupantes do veículo, da base do compartimento traseiro até o teto. A divisória deverá ser dotada de perfil metálico ou reforço estrutural específico em toda a sua extremidade e/ou perfil em elastômero automotivo para total vedação junto aos acabamentos originais dos veículos, por meio do qual será feita a fixação por parafusos padrão automotivo na carroceria do veículo (utilizando-se preferencialmente os pontos originais para fixação de equipamentos gerais), e de sistema que garanta adequada circulação de ar no interior do veículo. Deverão ser instaladas travessas de reforço em aço carbono. Revestimento: Peça inteira, confeccionada em ABS ou fibra de vidro, com espessura não inferior a 3,5 mm, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais até o alinhamento dos vidros e integrando-se à parte inferior da divisória. Deverá possuir, no mínimo, 2 pontos de drenagem com tampa que permitam o escoamento total de líquidos utilizados para a limpeza do compartimento, devidamente canalizados de forma que os líquidos não caiam sobre qualquer parte, peça ou componente do veículo, incluindo-se os pneus do eixo traseiro e o estepe. Vedada a utilização de dreno destinado às instalações residenciais e comerciais. Reforço da fechadura: o sistema de abertura da porta do compartimento traseiro deverá receber a proteção necessária a fim de evitar o acesso ao sistema de abertura ou sua violação e o mecanismo interno deverá ser isolado (do tipo blindado). A fechadura não deverá possuir acessibilidade a sistema de abertura interno. Os vidros do compartimento traseiro deverão ter proteção em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5 mm, fixada por meio de aro metálico, de modo a proteger os vidros contra golpes diversos (vandalismo, etc.), especialmente de chutes. Luminária interna tipo Fluorescente ou em LED, com pelo menos 9 W de potência, resistente a vibração, com acionamento pela cabine do motorista, provida de grade metálica de proteção. Poderá ser utilizada a iluminação original de fábrica para esse compartimento, desde que devidamente protegida. Deverá ser permitida passagem de ventilação. Caso o estepe fique na parte inferior do compartimento traseiro, deverá possuir tampa de peça inteira, confeccionada em ABS, que suporte peso de até 200 kg, e também possuir fechadura com chave para travar o acesso ao compartimento do estepe. O item deverá atender ao determinado na Lei Federal nº 8.653/1993 e a Resolução CONTRAN nº 626/2016.</p> <p>GRAFISMO: Aplicação de grafismo/envelopamento (conforme layout</p>						
---	--	--	--	--	--	--



	do anexo 6).						
--	--------------	--	--	--	--	--	--

Considerações dos preços

1. O método utilizado neste estudo para a estimativa preliminar de preço da contratação foi a média do valor de cada custo da planilha dos preços pesquisados dos 03 (três) orçamentos recebidos.
2. Foram realizadas pesquisas no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e foram utilizadas homologações de itens similares aos itens a serem contratados no referido processo.
3. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que o valor estimado não apresentasse grandes variações, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.
4. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição correta dos itens, requeridos pelo setor e com valor usualmente praticado pelo mercado.





PREFEITURA DE SOBRAL

ANEXO B - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS GCMS/CELIC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20____ - GCMS/CELIC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE____ - GCMS

PROCESSO Nº P389876/2025

Na sede da Central de Licitações do Município de Sobral, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº PE ____ - GCMS, do respectivo resultado homologado em ____/____/20____, publicado no Diário Oficial do Município em ____/____/20____, às fls. ____, do Processo nº P389876/2025, que vai assinada pelo Presidente da Central de Licitações, Gestor do Registro de Preços, pelo Comandante Geral da Guarda Civil Municipal e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1 – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente instrumento fundamenta-se:

- no Pregão Eletrônico nº PE ____ - GCMS
- nos termos do Decreto Municipal nº 3.216/2023, publicado no DOM de 26/07/2023 e no 3.737/2025, publicado no DOM de 05/09/2025;
- na Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021.

2 – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futuros e eventuais serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial (sem fornecimento de combustível e sem condutor), para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº PE ____ - GCMS, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, e será incluído, na respectiva ata, o registro das licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº P389876/2025.

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

2.3. Este instrumento será assinado pela Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Sobral - CELIC, pelo titular da Guarda Civil Municipal de Sobral-GCMS ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelo representante do fornecedor legalmente credenciado e identificado.

2.4. A Central de Licitações da Prefeitura de Sobral - CELIC providenciará a publicação da Ata do Registro de Preços no Diário Oficial do Município, no sítio www.sobral.ce.gov.br, campo: SERVIÇOS/LICITAÇÕES e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

3 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, empresa(s) detentora(s) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



EMPRESA DETENTORA: _____, inscrito(a) no CNPJ nº _____

Item	Quant. Estimada	Unidade	Descrição	Marca / Fabricante	Vr. Unitário Ofertado (R\$)	Vr. Total Licitado (R\$)
1						
2						
(...)						
TOTAL:						

3.2. Os preços registrados são os preços unitários ofertados na proposta dos detentores de preços desta Ata, conforme tabela do item 3.1, e servirão de base para futuras contratações, observadas as condições de mercado e estabelecido no Decreto Municipal nº 3.216/2023.

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4 - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será a **Central de Licitações da Prefeitura de Sobral**.

4.2. Além do gerenciador, é órgão público participante do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
1	GCMS	MÊS	24
2	GCMS	MÊS	24
3	GCMS	MÊS	24
4	GCMS	MÊS	24

5 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP/ARP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e da empresa detentora.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pela empresa detentora.

5.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser



prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 5.1.

5.7. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 5.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6 - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência da empresa detentora, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. Em decorrência da publicação desta Ata, o órgão detentor do SRP poderá firmar contratos com as empresas detentoras com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor a recusa do detentor de registro de preços em prestar os serviços no prazo estabelecido pelo órgão detentor do registro de preços.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

6.2.1. A empresa detentora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

6.2.2. Na assinatura do contrato será necessária a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

6.2.3. Caso o licitante classificado em primeiro lugar, se encontre em uma das hipóteses previstas no art. 33 do Decreto nº 3.216/2023, ou se recuse a prestar os serviços, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e nesta ata.

6.2.4. Neste caso, o órgão detentor comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais licitantes, na forma dos §§ 3º, 5º e 6º do artigo 19 do Decreto nº 3.216/2023.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os licitantes registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela



entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.8. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

6.8.1. Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.8.2. Mantiverem sua proposta original.

6.9. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

6.10. O registro a que se refere o item 6.8 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.10 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.12.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.12.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 11.

6.13. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.14. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.14.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 6.12, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.10, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



6.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para os serviços pretendidos, desde que devidamente justificada.

7 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados passarão por análise contábil e jurídica, cabendo à autoridade competente do órgão gerenciador da ata registro de preços a decisão sobre o pedido, nos termos do Art. 28, caput e parágrafo único, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

7.5. A razão social e mudança do representante legal das empresas dos itens registrados poderão ser substituídos nos casos previstos no Art. 31, do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

8 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o licitante adjudicatário para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o adjudicatário será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os licitantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que



avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e a empresa detentora não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado à empresa detentora requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, a empresa detentora encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e a empresa detentora deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 11, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro da empresa detentora, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os licitantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos itens 6.8 a 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 11, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 e seus subitens, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento das quantidades registradas deverá ser observado o disposto no Art. 45, §§ 1º e 2º do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao licitante beneficiário da ata de registro de preços,



observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não dos serviços decorrentes do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3. a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

10.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal de Registro de Preços nº 3.216/2023.

10.2. Competirá a **Central de Licitações da Prefeitura de Sobral**, órgão gestor do Sistema de Registro de Preços, o controle e administração do SRP, em especial, as atribuições estabelecidas no art. 12 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

10.3. Caberá ao órgão detentor as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 11 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

10.4. A empresa detentora do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigada a:

10.4.1. Atender aos pedidos efetuados pelo Órgão detentor do Registro de Preços, durante a sua vigência.

10.4.2. Executar o objeto, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo órgão detentor do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

10.4.3. Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas do Órgão Gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de Órgãos/Entidades não participantes (carona).

10.4.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua duração estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, observado o disposto no artigo 105 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.6. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata e passará a ter eficácia a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP), na forma do artigo 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7. O contrato decorrente da ata de registro de preços poderá ser alterado, observado o disposto no artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

11 - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito nas situações previstas no art. 33 e 34 do Decreto Municipal nº 3.216/2023.

11.2. O registro da empresa detentora será cancelado pelo gerenciador, quando a mesma:

11.2.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

11.2.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.2.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

11.2.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de



2021.

11.3. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada à empresa detentora não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 11.1 e 11.2 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.5. Na hipótese de cancelamento do registro da empresa detentora, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.6. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.6.1. Por razão de interesse público;

11.6.2. A pedido da empresa detentora, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.6.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

12 - DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

12.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

12.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 11, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro da empresa detentora.

13 – DOS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DO ADJUDICATÁRIO

13.1. Conforme previsto no § 5º, inciso VI do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e, inciso I, art. 18 do Decreto Municipal nº 3.216/2023, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

Item ____					
Classificação	Fornecedor	CNPJ	Endereço	Telefones	e-mail

OU

NENHUM LICITANTE ACEITOU COTAR O MESMO VALOR DO LICITANTE VENCEDOR



14 - CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e da empresa registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

14.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

14.3. Fica eleito o foro do município de Sobral - CE, para conhecer das questões relacionadas com esta Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

14.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Signatários:

CARLOS HILDO GURGEL POMPEU

Presidente da Central de Licitações da Prefeitura de Sobral

EDINALDO CASTRO TEIXEIRA

Comandante Geral da Guarda Civil Municipal

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

TELEFONE:

E-MAIL:



ANEXO C - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ – GCMS

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A

E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A(O) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato os serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial (sem fornecimento de combustível e sem condutor), para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO, conforme consta nos autos do Processo nº P389876/2025.

3.2. É parte integrante deste contrato, para todos os fins de direito, o Anexo A - Termo de Referência.

3.2. Do (s) item(S) contratado(s):

Item	Especificação	Marca / Fabricante	Modelo	Unid	Qntd	Valor Unitário do Item R\$	Valor total do Item R\$
Valor Total do(s) item (ns) R\$							

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



4.1. O prazo de vigência do contrato é de 24 (vinte e quatro) meses contados da sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia e de seus aditamentos a publicação no Diário Oficial do Município (DOM) e a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação, conforme os artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução contratual assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento do objeto e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;



10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.5. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

10.1.7. Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

10.1.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. A Administração terá o prazo de 07 (sete) dias úteis a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO.

10.2. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações do CONTRATADO:

10.3.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.3.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.3.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.3.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.3.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes



documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.3.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.3.1.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.3.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.3.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

10.3.1.11. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.3.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.3.1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, cuja quantidade e qualidade deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.3.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

10.3.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.3.1.17. A contratada deverá ser responsável pelas despesas relacionadas ao emplacamento, licenciamento e seguro DPVAT dos veículos utilizados na prestação do serviço. Também será de sua responsabilidade a aquisição de peças e a execução dos serviços de manutenção mecânica em geral, incluindo a substituição de pneus, de modo a garantir a plena operacionalidade dos veículos durante toda a vigência contratual.

10.3.1.18. Caberá à contratada a responsabilidade pelo encaminhamento das notificações de infrações de trânsito decorrentes de atos praticados durante a utilização dos veículos pela Administração Pública, dentro do prazo estabelecido no art. 257, §7º da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

10.3.1.19. Enviar a Contratante as Notificações de Trânsito em até 7 (sete) dias úteis a contar da postagem da notificação de Autuação de Trânsito pelo Órgão Autuador, para que o Órgão/Entidade autuado possa com a devida indicação do condutor apresentar a defesa. O não envio da multa, no tempo previsto, extingue obrigatoriedade do Contratante. Nos casos



em que a Contratante não for notificada dentro do prazo supracitado, a Contratada se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias decorrentes de infrações.

10.3.1.20. Após a identificação do condutor infrator, as multas autuadas deverão ser encaminhadas para recolhimento dos respectivos valores.

10.3.1.21. As multas deverão ser encaminhadas à unidade gestora contratante (GCMS), com registro do responsável pelo recebimento. Deverá ser garantida a ampla defesa ao condutor indicado, permitindo-lhe apresentar recurso à JARI competente. A comunicação ao motorista responsável será obrigatória, e a Coordenadoria Administrativa adotará as providências cabíveis no âmbito interno.

10.3.1.22. No caso de indeferimento do recurso, o aviso de cobrança deverá ser encaminhado ao contratante, que tomará as providências para quitação. Os valores serão de responsabilidade do condutor infrator. O recibo de pagamento deverá, posteriormente, ser enviado à contratada.

10.3.1.23. Todos os veículos utilizados no contrato deverão estar registrados em nome da contratada (CNPJ), inclusive os documentos fiscais e de pagamento.

10.3.1.24. Todos os veículos dos itens 1, 2, 3 e 4 deverão conter grafismo padronizado, de acordo com as especificações da Administração, conforme **Anexo 3, 4, 5 e 6** do Estudo Técnico Preliminar.

10.3.1.25. A contratada será integralmente responsável pelos seus empregados e prepostos, não havendo qualquer vínculo trabalhista com o contratante. Caberá à empresa o cumprimento de todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias, incluindo o pagamento de salários, tributos, encargos sociais e eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho.

10.3.1.26. Durante a execução contratual, a empresa deverá apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem o cumprimento das obrigações legais, especialmente aquelas de natureza trabalhista, previdenciária, tributária e fiscal.

10.3.1.27. Deverá ser disponibilizada, no mínimo, duas oficinas para motocicletas e duas oficinas para os demais veículos, aptas a realizar as manutenções corretivas e preventivas, sem restrição de atendimento, incluídas nos custos do contrato.

10.3.1.28. A contratada deverá dispor de serviço de guincho 24 horas por dia, 7 dias por semana, com tempo de resposta de até 3 horas após a solicitação.

10.3.1.29. Todos os veículos deverão atender às normas técnicas dos órgãos de trânsito, possuir documentação obrigatória e seguro vigente para condutores e terceiros. Não serão aceitos veículos em situação irregular.

10.3.1.30. Veículos indisponíveis por motivo de sinistro, revisão, falha mecânica ou segurança deverão ser substituídos no prazo máximo de 72 horas (carros) e 48 horas (motocicletas), contados a partir da solicitação da Administração.

10.3.1.31. Os veículos reservas devem estar devidamente adaptados, emplacados, com os mesmos acessórios obrigatórios exigidos por lei. Para motocicletas, deve-se manter uma reserva mínima correspondente a 10% da frota contratada; para carros, pelo menos 1 (um) veículo reserva. A exceção será o veículo com adaptação para Defesa Civil, que poderá ser descaracterizado.

10.3.1.32. Veículos reserva poderão ser seminovos, desde que com no máximo dois anos de uso.

10.3.1.33. Os veículos automotores reservas deverão estar disponíveis em uma base ou oficina credenciada pela contratada, de forma que, ao término do tempo de manutenção, o carro/moto reserva esteja a pronta entrega para a contratante após a solicitação e liberação



pela contratada.

10.3.1.34. A contratada deverá substituir os veículos a cada 2 anos, ou quando apresentarem condição de uso inadequada.

10.3.1.35. Os veículos deverão ser entregues à contratante com tanque de combustível cheio, limpos e higienizados, e serão devolvidos nas mesmas condições.

10.3.1.36. Cada veículo deverá ser entregue com chave reserva.

10.3.1.37. A contratada será responsável por toda a manutenção preventiva (conforme manual do fabricante) e corretiva dos veículos, incluindo serviços de borracharia. A fiscalização do contrato acompanhará o cumprimento dos cronogramas de manutenção.

10.3.1.38. Além das manutenções indicadas pelo fabricante, também serão consideradas obrigatórias as trocas de lubrificantes, fluidos, filtros, correias, pastilhas de freio, pneus (quando o TWI atingir o limite), palhetas dos vidros e outros componentes essenciais à segurança e dirigibilidade.

10.3.1.39. A Contratada deverá realizar a substituição dos pneus dos veículos locados conforme as seguintes especificações: - Indicador de Desgaste da Banda de Rodagem (Tread Wear Indicator - T.W.I.): A substituição dos pneus deverá ser realizada quando o desgaste da banda de rodagem atingir o nível indicado pelo T.W.I., conforme especificações técnicas do fabricante do pneu. - Profundidade dos Sulcos: A substituição dos pneus também deverá ocorrer quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem atingir 1.6 mm, em conformidade com a Resolução nº 877/2021 do CONTRAN e suas posteriores atualizações.

10.3.1.40. A CONTRATADA deverá proceder ao rodízio de pneus a cada revisão preventiva, bem como ao alinhamento da suspensão e direção, e à verificação do balanceamento de rodas.

10.3.1.41. A Contratada deverá garantir que todos os pneus substituídos sejam novos e homologados conforme as normas vigentes de órgãos regulamentadores do país, mantendo registros detalhados das substituições realizadas e disponibilizando-os para inspeção quando solicitado pela Contratante.

10.3.1.42. A manutenção deverá ser executada na sede da contratante, salvo a inexistência de especialista no serviço solicitado. Eventuais deslocamentos serão de responsabilidade da contratada.

10.3.1.43. Após manutenção, os veículos deverão ser devolvidos higienizados.

10.3.1.44. Na hipótese de perda total de algum veículo, a contratada terá o prazo de até 90 dias para realizar a reposição do bem no caso de carros/motos 0km. Na condição de usado o prazo de reposição será de até 20 (vinte) dias úteis e o veículo deverá ter no máximo 01 (um) ano de uso e 10.000 (dez mil) km rodados.

10.3.1.45. Disponibilizar os veículos segurados: acobertado com seguro total contra incêndio, furto, roubo, acidente ou colisão com o valor mínimo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e ainda, acobertado com seguro total para terceiros (danos materiais e/ou pessoais) com o valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) SEM FRANQUIA E QUAISQUER CUSTOS PARA A CONTRATANTE.

10.3.1.46. Manter os veículos locados sempre com seguro total, seguro de terceiros, de responsabilidade da Contratada, conforme especificações constantes na cláusula 10.3.1.45;

10.3.1.47. A CONTRATADA deverá entregar junto com os veículos, cópias das apólices do seguro vigente, inclusive cópias das apólices dos seguros renovados.

10.3.1.48. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.3.1.49. Disponibilizar os veículos com franquias de quilometragem livre/mês;



10.3.1.50. Toda a responsabilidade por danos, furtos e roubos que ocorrerem ao veículo em locação será de inteira e única responsabilidade da locadora, salvo os casos em que o servidor municipal tenha concorrido para tal, através de dolo ou culpa, o que somente será apurado em processo administrativo interno.

10.3.1.51. Todos os veículos deverão ser zero quilômetro, salvo os veículos automotores reserva. Os veículos que apresentarem defeitos recorrentes, sejam eles de ordem mecânica ou estrutural, ou aqueles pertencentes a lotes com vícios em algumas peças, deverão ser substituídos por novos veículos zero quilômetro ou na condição de usado, o veículo deverá ter no máximo 01(um) ano de uso e 10.000 (dez mil) km rodados.

10.3.1.52. Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições apresentadas quando da participação nesta licitação.

10.3.1.53. Disponibilizar serviço de assistência 24 horas, incluindo reboque com abrangência em todo o Estado do Ceará;

10.3.1.54. Disponibilizar através de sistema via WEB ou relatórios contendo todas as informações dos veículos locados no tocante a Km rodado, placas dos veículos sempre atualizadas e ou quando substituídas temporária ou definitiva, renovação dos CRVs, manutenções preventivas e corretivas efetuadas, sinistros ocorridos, multas de trânsito cometidas, entre outras informações, nos períodos que estiverem locados através do contrato com a Guarda Civil Municipal de Sobral;

10.3.1.55. Entregar e manter toda a frota com os documentos obrigatórios, atualizados e válidos legalmente, em conformidade com o código de trânsito brasileiro, bem como, o pagamento de taxas, placas, tarjetas, impostos, licenças e demais obrigações referentes à documentação obrigatória do veículo.

10.3.1.56. Atender às solicitações de locações de veículos, exclusivamente, feitas pela Contratante, através da gerência de competência para área de gestão dos veículos assim indicado em contrato.

10.3.1.57. É facultado à Administração a glosa no pagamento das locações de veículos quando do não cumprimento das exigências deste contrato. É facultado também à Administração a glosa quando o atendimento de carro reserva não atendendo ao perfil referente;

10.3.1.58. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela Contratante quanto a prestação de serviços.

10.3.1.59. Corrigir, às suas expensas, imperfeições ou omissões nos serviços, submetendo as informações e resultados à apreciação de representantes da Contratante, para averiguações periódicas, conforme determinado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 do subitem acima deste contrato, bem como nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Multa de 0,5%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, em caso de **atraso injustificado da entrega do objeto** contratual, a contar da respectiva solicitação do órgão contratante.

12.2.4.2. Multa indenizatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de **recusa à assinatura do Contrato**, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

12.2.4.3. Multa de 0,5% a 3,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato, nos termos do inciso XVI, do artigo 92, da Lei 14.133/2021;

b) permanecer inadimplente após a aplicação da advertência;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação de pagamento da despesa;

d) não devolver os valores pagos indevidamente pela Administração;

e) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

f) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

g) deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados pela Administração;

12.2.4.4. Multa de 1,5% a 5,0%, por dia e por ocorrência, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **não entregar ou entregar objeto contratual em desacordo com a qualidade, especificações e condições licitadas ou contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto**, que torne o objeto impróprio para o fim a que se destina;

12.2.4.5. Multa de 7,0% (sete por cento), por dia e por ordem de serviço ou instrumento equivalente, de acordo com as regras dispostas no Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando **suspender ou interromper**, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, desde que expressamente aceitos pela Administração Pública, **os serviços contratuais**.



12.2.4.6. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) **a 10,0%** (dez por cento), por ocorrência, de acordo com as regras dispostas Decreto Municipal nº 3.737/2025, quando:

a) o infrator der causa, respectivamente, à **rescisão do contrato ou ao cancelamento da ata de registro de preços**;

b) **fornecer informação e/ou documento falso**;

12.2.4.7. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) **a 10,0%** (dez por cento, a depender do caso concreto, a ser decidido no âmbito do processo administrativo de aplicação de penalidade, **quando não cumprir quaisquer dos itens não mencionados nesta seção**, em relação à fase de execução contratual.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele



aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Tesouro Municipal de acordo com as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Função, subfunção, Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

18.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

18.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

18.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

18.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município de Sobral no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

18.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

18.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

18.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo



aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

18.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

18.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

18.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

18.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

18.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

18.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

18.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:



- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas as partes, a terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

18.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

18.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

18.12 Cabe ao Controlador e/ou encarregado, designado mediante Portaria, comunicar, em prazo razoável, à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares nos termos do art. 48 da LGPD.

18.13. Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

18.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

18.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. A execução contratual será acompanhada por servidor especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

19.2. A FISCALIZAÇÃO será realizada por técnico designado especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominado simplesmente de FISCAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município de Sobral, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DE SOBRAL

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

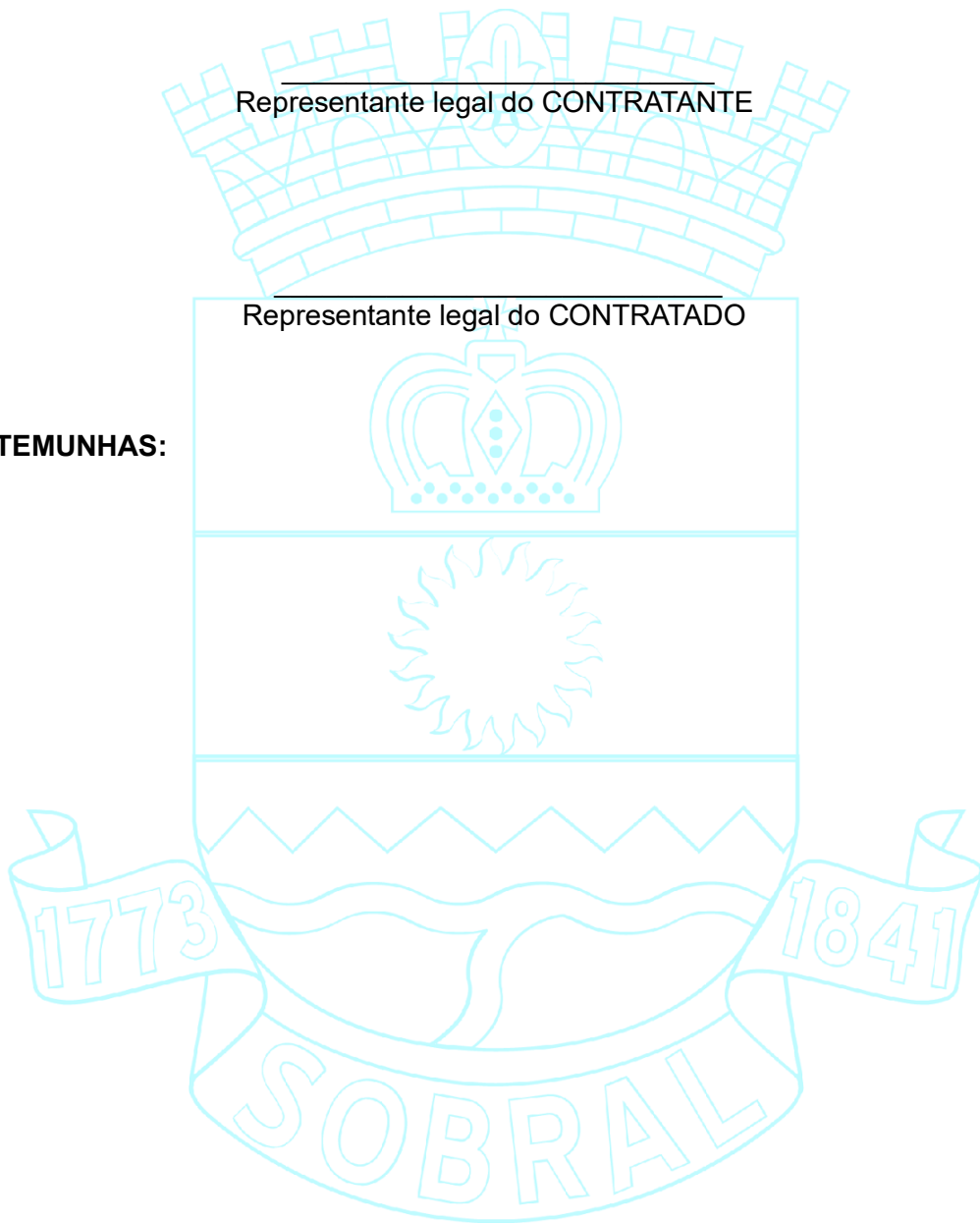
Sobral, ____ de _____ 202____

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.





ANEXO D - MODELO DE CARTA PROPOSTA READEQUADA

À

Central de Licitações do Município de Sobral

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

A proposta comercial encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

Item	Especificação	Marca / Fabricante	Modelo	Unid.	Quant.	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)
Valor Total							

Local, data

Assinatura de representante legal¹

(Nome completo e CPF)

(Função/cargo)

¹ Caso o signatário não seja sócio ou acionista da empresa licitante, deverá acostar Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida junto à Carta Proposta.



ANEXO E – JUSTIFICATIVA PARA A NÃO PARTICIPAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

A vedação à participação de **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)**, encontra-se amparada em fundamentos jurídicos sólidos e em entendimento jurisprudencial consolidado, não configurando ausência de motivação técnica. Tal vedação decorre da **incompatibilidade da natureza jurídica das OSCIPs com o objeto da licitação**.

Cumpra ressaltar que **não há registro de precedentes no âmbito municipal ou em outras esferas da Administração Pública** de que OSCIPs tenham fornecido ou estejam fornecendo bens/serviços dessa natureza, o que reforça a ausência de compatibilidade material e operacional entre o objeto licitado e as finalidades estatutárias dessas entidades. Ademais, as OSCIPs, por definição, não possuem estrutura empresarial voltada à atividade mercantil de produção e fornecimento de bens, operando, em regra, por meio de **parcerias voluntárias ou termos de colaboração** regidos pela **Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)** e/ou demais regulamentos específicos, e não pelo regime contratual administrativo da **Lei nº 14.133/2021**.

O fundamento normativo da vedação encontra respaldo, ainda, no **art. 12 da Instrução Normativa nº 5/2017**, do então Ministério do Planejamento, que dispõe que, quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço deverá ser executado obrigatoriamente por profissionais pertencentes aos seus quadros funcionais, e que, em razão dos **benefícios fiscais e previdenciários específicos** de tais instituições, **não será permitida sua participação em licitações destinadas à contratação de empresários, sociedades empresárias ou consórcios de empresas**, em respeito ao princípio da **isonomia**. O próprio dispositivo reconhece que as instituições sem fins lucrativos, por usufruírem de vantagens tributárias, possuem custos operacionais inferiores aos das empresas privadas, o que criaria uma competição desigual. Tal vedação, portanto, não restringe a competitividade, mas a **protege**, assegurando condições equitativas entre licitantes de natureza jurídica semelhante e evitando distorções decorrentes de regimes tributários diferenciados.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** consolidou esse entendimento em diversos precedentes, dentre os quais se destacam o **Acórdão nº 1.406/2017 – Plenário**, que reconhece a necessidade de observância ao princípio da isonomia quando da participação de instituições sem fins lucrativos em certames com empresários, e o **Acórdão nº 2.426/2020 – Plenário**, no qual o Tribunal determinou que a **Secretaria de Gestão do Ministério da Economia** modificasse o art. 12 da IN nº 5/2017, restringindo a participação em licitações apenas às instituições sem fins lucrativos qualificadas como OSCIPs, e desde que participem sob essa condição jurídica, vejamos:

“9.3. determinar à Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGGD/ME), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução – TCU 315/2020, que adote providências para modificar o parágrafo único do art. 12 da IN 5-Seges/MP, de 26/5/2017, e informe ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, os encaminhamentos realizados, visando a:
9.3.1. restringir a participação em licitações públicas somente às instituições sem fins lucrativos qualificadas como Oscip, participantes sob esta condição;”

Desse modo, a Corte de Contas deixou claro que é **lícita a restrição da participação de OSCIPs em licitações quando não houver compatibilidade entre sua finalidade institucional e o objeto da contratação**. Tal entendimento foi contemplado também nos Acórdãos nº 2.847/2019 e nº 746/2014, firmando a compreensão de que, nas hipóteses em



PREFEITURA DE SOBRAL

que o objeto licitado exige estrutura empresarial e fins econômicos, a vedação é legítima, por decorrer de regra já pacificada.

Dessa forma, considerando que o objeto em questão se trata de Registro de preços para futuros e eventuais serviços de locação de veículos automotores, tipo motocicletas e automóveis com adaptação para viatura policial (sem fornecimento de combustível e sem condutor), para atender às necessidades da Guarda Civil Municipal de Sobral, conclui-se que a exclusão de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) não configura restrição indevida à competitividade, mas sim ato administrativo legítimo, necessário e devidamente motivado, amparado em fundamentos jurídicos, técnicos e isonômicos já pacificados e consolidados. A vedação prevista no edital reflete a correta interpretação do ordenamento jurídico e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que reconhece a discricionariedade técnica da Administração Pública para restringir a participação de entes cuja natureza institucional, estrutura jurídica ou finalidade estatutária se mostrem incompatíveis com a execução do objeto licitado.

Por essa razão, a medida adotada encontra-se plenamente amparada no princípio da isonomia e na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo desnecessária motivação adicional nos autos, por tratar-se de entendimento pacificado, juridicamente seguro e validado pelo controle externo.

